

Relatório de Gestão

**Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Tomada de contas
2008**

ITEM I

Informações gerais de identificação da unidade jurisdicionada

Informações da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério do Meio Ambiente
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	- Decreto nº 6.101/2007, 27/04/2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências; - Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007, que delega competência ao titular da Secretaria de Biodiversidade e Florestas; e - Portaria MMA Nº 486, de 12/09/2007, Publicação DOU em 13/9/2007 e alterações
Finalidade	A Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem o objetivo de propor e definir políticas e estratégias para os diversos Biomas brasileiros nos temas relacionados com a promoção do conhecimento, a conservação, a valoração e a utilização sustentável da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.
CNPJ	37.115.375/0010-06
Nome e código no SIAFI	440069 - SBF
Código da UJ titular do relatório	440069 - Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF)
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades
Endereço completo da sede	SEPN 505, Bloco B, 5º andar, Sala 504. Edifício Marie Prendi Cruz. CEP 70.730-542
Endereço da página institucional na <i>internet</i>	www.mma.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em Funcionamento
Função de governo predominante	18 – Gestão Ambiental
Tipo de atividade	Políticas Públicas para o Meio Ambiente

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática - SBF – AQUABIO	440071
	Projeto Corredores Ecológicos - SBF/BIRD TF050370	440055
	Projeto Corredores Ecológicos – SBF/KFW 2001 65 092	440068
	Dep. de Conservação da Biodiversidade - DCBIO/SBF	440080
	Departamento de Florestas - DFLOR/SBF	440081
	Departamento de Áreas Protegidas - DAP/SBF	440082
	Departamento de Patrimônio Genético - DPG/SBF	440083
	Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros - GBA	440091

ITEM II

**Objetivos e metas institucionais
e/ou programáticos**

Responsabilidades institucionais– Papel da Unidade na execução das políticas públicas

Secretaria de Biodiversidade e Florestas 2008

A incontestável riqueza ambiental brasileira - revelada em seus Biomas Pampa, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Amazônia, e também na Zona Costeira e Marinha - forma-se não apenas por uma ampla diversidade de recursos naturais, mas pela diversidade cultural das comunidades tradicionais e o seu conhecimento sobre as formas de usar e conservar a natureza. Ao longo dos anos, contudo, os Biomas vem sofrendo problemas como desmatamento, queimadas, invasões de espécies exóticas, contaminação por agrotóxicos e efeitos das mudanças climáticas.

A **Secretaria de Biodiversidade e Florestas** tem como objetivo promover - com participação, inclusão social e repartição dos benefícios - a valorização, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, dos recursos florestais, faunísticos, florísticos, pesqueiros e genéticos dos ecossistemas, bem como a remuneração pelos serviços ambientais por eles prestados. Suas competências, definidas art. 18 do Decreto nº. 6.101/2007, são gerenciadas pelos 4 Departamentos que compõe a Secretaria.

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas possui programas implantados para a conservação da biodiversidade e para a promoção do desenvolvimento sustentável, além do aprimoramento de iniciativas concebidas em gestões anteriores, adaptando-as às novas diretrizes e prioridades da política ambiental. A prioridade permanece em três frentes: combate ao desmatamento nos Biomas, recuperação e uso sustentável da diversidade biológica e aumento das áreas protegidas. O trabalho foi desenvolvido a partir das seguintes estratégias: articulação de políticas específicas para cada Bioma, organização de espaços de participação social, reforma institucional do setor florestal e ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade. Assim, quase todos os Biomas brasileiros passaram a ter uma agenda própria, baseada nas quatro diretrizes da política ambiental (fortalecimento do SISNAMA, transversalidade, desenvolvimento sustentável e controle e participação social). Atualmente, cada um deles conta com um espaço institucional para formulação e implementação de políticas de conservação – uma instância que favorece as contribuições da sociedade – e um programa de ação único, com recursos assegurados para sua implementação no Orçamento e no Plano Plurianual da União.

O combate ao desmatamento ilegal permanece como foco prioritário, sendo trabalhado de forma transversal no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal. As ações se encontram em estágio avançado de execução e sua coordenação hoje está sob a responsabilidade do recém-criado Departamento de Articulação de Políticas para a Amazônia e de Controle do Desmatamento, da Secretaria Executiva do MMA, em constante integração e contribuição com os demais departamentos e secretarias do MMA, em especial com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Uma das contribuições da Secretaria de Biodiversidade e Florestas foi a mudança no processo de criação de Unidades de Conservação - UC federais, que passaram a ser criadas em regiões indicadas como prioritárias para a conservação da biodiversidade e em áreas de pressão antrópica, ao invés de regiões remotas e de menor complexidade social e política como antes.

Em seu Departamento de Florestas, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem apoiado e fomentado projetos de manejo florestal sustentável, em escalas empresarial, comunitária e familiar, bem como práticas agroflorestais adequadas, aliando sustentabilidade econômica, social e ambiental. Por meio de ações de parceria, tem-se trabalhado na adequação e criação de novas linhas de crédito para financiamento de atividades florestais, bem como investido na capacitação de

técnicos e extensionistas para a elaboração de projetos de crédito e assistência técnica rural em atividades florestais. Dessa forma, produtores rurais recebem informações para a incorporação do elemento arbóreo no sistema de produção, por meio da implantação de projetos de manejo florestal sustentável, sistemas agroflorestais, silvicultura e adequação ambiental (adoção de práticas sustentáveis para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, regulação do clima, conservação do solo, recursos hídricos e da biodiversidade), garantindo o reflorestamento de áreas com aptidão florestal ou de interesse para a conservação ambiental (Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal). Atualmente, produtores rurais e empresários de agroindústrias e indústrias de base florestal dos Biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia investem em reflorestamento nas propriedades rurais.

Ainda no âmbito do setor florestal, dois importantes instrumentos legais em vigor vieram fortalecer-lo. Um é Lei da Mata Atlântica (Lei nº. 11.428/2006), aprovada no Congresso Nacional em 2006, foi regulamentada pelo Presidente da República por meio do Decreto 6.660, de 21 de novembro de 2008, estabelecendo *o que, como e onde* pode haver intervenção ou uso sustentável da Mata Atlântica. O Decreto também detalha os tipos de vegetação protegidos pela Lei da Mata Atlântica, delimitados no *Mapa da Área de Aplicação da Lei nº. 11.428/2006*, elaborado pelo IBGE e disponível nos sítios eletrônicos do Ministério do Meio Ambiente e do IBGE e também em formato impresso.

Outro instrumento legal de fortalecimento do setor florestal é a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº. 11.284/2006), que instituiu no âmbito do MMA o Serviço Florestal Brasileiro, que já atua plenamente. O SFB conta com o apoio da Comissão de Gestão de Florestas Públicas, órgão de natureza consultiva que, entre outras atividades, manifesta-se sobre o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), documento cujo objetivo é dar conhecimento ao público da descrição de todas as Florestas Públicas que podem ser submetidas a processo de concessão para exploração de recursos madeireiros, não-madeireiros e serviços. O primeiro PAOF (2007/2008) trouxe uma relação das Florestas Públicas Nacionais prioritárias para alocação de unidades de manejo para concessão florestal, além de apresentar as Florestas Públicas federais incluídas no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União. O PAOF mostrava 193.8 milhões de hectares cadastrados ou 22% do território brasileiro, sendo que a Amazônia Legal concentra 92% dessas florestas. Ainda em 2008 foi lançado também um edital para concessão florestal na Floresta Nacional do Saracá-Taquera, no Estado do Pará.

Os efeitos das mudanças climáticas, principalmente pelos aumentos de temperatura, afetam e podem causar impactos bastante intensos nos ecossistemas naturais, causando a destruição ou a degradação do habitat e a perda permanente da produtividade, ameaçando tanto a biodiversidade como o bem estar humano. Em relação aos ecossistemas naturais, os dados do 4º Relatório de Avaliação do IPCC projetam que, até meados do século, os aumentos de temperatura e as correspondentes reduções da água no solo devem fazer com que porções da floresta tropical no leste da Amazônia se tornem área de cerrado, um processo conhecido como “savanização”. Além da Amazônia, outros ecossistemas como o Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga e Zona Costeira e Marinha poderiam ser comprometidos devido ao aumento das temperaturas e mudanças nos regimes de chuvas, tanto em volume como em distribuição.

Com vistas à manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos frente às ameaças representadas pelas mudanças climáticas, diversas medidas podem ser relacionadas, de modo a permitir que os ecossistemas sejam protegidos. São elas a expansão das áreas protegidas pela criação de novas áreas e de corredores ecológicos, a proteção das espécies ameaçadas de extinção, a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e degradados, a valorização econômica e social da diversidade biológica, a proteção de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza cênica, a promoção da educação ambiental e do ecoturismo, o

incentivo à pesquisa científica e o combate e prevenção ao estabelecimento de espécies exóticas invasoras.

E é com este objetivo que o Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas vem, por meio do Programa Nacional de Áreas Protegidas, expandindo e consolidando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985, de 18/07/2000) e outras áreas protegidas. As unidades de conservação são fundamentais para a proteção dos ecossistemas como áreas legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos de conservação, limites definidos, um regime especial de administração e garantias adequadas de proteção. Em 2008, o SNUC foi ampliado em aproximadamente 5.847.462 ha, em virtude da criação de 7 unidades de conservação federais e da ampliação de 1 unidade federal.

Em setembro de 2008 foi assinado o Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, em parceria com o Centro de Monitoramento Ambiental do IBAMA/CEMAM-IBAMA, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD e com a Agência Brasileira de Cooperação/ABC do Ministério das Relações Exteriores, que começa em 2008 e se estende até o final de 2009. O objetivo é dotar o governo federal de capacidade para o monitoramento da cobertura florestal dos Biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Os resultados do monitoramento quantificam as mudanças ocorridas nos Biomas de maneira que seja possível utilizar os dados para ações de controle do desmatamento, permitindo maior eficiência das políticas públicas voltadas à conservação e uso sustentável dos Biomas extra-amazônicos.

O Departamento de Conservação da Biodiversidade desta Secretaria, por sua vez, em nova etapa de organização do setor de gestão da biodiversidade, firmou parceria em 2008 com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade/FUNBIO e a Caixa Econômica Federal para a execução do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – PROBIO II. O objetivo é superar as fronteiras entre territórios sob gestão ecológica (ambiental) e as paisagens sobre controle de setores econômicos geradores de impactos ambientais negativos em larga escala, para que sejam convertidas em territórios sustentáveis, impulsionando a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional, começando com os setores de agricultura, ciência, pesca, florestas e saúde. Para sua implementação foram estabelecidas parcerias estratégicas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, o Ministério da Saúde/MS, o Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT, a Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro/JBRJ e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Embrapa. O PROBIO II foi desenhado para integrar e potencializar as iniciativas em curso no país, devendo ser realizado ao longo de seis anos, com apoio financeiro de US\$ 22 milhões do Fundo Mundial para o Meio Ambiente/GEF e US\$ 75 milhões de contrapartida de fontes tanto governamentais quanto do setor privado.

Em 2008 foi lançado ainda, pelo Departamento de Conservação da Biodiversidade, a Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, que reúne informações científicas sobre todas as 627 espécies da fauna reconhecidas como ameaçadas de extinção por meio da Instrução Normativa nº. 3/2003 e a nº.5/2004. Foram apresentados, pela primeira vez em uma única obra (Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção), dados sobre a biologia, distribuição geográfica, presença em unidades de conservação, principais ameaças, estratégias de conservação, indicações de especialistas e núcleos de pesquisa e conservação envolvidos com as espécies, informações úteis para o gestor ambiental, acadêmicos e público em geral.

Com o objetivo de garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira, a

Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem orientado suas ações visando cumprir as metas nacionais para até 2010, definidas pela Comissão Nacional de Biodiversidade para a biodiversidade – CONABIO, na Resolução nº 3, de 21 de dezembro de 2006.

A Secretaria de Conservação da Biodiversidade, por meio de seu Departamento do Patrimônio Genético, trabalhou no aprimoramento das bases legais nacionais para a construção de um Projeto de Lei de acesso aos recursos genéticos e seus derivados para pesquisa científica ou tecnológica, bioprospecção, elaboração ou desenvolvimento de produtos comerciais; a coleta, a remessa e o transporte de material biológico; o acesso e a proteção aos conhecimentos tradicionais associados e aos direitos dos agricultores; e sobre a repartição de benefícios derivados do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado a este. Durante 2008 foram acrescentadas ao Projeto as contribuições recebidas por meio de Consulta Pública, de modo a substituir o regime instituído pela Medida Provisória nº 2.186-16/01. Seus principais desafios são: desonerar a pesquisa e a bioprospecção; determinar quem tem direito à repartição de benefícios; estabelecer mecanismos eficientes de repartição de benefícios, garantindo a destinação de recursos à conservação da biodiversidade, à proteção dos conhecimentos tradicionais e ao desenvolvimento sustentável; e definir precisamente que tipos de usos dos recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais devem resultar na repartição de benefícios.

Identificação dos programas

Programa 0508 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Ações

2B07 – Fomento a Projetos de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
4981 – Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura
6007 – Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras
4976- Promoção da Repartição de Benefícios decorrentes do Acesso e Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado
8406- Desenvolvimento de Ações de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados
8408- Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade
2272- Gestão e Administração do Programa

Programa 0506 – Programa Nacional de Florestas

Ações

6064- Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto)
8288- Recuperação da Cobertura Vegetal de Áreas Degradadas
8290- Expansão da Base Florestal Plantada
8292- Expansão do Uso Sustentável dos Recursos Florestais
8294- Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada
2272- Gestão e Administração do Programa

Programa 1426- Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Ações

2B61- Identificação e Pesquisa de Espécies da Fauna e Flora de Importância Econômica
8266-Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
2272 -Gestão e Administração do Programa

Programa 0104- Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Ações

6016- Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Bacia Amazônica - AquaBio
8352-Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros
8354 -Desenvolvimento de Projetos-Piloto de Conservação de Manguezais
2272 -Gestão e Administração do Programa

Programa 1332- Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Ações

Ação 101V- Implantação de Corredores Ecológicos
Ação 2B22- Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável nos Biomas brasileiros
Ação 2B23- Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas
Ação 8278- Monitoramento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros
Ação 8492- Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas
Ação 2272- Gestão Administrativa do Programa

Programa 0508 – Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral	Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.
Objetivos Específicos	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional
Gerente do programa (2)	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo (2)	João de Deus Medeiros
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas
Público-alvo (beneficiários)	Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional.

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ação 2B07 – Fomento a Projetos de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Promover a conservação de espécies da flora e da fauna brasileira, de recursos genéticos e de ecossistemas; Induzir, por meio de editais e outros instrumentos, a realização de projetos demonstrativos voltados para a realização de pesquisas, avaliações, diagnósticos e produção e disseminação do conhecimento sobre o uso e a conservação diversidade biológica brasileira e para a implementação de alternativas de uso ou conservação de componentes da biodiversidade; Apoiar o fortalecimento das instituições envolvidas com a gestão da biodiversidade brasileira; e Estabelecer parcerias que favoreçam a incorporação do componente "biodiversidade" nas políticas públicas, programas e ações setoriais de modo a garantir sua conservação e uso sustentável.
Descrição	Fomento a projetos que visem: 1) a conservação e o manejo sustentável da fauna e da flora, implementando alternativas viáveis de conservação da biodiversidade e de produção sustentável alinhada à conservação ambiental; 2) a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, produção e disseminação dos conhecimentos sobre os componentes da biodiversidade, apoio à produção de informações sobre as espécies ameaçadas e espécies exóticas invasoras e à elaboração e implementação de planos de manejo; 3) o fomento a ações políticas e projetos que promovam a transversalidade do componente biodiversidade em políticas públicas

	setoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente, FNMA e ICMBio
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SBF (DCBIO)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº. 7.797/89; Lei nº. 4.771/65; Lei nº. 9.605/98; Lei nº. 9.985/00; Decreto nº. 99.249/90; Decreto nº. 4.340/02; Decreto nº. 4.339/02 e Decreto nº. 4.703/03.

O Acordo de Doação 91.515, entre o Banco Mundial, este como o gestor dos recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF, a Caixa Econômica Federal e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO - para viabilizar a execução do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – PROBIO II - foi firmado em março de 2008 e as condições de efetividade foram cumpridas em setembro de 2008. Este Projeto de abrangência nacional tem por objetivo incorporar a preocupação com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em outros setores governamentais e em setores privados, pretendendo promover a priorização e a integração (transversalização) da conservação e uso sustentável da biodiversidade nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado em nível nacional, consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.

Os técnicos do Departamento estiveram envolvidos na consolidação do Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, em parceria com o Centro de Monitoramento Ambiental do Ibama, tendo sido aprovado um projeto de parceria entre SBF, PNUD e Ibama, para implantação de sistemas de monitoramento do desmatamento, por satélite, de todos os biomas brasileiros extra-amazônicos.

Houve ainda participação nas análises dos dados da Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, o que resultou no lançamento da Lista Oficial da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção, por intermédio da Instrução Normativa nº. 6, de 23 de setembro de 2008 e nos trabalhos de conclusão, lançamento e distribuição do Livro Vermelho das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.

Para o desenvolvimento desta ação foram utilizados recursos orçamentários nacionais no valor de R\$ 737.206,00. Os valores foram despendidos tanto para o pagamento da equipe do Ministério do Meio Ambiente envolvida na execução da ação, cerca de seis técnicos, quanto para o pagamento de serviços gráficos para a impressão das publicações. Foram impressas e a distribuídas nove publicações sendo 3 re-edições e 6 novos títulos, contribuindo com a meta de divulgação de informações sobre a biodiversidade brasileira. No total foram distribuídos cerca de 19.000 exemplares de livros e 6.000 CD's das publicações do DCBIO. Os exemplares foram distribuídos para instituições de pesquisa, bibliotecas, organizações não-governamentais, salas verdes de educação ambiental, etc.

Foi ainda realizada a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e as seguintes instituições: Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e a Caixa Econômica Federal nomeando esta última instituição como a gestora dos recursos financeiros do Acordo de Doação 91.515 para a implementação do PROBIO II.

O valor da LOA previsto para esta ação, referente a recursos externos, não foi utilizado,

pois os recursos do Banco Mundial foram destinados diretamente à Caixa Econômica Federal. Porém o MMA continuou a apoiar iniciativas, com recursos orçamentários próprios, que trouxessem informações sobre a biodiversidade brasileira sendo que os projetos já apoiados por meio desta ação continuam divulgando os resultados obtidos para fornecer informações para a sociedade brasileira sobre nossa biodiversidade.

Durante o exercício de 2008, não foram transferidos recursos para outras instituições para a execução de subprojetos, uma vez que isto dependerá de um diagnóstico de ações necessárias para a transversalização da biodiversidade.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	9.714.268,00	885.708,00	9,12%
Física*	9	3	33,33%

* Produto: Projeto apoiado / Unidade de Medida: unidade

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Competências institucionais	Não se aplica

requeridas para a execução da ação	
---	--

Esta ação fornece os meios para que o Programa no âmbito do Ministério do Meio Ambiente seja desenvolvido.

Os principais gastos ocorreram com o pagamento de pessoal envolvido com o desenvolvimento do Programa, o pagamento de passagens para a participação em vários eventos e o pagamento de serviços gráficos para a divulgação de informações sobre a biodiversidade brasileira. A totalidade das despesas ocorreu com recursos orçamentários de fonte nacional.

A disponibilização de informações sobre a biodiversidade brasileira, para embasar a tomada de decisão de dirigentes públicos tem sido uma das principais prioridades do Departamento de Conservação da Biodiversidade.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	709.037,00	630.155,00	88,87
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Ação 4976 - Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado – DPG

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Buscar repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado no Brasil.
Descrição	Desenvolvimento, implantação e operacionalização de mecanismos de gestão do acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios; elaboração dos contratos de repartição de benefícios, quando a União é parte; supervisão do repasse aos Fundos Públicos de parcela de lucros e royalties devidos à União resultantes da exploração econômica dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Departamento de Patrimônio Genético
Competências institucionais requeridas para a execução	Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; Decreto nº 3.945/01, alterado pelos Decretos 4.946/03, 5.439/05; Decreto

da ação	5.459/05 e Lei nº 9.605/98
----------------	----------------------------

O recurso utilizado, R\$ 1.062.163,00 (um milhão, sessenta e dois mil, cento e sessenta e três reais), foi de fonte interna do orçamento. Essa execução financeira refere-se a pagamentos de 6 técnicos temporários envolvidos na execução da ação; contratação de 2 consultorias; apoio a 05 oficinas de qualificação, tendo como público alvo as comunidades tradicionais e povos indígenas, num total de aproximadamente 181 participantes e apoio a 09 reuniões do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN. Ou seja, as principais despesas foram para o desenvolvimento, implementação e operacionalização de mecanismos de gestão do acesso aos recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios; elaboração dos contratos de repartição de benefícios, quando a União é parte; supervisão do repasse aos Fundos Públicos de parcela de lucro e royalties devidos à União resultantes da exploração econômica dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado. A meta física prevista para 2008 foi integralmente cumprida.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.062.163,00	1.061.427,00	99.93
Física*	6	6	100

* Produto: Contrato firmado/ Unidade de Medida: unidade

Ação 4981 – Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Promover a conservação e recuperação de espécies nativas de polinizadores em agroecossistemas selecionados dependentes de polinização visando maior sustentabilidade dos agroecossistemas e recuperação do serviço ambiental da polinização.
Descrição	Desenvolver projetos demonstrativos de conservação e recuperação de populações de espécies nativas de polinizadores em declínio em paisagens agrícolas; Promover a criação de espécies de polinizadores nativos visando a oferta do serviço de polinização; Promover parcerias entre o setor agrícola e o setor ambiental no desenvolvimento e na disseminação de sistemas sustentáveis de manejo de polinizadores nativos em agroecossistemas selecionados; Promover o aumento da produtividade de culturas agrícolas dependentes de polinização animal; Promover ações de conservação de fragmentos de ecossistemas naturais em paisagens agrícolas; Promover a avaliação do valor econômico do serviço da polinização em agroecossistemas selecionados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas

da ação	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada pelo Decreto-Legislativo nº. 2/1994 e promulgada pelo Decreto nº. 2519/1998; Decreto nº. 4.339, de 22/08/2002; Decisões V/5 e VI/5 da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

O valor da LOA, para o ano de 2008, previa a internalização de recursos externos de doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF - para o Projeto Polinizadores, contudo o Acordo de Doação entre o GEF e o PNUMA ainda não foi assinado, apesar de o Projeto ter tido seu endosso final em junho de 2008, e, portanto, a ação ainda não conta com recursos da fonte de financiamento externa. O recurso utilizado, R\$ 176.381,00, foi do orçamento. Essa execução financeira refere-se: a pagamentos de três técnicos temporários envolvidos na execução da ação; à realização de uma reunião com o Comitê da Iniciativa Brasileira de Polinizadores (20 membros); à realização de um Simpósio sobre os dez anos da Iniciativa Brasileira de Polinizadores (10 participantes), ao apoio ao curso de capacitação em Ecologia de Polinização realizado pela Universidade Federal da Bahia. Ou seja, as principais despesas foram para a preparação da implementação do Projeto. Espera-se que durante o ano de 2009 o Acordo de Doação seja assinado e o Projeto Polinizadores implementado. Já está agendado para março de 2009 um Seminário Internacional com a FAO e representantes dos países-parte em Belém/PA. Nesse seminário será estabelecido o arranjo de implementação do projeto em todos os países. A Meta física estabelecida para 2008 apenas poderá ser atingida após o início da execução do Projeto Polinizadores. O projeto pretende apoiar, em princípio, 13 subprojetos através do estabelecimento de 13 sítios experimentais resultando em, no mínimo, 13 planos de manejo de polinizadores em agricultura sustentável e manuais para o produtores nos próximos 5 anos. Para sua implementação já foram oficializadas várias parcerias com comprometimento de recursos de contrapartida com órgãos do governo (MCT, MDA, ICMBio, MAPA e Embrapa); da sociedade civil (FBOMS); universidade federais e estaduais (USP, UFRRJ, UNESP, UFBA), setor privado (SEBRAE e CNA). Até o momento não foi celebrado nenhum convênio.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.030.781,00	176.381,00	17,11
Física*	20	2	10

*Produto: Plano estabelecido/ Unidade de Medida: unidade

Ação 6007 – Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Desenvolver ações relacionadas à prevenção, monitoramento, controle e erradicação das espécies exóticas invasoras no País, incluindo o levantamento de espécies, elaboração de planos de manejo, publicação de listas das principais espécies exóticas invasoras ocorrentes no país e definição das medidas necessárias para mitigar impactos decorrentes.
Descrição	Conduzir ações em âmbito federal, bem como induzir ações nos estados visando à prevenção, monitoramento, controle e erradicação

	das principais espécies exóticas invasoras no País. Realizar projetos regionais para o levantamento das principais espécies problema e os impactos decorrentes. Dar continuidade à iniciativas que possam desencadear a consolidação no país de ações estruturantes, de modo a ampliar a transversalidade do tema entre os principais setores do governo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº. 4.771/1965; Lei nº. 6.938/1981; Lei nº. 9.795/1999; Lei nº 9.985/2000.

As invasões biológicas, causadas por espécies exóticas invasoras, são atualmente consideradas a segunda maior causa de diminuição da diversidade biológica do planeta, perdendo apenas para a conversão direta de ambientes para uso humano, ou seja, a destruição de habitats, envolvendo o desmatamento e a consequente mudança no uso da terra. Possuindo elevado potencial de dispersão, de colonização e de dominação dos ambientes invadidos, criam, em consequência desse processo, pressão sobre as espécies nativas e, por vezes, até a exclusão destas. A condução de estudos e análises críticas dos fatores que ameaçam a integridade e o equilíbrio dos diferentes ecossistemas presentes no território brasileiro são essenciais para o dimensionamento de políticas públicas, competências e capacidade institucional que garantam a ampliação da segurança biológica no País. As atividades do Ministério do Meio Ambiente – MMA envolvem, basicamente, ações relacionadas à:

(I) prevenção da introdução de novas espécies com histórico de invasão;

(II) monitoramento;

(III) controle; e

(IV) erradicação, quando for o caso. Em 2008 o MMA desenvolveu ações voltadas mais diretamente para as seguintes espécies: Mexilhão Dourado (*Limnoperma fortunei*); Caracol Gigante Africano (*Achatina fulica*) e Capim Annoni (*Eragrostis plana*). O MMA acompanha, apóia e participa também das ações que estão sendo implementadas no âmbito dos Estados, a exemplo daquelas conduzidas na Região Sul:

(I) Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Fórum de Discussão de Espécies Exóticas Invasoras que, entre outras, desenvolve ações relativas ao controle do Capim Annoni; e

(II) Estado do Paraná, no âmbito do Instituto Estadual do Paraná – IAP, que publicou recentemente o Programa do Estado do Paraná para Espécies Exóticas Invasoras, com base na Portaria IAP nº. 074, de 19 de abril de 2007, que reconheceu a Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná (com 71 espécies, sendo 47 da flora e 24 da fauna) e estabeleceu normas de controle; e Região Sudeste:

(III) Estado do Espírito Santo, que publicou recentemente a Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras do Estado, com 178 espécies da flora e 41 da fauna. Para monitorar, avaliar e minimizar os impactos decorrentes da presença das exóticas invasoras no país, o Ministério do Meio Ambiente realizou reunião de instalação da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras, criada no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABio. Além da reunião de Instalação, foram realizadas as primeiras duas reuniões da Câmara Técnica.

Para organizar as ações relacionadas ao monitoramento das exóticas invasoras na região do

Vale do Rio São Francisco, foram desenvolvidas uma série de ações visando à implementação, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, do Projeto “Levantamento das Espécies Exóticas Invasoras Ocorrentes na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Definição de medidas de Prevenção e Controle”, com destaque para:

I) Elaboração de minuta de Editais de Credenciamento de Pessoas Jurídicas para ações relativas a espécies exóticas invasoras;

II) elaboração de minuta de Editais de Concorrência para Licitação de Pessoas Jurídicas para ações relativas a espécies exóticas invasoras;

III) elaboração de Termo de Referência para Contratação de Consultoria Especializada para ações relativas a espécies exóticas invasoras;

IV) articulação e participação na Comissão Especial de Licitação do Ministério do Meio Ambiente, referente a contratação de serviço técnico especializado para a coordenação do processo de levantamento de espécies exótica invasoras ocorrentes na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

- Em dezembro de 2008 foi finalizada a fase de editoração dos textos para a publicação do “Informe Nacional sobre espécies exóticas invasoras em ambiente marinho”, o material está agora em fase de diagramação, e o livro deverá ser lançado em abril, por ocasião da realização da terceira reunião da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras.

- Elaboração de termo de referência para a contratação dos serviços de consultoria do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE, visando a elaboração de levantamento de opiniões e pesquisa sobre o entendimento da população brasileira sobre as espécies exóticas invasoras.

- Participação técnica no V Seminário Brasileiro sobre Água de Lastro, realizado pelo Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, no período de 4 a 6 de novembro de 2008, na cidade de Arraial do Cabo, RJ.

- Participação técnica no II workshop “Controle de Plantas Aquáticas”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no período de 10 a 13 de novembro de 2008, em Brasília.

- Elaboração e encaminhamento ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, de proposta para contratação de serviços técnicos relacionados às Espécies Exóticas Invasoras, incluindo estratégias de informação e elevação da percepção dos diferentes segmentos da sociedade em relação à segurança biológica. Esta proposta resultou no Termo de Referência “Estudo do estado da arte da segurança biológica e suas confluências com a gestão da biodiversidade no Brasil”.

Vale destacar que o Brasil, com seu megaterritório, tem um enorme desafio na implementação de ações de combate às espécies exóticas invasoras. Apesar dos cuidados dispensados pelos diferentes órgãos de controle do governo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente, por meio do seu Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio), novas introduções ocorrem com frequência, tanto pela área marinha, quanto por meio das águas continentais e fronteira terrestre. Deve-se considerar que em um país com seus mais de 7.000 km de costa e mais de 10.000 km de fronteira seca as ações para impedir ou controlar a entrada de novas invasões representam um verdadeiro desafio. Esses problemas são exacerbados pela falta de recursos financeiros e de recursos humanos, que limitam a implementação e a expansão de ações relacionadas a essa temática. O problema de pessoal, por exemplo, que já é crítico, deverá se agravar a curto prazo.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.012.884,00	867.921,00	85,69%
Física*	3	3	100%

*Produto: Espécie manejada/ Unidade de Medida: unidade

Ação 8406 - Desenvolvimento de Ações de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Apoiar iniciativas voltadas para a avaliação dos riscos ambientais relacionados aos possíveis impactos à biodiversidade e ao meio ambiente decorrentes da liberação de Organismos Geneticamente Modificados – OGMs, , monitorar, por meio da execução de projetos de pesquisa, a convivência entre cultivares geneticamente modificadas e convencionais, bem como elaborar e disseminar documentos e informações gerais relativas à evolução dos OGMs no País e qualificar profissionais de órgãos governamentais com atribuições de registro e fiscalização e de instituições, além de agricultores familiares e outros interessados na temática.
Descrição	Monitoramento dos possíveis impactos decorrentes da liberação e uso no país de cultivares geneticamente modificadas e seus derivados, articulação com outros órgãos governamentais, instituições acadêmico-científicas e organizações não-governamentais visando o desenvolvimento de ações de capacitação para profissionais de órgãos públicos e de instituições envolvidas com a temática da biossegurança de OGMs; participação nas discussões relativas à construção de proposta voltada à organização de uma Política Nacional de Biossegurança para Organismos Geneticamente Modificados, que contemple, em particular, as questões ambientais e acompanhamento das discussões relativas às negociações internacionais relacionadas ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – PCB, bem como sua implementação no país;.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 4.339/02; Decreto nº 4.703/03.

Em dezembro de 1995 foi aprovada a Lei de Biossegurança (Lei nº 8.974), que atribuía aos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento e da Saúde competência para autorizar, ou não, a introdução no país e a liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados. Essa Lei foi modificada em 2005 com a aprovação da Lei nº 11.105, que Regulamenta incisos do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB. Apesar dos objetivos estabelecidos na Lei, as liberações no meio ambiente de organismos geneticamente modificados – OGMs não estão considerando todos os riscos

passíveis de ocorrerem com a liberação desses organismos.

Assim, é necessário que o país tenha um programa forte em biossegurança, de modo a produzir informações locais para problemas locais. De fato, o estado tem a obrigação de atender aos interesses coletivos, que ultrapassam o interesse de instituições e empresas. Por exemplo, quais as implicações para o Brasil com a liberação no país do milho geneticamente modificado? A tendência é de que, em médio prazo, haverá a contaminação das variedades de milho existentes no país, seja material convencional, orgânico ou mesmo variedades crioulas, a maioria mantida por pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais locais.

Qual a consequência ambiental dessas liberações? Por um lado, o gene que a planta recebe pode ser irrelevante, desde que não exista o glufosinato de amônia no campo, por exemplo. Por outro, se for o milho Bt, a planta vai ficar o tempo todo preparada para um ataque de pragas, que não acontecerá ou apenas em pequenas taxas. Isso poderá significar um gasto de energia inútil para a planta e poderá comprometer a energia necessária para ela se defender de uma praga, de uma doença, de adversidades do solo etc. Enfim, o gene transgênico vai seguramente afetar a resistência dessas variedades locais. Da mesma forma, quais as consequências da liberação de variedade de arroz transgênico resistente ao glufosinato de amônio? Se ocorrer essa liberação, será a primeira a envolver uma espécie que será ingerida diretamente pela população, cujos riscos e consequências futuras para a população não foram devidamente avaliadas.

As técnicas de melhoramento não são novas. Entretanto, no passado o homem aproximava uma população da outra, estimulando o cruzamento e os genes eram translocados dentro da mesma espécie ou espécies afins, mas não em espécies com *pool* genético distinto. Hoje, com o advento da biotecnologia moderna, a situação é bem diferente. Devemos nos perguntar o que é mais interessante economicamente, uma agricultura mais homogênea ou uma agricultura mais diversificada, com o agricultor tendo as opções da produção orgânica, integrada, com garantia de qualidade.

Se considerarmos a situação indígena, por exemplo, a Constituição Federal garante o uso fruto pleno em suas áreas. Entretanto, o que acontecerá com a contaminação de suas variedades tradicionais, mantidas à séculos em suas aldeias? Com a contaminação de suas variedades, o que é esperado, seguramente será acionada a união e, nesse caso, de quem será a responsabilidade? Para avaliar o avanço dos transgênicos no país, o MMA está organizando parcerias para o desenvolvimento de projetos voltados ao “Monitoramento da Adoção de Cultivares de Milho Geneticamente Modificados na Região Sul do Brasil em Localidades de Conservação *on farm* de Variedades Locais”.

Temos ainda o problema da alergenicidade. De fato, não devemos esquecer também de que a população brasileira apresenta elevada miscigenação, onde 40% (em média) dos indivíduos carregam genes indígenas e 30% (em média) carregam genes afro. Tudo muito diferente da situação americana que, basicamente, tem apenas uma percentagem de genes afro, ou seja, a alergenicidade do brasileiro pode ser diferente daquela do americano, o que significa que os testes devem ser efetuados aqui e não em outros países.

Naturalmente, devemos lembrar sempre que estamos tratando de um assunto de grandes incertezas. Caso ocorresse a redução da aplicação de agrotóxicos, por exemplo, poderia ocorrer um potencial benefício, entretanto, também poderia acarretar uma conta ambiental elevada, já que não temos segurança sobre os possíveis efeitos dessa tecnologia ao meio ambiente e à biodiversidade. Convém destacar, porém, de que no caso da soja transgênica o que ocorreu, de fato, foi o incremento significativo do consumo de agrotóxicos no período de 2000-2005, tendo-se nesse período aumentado em 11 milhões de quilos de um único ingrediente ativo de herbicida.

Para tanto, temos de avançar com os marcos regulatórios. É o que o Ministério do Meio Ambiente busca desenvolver com a aplicação de regras gerais de monitoramento, indução de estudos sobre alergias e a busca de regras claras para a liberação comercial. Com a maior biodiversidade do planeta, o Brasil tem a responsabilidade de proteger esse patrimônio, bem como defender o seu meio ambiente. Nesse contexto, a atuação do MMA na CTNBio visa ratificar esse compromisso, que envolve, além da proteção da biodiversidade e defesa do meio ambiente, a conservação das

variedades crioulas e os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas. Cabe salientar que em 2008 a CTNBio aprovou oito liberações comerciais no meio ambiente, sendo três de milho, duas de algodão e três de vacinas, estas aprovadas para combater a circovirose, uma doença que ataca os suínos.

Com a liminar concedida pelo TRF da 4ª região, em final de 2008, que exige Estudos de Impactos Ambientais/EIA para os OGMs em Zonas de Amortecimento, o Departamento de Áreas Protegidas – DAP/MMA, em conjunto com o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade - ICMBio, deverá conduzir ações de planejamento para, entre outras, desenvolver Planos de Manejo das UCs que definam as distâncias mínimas possíveis para semeadura de OGMs nessas áreas de proteção às Unidades de Conservação.

Ainda em 2008 houve forte participação dos técnicos para o desenvolvimento de programação voltada à implementação, em 2009, de cursos de biossegurança, com prioridade para os Estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul, com a expectativa de ampliação dos cursos para os Estados de Goiás, Tocantins e Bahia. O objetivo desses é desenvolver junto aos órgãos estaduais de meio ambiente e agricultores familiares interessados na temática, ações de capacitação relacionadas aos possíveis impactos decorrentes dos riscos dos organismos geneticamente modificados (OGMs) à biodiversidade”, com prioridade para a possível contaminação de variedades crioulas de milho, bem como de parentes silvestres de espécies de plantas cultivadas, particularmente do algodão. Adicionalmente, busca-se evitar o cultivo nas áreas limítrofes às Unidades de Conservação Federais.

A implementação de todas essas ações, entretanto, é um dos maiores problemas enfrentados atualmente pela Gerência de Recursos Genéticos. Nessa área de biossegurança, há a necessidade urgente do desenvolvimento de parcerias para que o MMA possa monitorar e acompanhar o avanço dos transgênicos no país, incluindo os seus possíveis impactos, particularmente em áreas próximas ao cultivo de variedades convencionais, orgânicas e variedades crioulas. A deficiência de pessoal é também notória no que diz respeito à realização de cursos de biossegurança nas diversas regiões do país, conforme programação mencionada anteriormente.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	141.105,00	141.105,00	100%
Física*	9	9	100%

* Produto: Ação desenvolvida/ Unidade de Medida: unidade

Ação 8408 - Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Fortalecer mecanismo de disseminação e incentivo à transferência de tecnologias em gestão da biodiversidade, repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados; apoiar ações para estabelecer e aprimorar sistema de informações sobre biodiversidade; apoiar ações visando o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em temas selecionados e em áreas definidas como prioritárias para a gestão da biodiversidade; estabelecer mecanismos facilitadores do processo de intercâmbio e geração de conhecimento biotecnológico com seus potenciais usuários; estabelecer iniciativa nacional para disseminar o uso de tecnologias de domínio público úteis à gestão da

	biodiversidade; fortalecer a estruturação do Portalbio.
Descrição	Promoção e apoio em capacitação sobre temas específicos relacionados à biodiversidade, nos setores governamental, não governamental, acadêmico, setor privado, povos e comunidades tradicionais; elaboração de diagnósticos e estudos sobre temas específicos ligados à biodiversidade, contemplando as diretrizes do PANBio; fortalecimento do Portalbio; apoio à participação de técnicos em fóruns nacionais e internacionais; promoção e implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, por meio do PANBio, mediante deliberação da CONABio; fortalecimento institucional e sensibilização pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 4.339/02; Decreto nº 4.703/03.

Visando apoiar ações de intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em temas selecionados e em áreas definidas como prioritárias para a gestão da biodiversidade o MMA apoiou e/ou participou dos seguintes eventos: Workshop para discussão da lista de Aves Ameaçadas de Extinção e do XVI Congresso de Ornitologia, realizado em Palmas/TO; visita técnica ao Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento – LAPIG – da Universidade Federal de Goiás visando colher subsídios técnicos para a elaboração do acordo de cooperação entre o MMA/LAPIG/TNC/CI em Goiânia/GO; VIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente; X Fórum do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal e I Seminário do Programa Amazônia Sem Fogo. Foi apoiada a Reunião sobre Inventário de Emissões Antrópicas de Gases de Efeitos Estufa, associadas ao setor uso da terra, mudanças de uso da terra e florestas, realizada em Brasília/DF.

Houve apoio e/ou participação nos seguintes eventos: Seminário Regional Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis - Biomas Mata Atlântica e Zona Costeira Marinha, realizada no Rio de Janeiro/RJ; Reunião de Coordenação para o GT de responsabilidade e compensação do Protocolo de Cartagena, realizada em Florianópolis/SC; reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico – SBSTTA, realizada em Roma na Itália; International Conference on Implications of GM Crop Cultivation at Large Scale realizada em Hamburgo na Alemanha.

Com a finalidade de prestar informações sobre as estratégias nacionais desenvolvidas pelos países da América do Sul foi publicado em CD das “Estratégias Nacionais de Biodiversidade da América do Sul” e do “Workshop Regional para a América do Sul”. Estes documentos foram distribuídos durante a "Oficina de Capacitação para as Partes da América do Sul sobre Estratégias e Planos de Ação em Diversidade Biológica", realizada no Acre.

Os técnicos do Departamento estiveram envolvidos com o Grupo de Trabalho Permanente sobre Indicadores Ambientais, instituído no âmbito do Subcomitê de Estatísticas e Indicadores do Comitê Gestor do SINIMA (Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente), com o objetivo de definir e sistematizar um conjunto de indicadores de qualidade ambiental, oficializado de forma consensual entre as diversas instituições (e áreas do MMA e

vinculadas) envolvidas na produção e sistematização de informações ambientais no país.

Os técnicos ainda estiveram envolvidos com as discussões sobre o desenho da publicação “GEO Brasil-Biodiversidade”. Essa publicação faz parte da série temática do GEO Brasil, de avaliações ambientais integradas, voltada para a ação em políticas e programas ambientais prioritários. A série tem como foco a gestão ambiental brasileira e como objetivo disponibilizar, para a sociedade e para os tomadores de decisão, avaliações ambientais consistentes, atuais, validadas e úteis para a melhoria contínua dos processos de gestão ambiental no Brasil, com a projeção de cenários para o ano de 2022 e com a proposição de ações para a sustentabilidade ambiental do Brasil. Porém o MMA decidiu suspender as publicações temáticas e organizar um documento único – o GEO BRASIL II, utilizando os esforços empreendidos nos relatórios temáticos, em conjuntos com as áreas temáticas.

Encontra-se em fase de elaboração o “Quarto Relatório para a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB”. Esse relatório periódico deverá conter informações acerca da implementação da CDB no Brasil. O Secretariado da Convenção divulgou, durante o segundo semestre de 2007, um documento com as linhas gerais para a elaboração do 4º Relatório, com um enfoque voltado para os resultados obtidos desde a adesão do país à Convenção e, ainda, para colher subsídios para a análise do grau de alcance das Metas Globais para a 2010.

Houve ainda a participação dos técnicos do MMA na 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, ocorrida em maio de 2008, em Bonn, na Alemanha. As discussões acompanhadas pela equipe este relacionada com a implementação da CDB; o desenvolvimento das Estratégias Nacionais de Biodiversidade; a elaboração e o desenvolvimento dos Planos Nacionais de Biodiversidade; a inclusão do tema biodiversidade nos diversos setores da sociedade (mainstreaming); o estabelecimento do mecanismo de Clearing-house - CHM; o estabelecimento de estratégias de Comunicação, Educação e Conscientização Pública - CEPA; o estabelecimento de cooperação técnica e científica entre a CDB e outras convenções; a elaboração do 4º Relatório Nacional para a CDB; o estabelecimento de programas de monitoramento da biodiversidade, bem como da implementação da CDB e das Metas para 2010 associado ao desenvolvimento de indicadores; o estabelecimento de ferramentas de priorização da gestão da biodiversidade; por fim o acompanhamento das atividades relacionadas à proteção de ambientes aquáticos (em especial manguezais) e da biodiversidade a eles associadas, entre outros.

Participação no Workshop “Biodiversity modelling results and policy embedding”, realizado em Phuket, na Tailândia, de 23 a 25 de junho de 2008. A participação foi custeada pelo governo holandês com o propósito de assistir os resultados apresentados e avaliar a potencial utilização da ferramenta GLOBIO 3 para modelagem de cenários de biodiversidade no Brasil.

A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, instância deliberativa para a gestão da biodiversidade brasileira, formada por representantes da sociedade civil e governamentais instalou a Câmara Técnica Permanente de Coleções Científicas e a Câmara Técnica Temporária sobre Ecossistemas de Montanhas e realizou 6 reuniões ordinárias, 1 reunião extraordinária, 2 reuniões da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras, 4 reuniões da Câmara Técnica Temporária de Biocombustíveis e Biodiversidade e uma reunião da Câmara Técnica Temporária de Coleções Científicas e Biológicas.

Todas as atividades foram realizadas com recursos nacionais orçamentários do MMA, totalizando R\$ 305.180,00. Os recursos foram utilizados para a aquisição de passagens, pagamento de diárias e contratação de serviços, além de despesas com o pessoal responsável pelo desenvolvimento da ação.

A implementação da Política Nacional da Biodiversidade passa obrigatoriamente pela discussão com diferentes setores da sociedade e do governo. O estabelecimento de parcerias é condição essencial para o sucesso da ação.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	339.533,00	305.180,00	89,88%
Física*	6	5	83,33%

* Produto: Projeto apoiado/ Unidade de Medida: unidade

Desempenho Operacional

O indicador de desempenho do Programa 0508 é a “taxa de conservação das espécies ameaçadas”. Considera-se que os esforços para a conservação da biodiversidade brasileira podem ser avaliados na medida em que mais e mais espécies ameaçadas de extinção são manejadas, o que possibilita que deixem de figurar entre estas.

a) Utilidade:

O manejo de espécies ameaçadas de extinção possibilita que as mesmas voltem a ter tamanhos populacionais que permitam que elas deixem de ser ameaçadas. O indicador proposto aponta para o número de espécies que sofrem ações de manejo necessárias para recuperação das espécies na natureza. Assim, as ações previstas no programa 0508 voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira podem ter suas eficácias expressas neste indicador.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade

Este indicador serve para medir a eficácia do Programa.

c) Fórmula de cálculo.

Relação percentual entre o número de espécies classificadas como ameaçadas de extinção e que estão sendo manejadas, e o número total de espécies constantes das listas oficiais de espécies em extinção divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo)

O método de aferição é a contagem do número de espécies presentes na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção em contraposição ao número de espécies que apresentam alguma ação de manejo. O manejo das espécies ameaçadas visa que o seu aumento populacional e/ou diminuição de pressões permitam que a mesma deixe de ser considerada ameaçada de extinção.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

f) Resultado do indicador no exercício.

31,76%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O resultado obtido por este Programa é considerado muito relevante, pois saímos de um índice de 2% desde o início das medições e chegamos a 31,76% em 5 anos, muito embora a meta fosse 24%. Tendo em vista as dificuldades referentes ao contingenciamento de recursos para a execução das ações do Programa, as dificuldades de implementação de políticas públicas ambientais frente a outras políticas sociais e econômicas do Governo o resultado obtido é considerado satisfatório.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não se aplica

Programa 0506 – Programa Nacional de Florestas

➤ Objetivos

O Programa Nacional de Florestas tem como objetivo principal promover o desenvolvimento florestal sustentável, conciliando o uso com a conservação dos recursos naturais, como também, compatibilizar a política florestal com as demais Políticas Públicas, de modo a promover a ampliação dos mercados interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

Sua execução relaciona-se a duas vertentes, uma produtiva e outra estrutural. A vertente produtiva compreende, de um lado, atividade de manejo e o uso múltiplo sustentável de florestas nativas, consorciado com a conservação dos recursos naturais. De outro lado, o programa desenvolve atividade de expansão sustentável da base florestal plantada, associada à recuperação de ecossistemas degradados.

O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi criado pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000 e na palavra do Presidente da República, “como um instrumento para desenvolver o país aproveitando, sem destruir, o nosso território verde”.

É um programa interministerial (envolvendo onze Ministérios) de articulação das ações do governo brasileiro com relação aos recursos florestais, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado com o apoio da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - CONAFLO.

No tocante a resultados, o PNF vem contribuindo com a redução do desmatamento no Brasil, por meio do aumento da oferta de produtos madeireiros oriundos de florestas plantadas e de florestas nativas manejadas. Ao mesmo tempo, procura recuperar e dar novos usos as áreas degradadas existentes. O aumento da cobertura florestal aliado a diminuição do desmatamento contribui ainda com a diminuição da liberação de gases de efeito estufa, principalmente o CO₂.

A descentralização da atividade florestal e sua gestão compartilhada com os estados configuram-se também como uma importante iniciativa e irá permitir maior capilaridade de suas ações no setor florestal. A participação de diversos setores na gestão florestal proporciona o desenvolvimento de novos temas na gestão de florestas, em especial, a formulação de políticas, planos e programas que atendam uma maior parcela da população.

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral (conforme cadastro de ações do PPA)	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social
Objetivo específico	Aprimorar o licenciamento ambiental e desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Fernando Paiva Scardua
Indicadores ou parâmetros utilizados	Indicador 1- Área de florestas com alto valor para conservação protegida Indicador 2- Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável

	Indicador 3-Área de Florestas Plantadas Indicador 4- Áreas degradadas recuperadas
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

Principais Ações do Programa

Ação 6064- Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia

Dados gerais da ação

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Contribuir para que parcela crescente dos produtos madeireiros e não madeireiros da região amazônica sejam produzidos por meio de manejo florestal de impacto reduzido de forma a contribuir para a redução do desmatamento e legalização da atividade florestal.
Descrição	Análise estratégica e recomendações de políticas públicas para o manejo florestal; apoiar e promover iniciativas promissoras de manejo florestal; desenvolver e testar um sistema piloto de controle e monitoramento da atividade madeireira na Amazônia; apoiar o manejo dos recursos florestais na Floresta Nacional do Tapajós
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/ Departamento de Florestas- DFLOR
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 2.119 de 13/01/1997, Decreto 563 de 05/06/1992.

A LOA/2008 limitou os recursos orçamentários desta ação em R\$1.630.637,00, isto é, 33% da proposta orçamentária prevista pelo Projeto de Lei Orçamentária Anual- PLOA . Deste montante, R\$400.000,00 foi empenhado em favor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com vistas a realizar, por meio do Projeto de Consolidação dos Instrumentos Políticos e Institucionais para Implementação do Programa Nacional de Florestas (PNF), alguns estudos para identificar o potencial madeireiro e não-madeireiro para a produção florestal sustentável em pequenas e médias propriedades rurais, assentamentos, terras indígenas, quilombolas e de populações tradicionais do bioma Amazônico. A operacionalização dos resultados dos estudos, depende, em especial da remoção de alguns obstáculos legais, que disciplinam o uso do manejo florestal, dentre eles a regularização fundiária de propriedades dos pequenos agricultores e comunitários da região Amazônica. Além disso, as Instruções Normativas apresentam exigências técnicas complexas, que necessitam dos serviços de assistência técnica florestal que ainda são deficientes, tanto para a elaboração quanto para o acompanhamento dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS. Há ainda a necessidade de concluir o levantamento da cadeia produtiva e dos

processos de comercialização dos produtos florestais não madeireiros.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$1.630.637,00	R\$ 400.000,00	24,53
Física*	9.000	2.227,374	24,75

*Produto: Área manejada/ Unidade de Medida: ha

Ação 8288 - Recuperação da Cobertura Vegetal de Áreas Degradadas

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Recuperar a cobertura vegetal de áreas degradadas, áreas de preservação permanente e reservas legais, proporcionando a restauração das suas funções ambientais, conservação e uso dos recursos naturais.
Descrição	Formulação de estratégias e políticas para a recuperação de áreas degradadas e a restauração da paisagem, definindo prioridades e diretrizes que compatibilizem as demandas das políticas de conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos, de desenvolvimento rural, dentre outras. As diretrizes para sua implementação também levam em consideração o desenvolvimento de metodologias e técnicas de recuperação e sua disponibilização para a sociedade, por intermédio de iniciativas de capacitação e assistência técnica, articulando as instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a sociedade civil organizada. A ação também busca o fomento à produção e distribuição de sementes e mudas florestais nativas, o fomento aos plantios florestais de recomposição e a disponibilização de serviços necessários ao atendimento de programas de recuperação de áreas degradadas em bacias hidrográficas prioritárias, incluindo a realização de tratamentos culturais e o monitoramento dos plantios.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Constituição Federal de 1988; Lei nº. 4.771/65; Lei nº. 9.985/00; Decreto nº. 4.340/02 e Decreto nº. 3.420/00

A previsão orçamentária inicial foi de R\$758.700,00. Houve a inclusão de Emendas Parlamentares no valor de R\$10.594.082,00. Do montante orçamentário, foi empenhado e pago o valor de R\$562.611,00 dos quais R\$162.611,00 para pagamento de salários dos funcionários temporários e R\$400.000,00, repassado à FAO, no contexto do Projeto UTF/BRA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos e Institucionais para implementação do PNF, visando realizar ações vinculadas ao programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco. O saldo final foi destinado ao atendimento das Emendas Parlamentares, as quais não foram viabilizadas em razão da não apresentação, em tempo hábil, dos documentos necessários à formalização do Convênio.

No tocante aos recursos repassados à FAO, os trabalhos realizados referem-se às ações de consolidação e manutenção da diversidade biológica remanescente; a proteção dos solos e dos mananciais hídricos; além de garantir o uso sustentável dos recursos florestais das sub-regiões (32) pertencentes a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - BHSF.

A tarefa realizada de maior relevância foi o estabelecimento de parcerias com universidades federais que atuam na região para capacitar técnicos e produtores rurais, com vistas a orientar a produção de sementes e mudas de espécies nativas; implantar sistemas agroflorestais; bem como, fazer o aproveitamento racional de produtos madeireiros e não-madeireiros.

Além disso, outras ações foram realizadas, conforme resumo apresentado a seguir:

- ✓ PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (PIDF-SF), nos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e DF;
- ✓ Conclusão do Levantamento Florístico, para auxiliar na definição de Modelos de Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) no interior da Bahia, feito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
- ✓ Implantação de Modelos Demonstrativos de recuperação de cobertura vegetal (experimentos de campo), por meio de sensibilização e assistência técnica a proprietários rurais da região do Alto São Francisco.
- ✓ Relatório de Levantamento dos Projetos Florestais da Bacia do São Francisco
- ✓ Seleção dos viveiros-escola da Bacia do São Francisco (12 unidades);
- ✓ Coletânea de Trabalhos Técnicos de Restauração da Paisagem Florestal e Proteção de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco (Cd-rom e DVD produzidos pelo próprio Departamento de Florestas);e
- ✓ Cursos de capacitação técnica para produtores rurais com a finalidade de difundir informações sobre crédito florestal, importância da cobertura vegetal, legislação, o uso sustentável dos recursos naturais, dados ecológicos e silviculturais, bem como, técnicas regionais de recuperação de áreas degradadas, beneficiamento de sementes de espécies nativas, lista de espécies arbóreas potenciais (madeireiras e não-madeireiras), além dos projetos florestais em andamento.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	758.700,00	562.611,00	74,15
Física*	128	105	82,03

*Produto: Área recuperada/ Unidade de Medida: ha

Ação 8290- Expansão da Base Florestal Plantada

Dados Gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Ampliar a base florestal plantada, de forma sustentável e em atendimento à legislação ambiental vigente, diversificando a oferta de matéria-prima para as indústrias de base florestal (papel e celulose, siderurgia, movelaria e construção civil, dentre outras), de forma a atender a demanda crescente e promover a geração de emprego e renda no setor florestal, colaborando para seu fortalecimento, estruturação, estabilidade e competitividade.
Descrição	Promoção do uso múltiplo da pequena e média propriedade rural, estimulando programas de fomento ao plantio de florestas de rápido crescimento, gerando alternativa de renda com a produção de madeira adequada ambientalmente
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº. 4.771/65 e Decreto nº. 3.420/00.

O orçamento proposto para o exercício de 2008 foi de R\$3.128.987,00. A LOA previu apenas o montante de R\$2.816.089,00. Desse total, parte foi pago o valor de R\$291.415,43, com as seguintes aplicações: R\$191.415,43 para pagamento de salários de pessoal temporário e R\$100.000,00, repassado à FAO para o desenvolvimento de trabalhos relacionados à definição de estratégia que equalize a demanda com a oferta de matéria-prima de florestas plantadas com qualidade social e ambiental.

Para atender aos Editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente, foram descentralizados recursos no valor de R\$2.013.155,00 com a aplicação conforme discriminado a seguir: R\$361.583,00 para o bioma Mata Atlântica, R\$343.544,50 para o bioma Caatinga, R\$293.379,50 para o bioma Cerrado e R\$1.014.648,00 para o bioma Amazônico.

Dentre os principais resultados alcançados, destacam-se:

- A superação da meta prevista, com o plantio anual da ordem de 600 mil hectares, sendo 25% em área de pequena propriedade rural.
- Recomposição de linhas de financiamento para a atividade florestal, com ênfase para os produtores familiares e assentados de programa de reforma agrária.
- Acordo estabelecido com o MDA/INCRA, quanto aos procedimentos necessários para ampliar a atividade florestal em assentamentos de reforma agrária nos diversos biomas brasileiros.
- Articulação com as empresas do setor florestal, de modo a dar continuidade ao fomento florestal com os pequenos e médios produtores rurais, como forma de aumentar a oferta de

matéria-prima e melhoria das condições sociais e ambientais locais.

- Difusão, por meio das representações do setor agro-florestal, de informações sobre as atividades florestais e sua importância como alternativa econômica e de desenvolvimento social e ambiental em nível local.

Atendimento a mais de 20 mil produtores, com assistência técnica e desenvolvimento de projeto de agrosilvicultura, por meio dos Editais do FNMA.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.816.089,00	2.081.741,	73,92
Física*	2.260,00	2.418,00	106,99

*Produto: Área expandida/ Unidade de Medida: ha

Ação 8292- Expansão do Uso Sustentável dos Recursos Florestais

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Ampliar a base florestal manejada para a produção madeireira e não-madeireira de forma sustentável e adequada à legislação ambiental, para o atendimento às demandas da sociedade, além da geração de emprego e diversificação da renda.
Descrição	Diagnóstico, organização e fomentação de cadeias produtivas do setor florestal, definindo regras e mecanismos para ampliação e consolidação do uso sustentável das florestas naturais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº. 4.771/65 e Decreto nº. 3.420/00.

A previsão orçamentária inicial foi de R\$3.138.673,00. Todavia, a LOA aprovou recursos no valor de R\$2.824.807,00. Deste total, foi empenhado o valor de R\$1.498.133,00, pago R\$ 491.326,00 e destacado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente o valor de R\$911.925,00.

O valor empenhado teve a seguinte destinação: R\$191.325,53 para pagamento de salários dos funcionários temporários e R\$300.000,00, repassado à FAO com vistas ao atendimento de ações vinculadas ao Projeto UTF/BRA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos e Institucionais para implementação do PNF.

O destaque orçamentário, em favor do FNMA, destinou-se ao atendimento dos Editais para demanda induzida de projetos relacionados com o manejo florestal sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros nos biomas Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônico.

Dentre os principais resultados alcançados, podemos destacar:

- Gestão junto ao INCRA e SPU com vistas a agilizar o processo de regularização fundiária

das áreas de florestas comunitárias.

- Ampliação da capacidade técnica dos órgãos de assistência técnica para o trabalho de manejo florestal comunitário.
- Levantamento de cadeias produtivas em áreas de florestas comunitárias.
- Melhoria da capacidade organizacional das comunidades, facilitando o processo de obtenção do licenciamento para plano de manejo e assistência técnica florestal necessária às suas atividades.
- Concluído o levantamento sobre a estrutura de assistência técnica florestal existente no país e iniciado o debate com os estados, no contexto da gestão florestal descentralizada, sobre a necessidade de recomposição institucional desses órgãos com vistas a atender a demanda do setor florestal.
- Maior autonomia financeira às instituições (ONGs, Organizações comunitárias e Instituições de Assistência Técnica e de pesquisa) para articular as redes regionais de sementes, sem apoio do governo.

Todavia, alguns entraves precisam ainda ser superados, tais como:

- Dificuldade operacional com a logística de deslocamento dos líderes comunitários (não tem conta bancária, localização remota, dificuldade de transporte e comunicação).
- Identificar informações e experiências replicáveis sobre silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais e estabelecer modelos, considerando todo o processo produtivo desde o planejamento, zoneamento ecológico-econômico, produção de sementes e mudas, técnicas silviculturais e agrosilviculturais, potenciais de produção, custos e linhas de crédito, mercados e disponibilização e divulgação dos modelos.
- Dificuldade de acesso a financiamento pelos pequenos e médios produtores rurais, dado a fragilidade do sistema fundiário, em especial no bioma Amazônico.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.824.807	1.498.133	53,03
Física*	12.150,00	7.300,00	60,08

*Produto: Área manejada/ Unidade de Medida: ha

Ação 8294- Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada

Dados Gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Fortalecer os órgãos do Sistema Nacional Meio Ambiente - SISNAMA para consolidar a gestão florestal compartilhada, por meio do desenvolvimento das estruturas físicas, técnicas e administrativas, apoio técnico e utilização de sistemas informatizados e de geoprocessamento.
Descrição	Desenvolvimento de parcerias com os governos estaduais e municipais para ampliar a infraestrutura física, técnica e administrativa, e aprimorar os instrumentos legais, normativos e de incentivos necessários à implementação de

	políticas florestais. Utilização de processos e sistemas de gestão da informação, tais como o Sistema de informações Ambientais - SISCOM, Sistema de Licenciamento e Controle de Produtos Florestais - SISPROF, Sistema de Controle do Fluxo dos Produtos Florestais - DOF e o Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF. O uso desses sistemas será realizado de forma compartilhada e integrada, permitindo ao IBAMA, ao MMA, ao Serviço Florestal Brasileiro e ao demais órgãos do SISNAMA implementarem as ações relacionadas à gestão florestal e ao acesso comum às bases de dados, com transparência e acessibilidade à sociedade e aos órgãos de controle externo. Fornecimento de apoio técnico aos órgãos de meio ambiente na aplicação dos procedimentos de licenciamento de planos de manejo, autorização de desmatamento, reposição florestal e controle de transporte de produtos florestais, dentre outros, para viabilizar a correta aplicação dos Acordos de Cooperação Técnica para a Gestão Florestal Compartilhada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Serviço Florestal Brasileiro
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução da ação	Compartilhada entre Departamentos de Florestas e Serviço Florestal Brasileiro.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Leis nº. 4.771, de 15/09/65, 9.605, de 12/02/1998, 9.985, de 18/07/2000 e 11.284 de 2006; Decretos nº. 2.519, de 16/03/98, 3.420, de 20/04/2000, 4.339, de 22/08/2002 e 5.975 de 2006.

Do total da dotação concedida na LOA, foi empenhado o valor de R\$ 98.875,00 para pagamento de serviços de informática, em decorrência da insuficiência de dotação da Ação 10FL – Ampliação e Modernização da Estrutura de Informática do Ministério do Meio Ambiente. O gasto está correlato com a implementação e desenvolvimento de sistemas de informação do Ministério. A apropriação desta despesa é defendida pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP e evidenciada nos manuais técnicos de orçamento para permitir a continuidade da prestação deste serviço.

A despeito da execução financeira realizada, não houve o atingimento da meta proposta (duas parcerias firmadas), mas foram realizadas reuniões nas regiões norte e nordeste com o objetivo de firmar protocolo de intenções e somente o Estado do Sergipe encaminhou minuta do protocolo até o momento, encontrando-se em análise neste Ministério.

Esta ação contou também com recursos adicionais, provenientes do programa de cooperação com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, por meio do Projeto UTF/BRA/062 e do Mecanismo NFP Facility.

Com os recursos do Projeto UTF/BRA/062, os seguintes resultados foram alcançados:

- Organização de reunião, no âmbito da Câmara Técnica de Florestas do CONAMA, com vistas a estabelecer parâmetros técnicos para a elaboração e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável na Amazônia Legal.

- Apoio à elaboração de minuta de Instrução Normativa para o manejo florestal sustentável no bioma Caatinga e, iniciada a consulta a especialistas para elaborar proposta de IN para o Cerrado.
- Realizado estudo para criação de novas Unidades Regionais de Apoio ao PNF, com vistas à melhoria da capacidade de gestão e logística regional.
- Realizado estudo para melhoria da capacidade de gestão administrativa do Departamento de Florestas no tocante aos projetos de cooperação internacional.

Com os recursos provenientes do Mecanismo NFP Facility, da ordem de US\$300.000,00 para execução em 3 anos, alguns eventos já foram realizados, com vistas a facilitar o processo de descentralização da gestão florestal, tais como:

- Reunião em Brasília, em maio de 2008, com representantes dos estados das Regiões Norte e Nordeste e participação direta de representantes da FAO, para lançamento do Mecanismo e formalização do Acordo de Cooperação.
- Reunião em Fortaleza-CE, em outubro de 2008, com vistas a aprovar o Protocolo de Intenções a ser assinado com os estados, bem como discutir os procedimentos necessários para a elaboração dos Programas Estaduais de Florestas da Região Nordeste.

Com mesmo objetivo, foi realizado em novembro de 2008, em Manaus-Am, reunião com os estados daquela região.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	540.000	98.875	18,31
Física*	2	-	0

*Produto: Parceria firmada/ Unidade de Medida: unidade

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais

	atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Fernando Paiva Scardua
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica.

A previsão orçamentária prevista foi de R\$617.908,00. A LOA aprovou orçamento no valor de R\$589.800,00. Desse total foi empenhado o valor de R\$422.625,90. Os gastos realizados foram para pagamento de pessoal terceirizado, pagamento de viagens, serviços gráficos e compra de material de consumo.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	617.908	422.628,00	68,40
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

2 - Desempenho operacional:

Indicador 1- Área de florestas com alto valor para conservação protegida

a) Utilidade:

Refere-se à área total protegida em projetos de manejo (estoque), em cada ano ao longo do PPA.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

É um indicador para aferir a sustentabilidade dos projetos de manejo.

c) Fórmula de cálculo:

É o somatório das áreas de reserva absoluta e de áreas de preservação permanente em projetos de manejo florestal.

d) Método de aferição:

Para efeito deste planejamento consideramos 20% da área manejada (indicador 2), mas os valores serão estimados (%) para os planos de manejo não certificados e para os projetos certificados utilizaremos dados reais.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Diretoria de Florestas do Ibama.

f) Resultado do indicador no exercício:

200.000 ha

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

O método de aferição desse indicador depende de informações de implementação de plano de manejo, conforme descrito na sessão “d” acima. Antes da publicação da Lei 11.284/2006, a aprovação dos planos de manejo florestal era competência do IBAMA que dispunha da informação. Com a publicação dessa lei, essa atividade foi descentralizada para órgãos estaduais competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Após a publicação da Lei de Gestão, as informações referentes à autorização de planos de manejo florestal ficaram difusas, divididas entre os estados e o IBAMA. Entretanto, a Resolução CONAMA Nº 379/2006 previu que os órgãos integrantes do SISNAMA elaborarão anualmente relatório de avaliação de desempenho relacionado ao licenciamento, controle e fiscalização das atividades florestais, que será disponibilizado na INTERNET. Atualmente, o IBAMA detém as informações dos planos de manejos autorizados pela esfera federal e está desenvolvendo o sistema para integrar as informações de licenciamento de atividades florestais oriundas dos estados.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Não há.

Indicador 2- Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável

a) Utilidade:

Refere-se à área total (estoque) sob manejo em cada ano ao longo do PPA.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

É um indicar que subsidia o monitoramento indireto do desmatamento no País.

c) Fórmula de cálculo:

É igual ao somatório das áreas de projetos de manejo florestal madeireiro, mais somatório de área de projetos de manejo não madeireiros, considerados aptos pelo Ibama.

d) Método de aferição:

Planos de Manejo considerados aptos pelo Ibama.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Diretoria de Florestas do Ibama

f) Resultado do indicador no exercício:

1.000.000 ha.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

O método de aferição desse indicador depende de informações de implementação de plano de manejo, conforme descrito na sessão “d” acima. Antes da publicação da Lei 11.284/2006, a aprovação dos planos de manejo florestal era competência do IBAMA que dispunha da informação. Com a publicação dessa lei, essa atividade foi descentralizada para órgãos estaduais competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Após a publicação da Lei de Gestão, as informações referentes à autorização de planos de manejo florestal ficaram difusas, divididas entre os estados e o IBAMA. Entretanto, a Resolução CONAMA Nº 379/2006 previu que os órgãos integrantes do SISNAMA elaborarão anualmente relatório de avaliação de desempenho relacionado ao licenciamento, controle e fiscalização das atividades florestais, que será disponibilizado na INTERNET. Atualmente, o IBAMA detém as informações dos planos de manejos autorizados pela esfera federal e está desenvolvendo o sistema para integrar as informações de licenciamento de atividades florestais oriundas dos estados.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Não há.

Indicador 3-Área de Florestas Plantadas

a) Utilidade:

Refere-se à área de plantio anual (fluxo) ao longo do PPA.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

É um indicador que mede o balanço entre a oferta e demanda por matéria-prima florestal.

c) Fórmula de cálculo:

É o somatório das áreas florestais plantadas em projetos empresariais (Bracelpa, AMS, Abimóvel, ABRAF) e não empresariais (pequenos produtores registrados no Ibama).

d) Método de aferição:

Levantamento de dados junto ao Ibama e empresas florestais.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Departamento de Florestas do MMA.

f) Resultado do indicador no exercício:

600.000 ha

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Dificuldade na obtenção dos dados consolidados pelas empresas e do próprio Ibama.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Concepção e implantação de um sistema de informações, integrando as bases de dados das empresas e setor de cadastro do Ibama.

Indicador 4- Áreas degradadas recuperadas

a) Utilidade:

Refere-se à área degradada (fluxo) que foi recuperada em cada ano ao longo do PPA.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

Mede as áreas recuperadas dos diferentes ecossistemas em processo de degradação.

c) Fórmula de cálculo:

É o somatório das áreas de projetos financiados para a recuperação de áreas degradadas + somatório das áreas recuperadas em projetos não financiados. Projetos Financiados são aqueles apoiados diretamente pelo PNF ou PROPFLORA, ou PRONAF FLORESTAL, etc. Projetos não Financiados são aqueles de iniciativa de particulares e que eventualmente tem registro no Ibama ou OEMA.

d) Método de aferição:

Levantamento junto aos agentes financeiros que financiam projetos de recuperação de áreas degradadas, assim como de informações do Ibama e órgãos estaduais de meio ambiente.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Departamento de Florestas do MMA

f) Resultado do indicador no exercício:

16.000 ha

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Informações dispersas.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

As estratégias e políticas para a recuperação de áreas degradadas e a restauração da paisagem florestal baseiam-se no estabelecimento de diretrizes e metas que visam compatibilizar, não só, as demandas do setor de conservação da biodiversidade e florestas, como também de outros segmentos importantes, com destaque: para a proteção dos recursos hídricos; as ações correlatas de desenvolvimento rural sustentável; e os trabalhos realizados por empresas e por setores da própria sociedade civil organizada. Entretanto, por falta de equipe técnica e de recursos destinados, especificamente, para a operacionalização de um adequado sistema de acompanhamento do desempenho dos projetos, nas 27 unidades da federação, a quantificação das áreas recuperadas tem sido uma árdua tarefa, que ora se fundamenta na obtenção de informações dispersas. A validação das mesmas é outra tarefa difícil, já que, na maioria das vezes, não há tempo nem condições

satisfatórias para a correta aferição dos dados.

Além disso, a reestruturação do funcionamento do Ministério do Meio Ambiente (Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007) tornou ainda mais complexa a quantificação dos projetos de recuperação florestal. Isto porque a citada reestruturação não definiu que setor deveria fazer a coordenação desse trabalho, já que, pelo menos, três secretarias vinculadas a este Ministério, passaram a ter a atribuição de estimular e, conseqüentemente, realizar o acompanhamento dos projetos de recuperação das áreas degradadas.

Assim sendo, sem um plano de monitoramento bem definido e um trabalho integrado entre os setores - para os quais este tema não era ainda priorizado -, a reunião das informações feita por este DFLOR-PNF, baseou-se numa amostragem que tomou como base os projetos em andamento na Bacia do Rio São Francisco, que representa cerca de 8% do território nacional. Nesta parte do Brasil, verificou-se, em 71 projetos, que as áreas previstas para serem recuperadas totalizaram 4320 hectares. Além desta informação mais precisa, cabe mencionar que o montante de recursos governamentais (federal, estadual e municipal) e de pequenas e médias empresas privadas, somados aos fatores naturais de regeneração, induzem a presumir que o total de áreas florestais recuperadas no Brasil, em 2008, superou 20.000 hectares. Neste montante incluem-se as áreas em processo de recuperação decorrentes do financiamento, com recursos do Programa Nacional de Florestas (PPA – 0506), de 48 (quarenta e oito) projetos selecionados pelo edital de recuperação de nascentes (FNMA - nº 02/2005). Cabe informar, finalmente, que desse conjunto somente, 04 (quatro) estão situados na Bacia do São Francisco. Há ainda a considerar os plantios de espécies nativas feitos, por exigência legal, pelas empresas de reflorestamento, para recompor áreas de preservação permanente (APP's) e as reservas legais (RL's).

Portanto, se estas estimativas estiverem corretas, a meta estabelecida terá sido amplamente superada, o que não invalida, contudo, a necessidade de urgente implantação de um sistema de levantamento e monitoramento mais eficaz; de um melhor entrosamento entre os setores do MMA e demais instituições vinculadas; e um forte trabalho de fomento e divulgação da importância dos projetos de recuperação de áreas degradadas. A sugestão definitiva do DFLOR-PNF, neste caso, é a elaboração de um Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas e Restauração de Paisagens Florestais (PN RAD&FLR).

Programa 1426- Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Objetivos Específicos	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacionalPromover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Gerente do programa (2)	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo (2)	João de Deus Medeiros
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Principais Ações do Programa

Ação 2B61- Identificação e Pesquisa de Espécies da Fauna e Flora de Importância Econômica

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Promover a identificação, conservação e utilização das espécies de plantas de valor econômico atual e potencial, de uso local e regional "Plantas para o Futuro", incluindo a disseminação das informações relativas ao diagnóstico realizado nas cinco regiões geopolíticas do País, realização do levantamento das espécies alimentícias, nativas e exóticas, utilizadas no País e a identificação e conservação da fauna endêmica polinizadora..
Descrição	O Ministério do Meio Ambiente iniciou, em parceria com várias instituições governamentais e não- governamentais, um processo visando a identificação e divulgação de informações sobre as espécies da flora brasileira de importância atual e potencial, de uso local e regional "as Plantas para o Futuro", agrupadas nos seguintes grupos de uso: alimentícias; fruteiras; medicinais; aromáticas; ornamentais; oleaginosas; madeiras; apícolas; fibrosas; forrageiras; tóxicas/biocidas e ambientais. Para uma ampla disseminação em âmbito nacional dessas informações, além da publicação de portfolios das espécies priorizadas para uso em cada uma das regiões geopolíticas do País, serão desenvolvidas ações para ampliar as informações disponíveis sobre cada uma das espécies selecionadas, incluindo estudos relacionados ao valor nutricional (espécies alimentícias), entre outras e domesticação; disseminação de informações relativas às variedades crioulas e aos parentes silvestres

	de plantas cultivadas decorrentes do mapeamento realizado para algumas culturas -algodão, amendoim, arroz, cucúrbita, mandioca, milho e pupunha. Os resultados dessa atividade deverão também subsidiar as decisões tomadas no âmbito da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, particularmente em relação à liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, para os quais existam parentes silvestres no País. As informações resultantes desse estudo deverão trazer, portanto, grandes contribuições ao zoneamento das áreas de exclusão de transgênicos. Por meio desta ação será efetuado, ainda, um diagnóstico das instituições envolvidas na conservação de recursos genéticos, mantidos na condição <i>in situ</i> , <i>ex situ</i> e <i>on farm</i> e a recuperação de habitat e repovoamento de espécies de fauna e flora (i.e. Insetos polinizadores, peixes), recuperação de habitats de manguezais danificados em áreas costeiras que prejudicam a reprodução de espécies endêmicas, inclusive de interesse econômico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira Dias
Unidades executoras (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade e Recursos Genéticos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

A ação envolve três sub-ações, ou seja: (i) Diagnóstico da situação de conservação (*ex situ*, *on farm* e *in situ*) de recursos genéticos no País (fauna, flora e microrganismos); (ii) Identificação das espécies da flora brasileira de valor econômico, atual e potencial, de uso local e regional “Plantas para o Futuro” e (iii) Mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas e avaliação das condições de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* desses recursos genéticos.

Em relação à ação relativa à conservação (*ex situ*, *on farm* e *in situ*) de recursos genéticos no país, já foi finalizado, com a coordenação técnica da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, o levantamento para a região Centro–Oeste das instituições, governamentais (federais, estaduais e municipais) e não-governamentais, incluindo os movimentos sociais, envolvidas com a conservação e uso de recursos genéticos, em seus mais diferentes aspectos. Em 2008 foram efetuados contatos com diversas instituições envolvidas com essa temática e elaborados os Termos de Referência para a complementação deste trabalho nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte. A expansão desta iniciativa, visando atingir essas outras quatro regiões do país é de fundamental importância, não apenas para fins de comparação dos dados entre as regiões, mas especialmente para a definição das medidas necessárias para apoiar e ampliar o suporte às instituições envolvidas com essa temática.

Uma dificuldade ocorrida na época do lançamento dos primeiros editais foi o fato de não terem sido apresentadas propostas para os Editais lançados para as Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Naturalmente, espera-se a obtenção de recursos financeiros para a contratação das instituições que farão esse levantamento. Com a finalização desse levantamento teremos uma fotografia real da situação das coleções de recursos genéticos, sua infra-estrutura, representatividade e medidas necessárias para a ampliação dos esforços voltados à conservação dos recursos genéticos no país.

Com relação à Identificação das espécies da flora brasileira de valor econômico, atual e potencial, de uso local e regional “Plantas para o Futuro”, foram desenvolvidas uma série de atividades, com destaque para: a) Elaboração dos Termos de Referência para a contratação de consultores voltados à: (i) Revisão técnica e organização dos Relatórios sobre as Espécies de Plantas de Valor Econômico Atual e Potencial, de Uso Local e Regional “Plantas para o Futuro”, resultantes de projeto desenvolvido nas cinco grandes regiões geopolíticas do país (Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte), visando à publicação de cinco livros, um para cada uma das regiões acima mencionadas; e (ii) Sistematização e harmonização dos documentos resultantes, incluindo a diagramação e arte gráfica, para encaminhamento para publicação; b) organização do texto relativo à publicação do livro “Fontes Brasileiras de Carotenóides – Tabela Brasileira de Composição de Carotenóides em Alimentos”. Tal publicação tem grande importância no contexto desta ação, pois a flora brasileira possui uma grande variedade de espécies ricas em carotenóides. O avanço no conhecimento dos recursos genéticos, e mais especificamente daqueles ligados à alimentação humana, tem enorme importância para o país, que poderá utilizar-se deste no aperfeiçoamento de programas governamentais voltados à segurança alimentar e nutricional de nossa população, tais como o Fome Zero, Segurança Alimentar – PSA, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, Consórcios de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Local – CONSAD. Nesse contexto, iniciativas dedicadas a atender demandas de mercado por novos produtos ocupam, cada vez mais, posição de destaque no cenário nacional e internacional. É fundamental, portanto, que o país intensifique investimentos na busca de um melhor aproveitamento da rica biodiversidade brasileira. Dada essa situação e a necessidade inadiável de promover e ampliar a utilização de novas espécies, o Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretaria de Biodiversidade e Florestas, vem desenvolvendo um amplo projeto, denominado de “Plantas para o Futuro”, com vistas à promover um melhor aproveitamento dos recursos genéticos existentes no país. Avanços práticos resultantes dessa iniciativa já estão ocorrendo, com o lançamento, em parceria, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina - EPAGRI e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, de duas cultivares da goiabeira serrana (*Acca sellowiana*), uma das espécies priorizadas pelo projeto “Plantas para o Futuro”. A publicação Fontes Brasileiras de Carotenóides amplia o conhecimento sobre espécies de valor econômico atual ou potencial, contribuindo diretamente para o alcance desses objetivos. Com ampla distribuição na natureza, os carotenóides estão entre os compostos pigmentares mais importantes na alimentação do ser humano, devido aos seus efeitos benéficos à saúde. Alguns são precursores de vitamina A, sendo utilizados no combate à deficiência desta vitamina. Pró-vitaminas A ou não, os carotenóides também atuam no fortalecimento do sistema imunológico e mesmo na diminuição do risco de doenças degenerativas. Assim, os dados sobre a composição detalhada de carotenóides em alimentos de origem vegetal consignados neste trabalho constituem um acervo raro no mundo e serão, sem dúvida, uma relevante referência para pesquisadores brasileiros e estrangeiros que atuam na área de nutrição, além dos especialistas em saúde pública, engenheiros agrônomos, botânicos e estudiosos da área ambiental. Igualmente, darão aos agricultores brasileiros a oportunidade de melhor direcionarem suas atividades produtivas, tendo agora à sua disposição ferramentas básicas mais precisas e próprias do Brasil. A publicação deste livro, já em franca distribuição em todo país, esta sendo considerada um importante avanço, tanto em relação à ampliação do conhecimento disponível sobre a matéria quanto à promoção de uma melhor utilização das nossas espécies nativas; e c) Elaboração e encaminhamento ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, de proposta para contratação de serviços técnicos visando a elaboração de estudos sobre espécies da flora brasileira de valor econômico, atual e potencial. Esta proposta resultou no Termo de Referência “Estudo do estado da arte, desafios e oportunidades para ampliação da utilização de componentes da biodiversidade brasileira”.

Finalmente, no que diz respeito ao mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas e avaliação das condições de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* desses recursos genéticos, foram elaborados os Termos de Referência para revisão técnica e organização dos documentos para publicação. Os

trabalhos de revisão técnica a serem desenvolvidos pelo consultor englobarão ações voltadas às culturas do algodão, amendoim, arroz, cucurbita, mandioca, milho e pupunha. Essas publicações conterão informações sobre todos os aspectos relacionados à situação de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm* de cada uma das variedades crioulas e dos parentes silvestres relativos a essas culturas, bem como o mapeamento da distribuição geográfica de cada uma dessas espécies nativas aparentadas. Além disso, serão incluídas informações sobre as medidas necessárias para a condução de novas ações visando a consecução dos objetivos de proteção dessas espécies na natureza e fora dela e promoção de ações visando ampliar a utilização de cada uma dessas variedades crioulas e parentes silvestres. Em adição aos trabalhos de revisão técnica e organização das informações a publicação dos sete livros exigirá também ações de consultoria para a sistematização, harmonização e criação de arte gráfica. Ao longo de 2008 foram também desenvolvidos Termos de Referência para a contratação de novos estudos relacionados ao mapeamento das variedades crioulas e dos parentes silvestres de outras culturas, a exemplo do: abacaxi (*Ananas* spp e gêneros afins), caju (*Anacardium* spp), cevada (*Hordeum* spp), feijão (*Phaseolus vulgaris* [em estado silvestre] e *Macroptilium* spp), maracujá (*Passiflora* spp) e pimentas (*Capsicum* spp). Dependendo dos recursos financeiros disponíveis serão também priorizadas ações visando o desenvolvimento de um amplo levantamento das espécies da família das mirtáceas, uma das mais importantes do reino vegetal, e fundamental para a alimentação humana. Esse trabalho deverá ser completado com o levantamento das espécies forrageiras, especialmente aquelas vinculadas à família das leguminosas, a exemplo do gênero *Stylosanthes*, que, além de sua importância para a pecuária, mantém uma ampla diversidade de espécies no país, com várias já em estado de cultivo.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	793.554	293.554	36,99
Física*	162	82	50,62

Produto: Espécie identificada/ Unidade de medida: Unidade

Ação 8266 - Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Incentivar a conservação da agrobiodiversidade, de modo a fortalecer a segurança alimentar nas propriedades da agricultura familiar e em territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, promovendo o resgate, a conservação e o uso sustentável de variedades crioulas de plantas domesticadas ou semi-domesticadas, o uso sustentável de plantas medicinais e fitoterápicos, o uso de sistemas agro-florestais que incluem o cultivo de espécies para diferentes finalidades, o agroextrativismo sustentável de produtos da sociobiodiversidade, a adoção de princípios e processos agroecológicos, assim como o manejo animal alternativo, a qualificação e incentivando iniciativas de agregação de valor para produtos da agrobiodiversidade, com estratégia para geração de renda no campo.
Descrição	Serão apoiados projetos e iniciativas de comunidades organizadas ou suas entidades representativas, que contemplem capacitação e atividades relacionadas à finalidade desta ação. Da mesma forma,

	serão caracterizados os diferentes sistemas de conservação e uso atual de plantas e animais pelas comunidades tradicionais e povos indígenas. Será também incentivada a promoção, de forma sistematizada, da troca de experiências entre as comunidades, gerando a formação de canal de comunicação entre os partícipes e a promoção da troca de material genético e práticas inovadoras. Parceiros de outros órgãos governamentais, instituições de ensino, pesquisa e extensão, bem como organizações da sociedade civil serão também envolvidos nas atividades desta ação e, em particular, na implementação dos Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade. Serão também dedicados esforços para a implantação, utilizando-se espécies nativas, de Sistemas Agroflorestais - SAFs e Agrosilvipastoris, com ênfase para a segurança alimentar e à produção de energia. A ação dará também atenção especial às atividades relacionadas com as plantas medicinais e fitoterápicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira Dias
Unidades executoras (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gerência de Recursos Genéticos / Departamento de Conservação da Biodiversidade e Recursos Genéticos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Com intuito de ampliar as perspectivas de fomento desta ação, foram efetuadas várias tentativas visando a ampliação de recursos financeiros, tanto por meio de emendas parlamentares individuais, que propiciariam melhores condições para o atingimento das metas, quanto pela ampliação no atendimento à demanda reprimida, em especial no tocante aos Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade. Ocorreu que dois Convênios frustraram devido, principalmente, a problemas operacionais do SICONV, o qual inviabilizou a assinatura desses.

O não lançamento do Edital para seleção de projetos de novos CIMAs, inicialmente previsto por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, com recursos orçamentários e financeiros disponíveis, frustrou os potenciais beneficiários e contribuiu para a reduzida execução financeira. Também prejudicou, de forma significativa, os resultados esperados.

Em que pese os problemas acima relatados, entre os principais resultados obtidos nesta ação podem-se citar:

-Articulações com organizações da sociedade civil para definir indicador qualitativo que seja representativo das principais ações existentes do Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, componente do PPA 2008-2011, onde participam o MMA, o MAPA/Embrapa, o MDA e o MDS.

-Elaboração de minuta de Edital para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, visando dar continuidade à iniciativa relacionada aos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAs. Esta iniciativa envolveu, além do MMA, o MDA/INCRA e o MDS.

-Foram desenvolvidas uma série de ações visando a elaboração do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com destaque para:

I) Participação do Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração do

Programa Nacional – 4ª a 9ª reuniões de GTI, com a minuta final encaminhada para assinatura dos Ministérios;

II) coordenação e articulação de discussões internas para subsidiar as proposições do MMA ao Programa Nacional, envolvendo diversos setores do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e ICMBIO;

III) participação em diversas reuniões de articulação e discussão do Programa Nacional, junto a outros ministérios e órgãos do Governo Federal;

IV) participação em diversas reuniões de articulação e discussão do Programa Nacional, junto a setores interessados da Sociedade Civil;

V) organização e realização da Oficina com parceiros para contribuições à consulta pública do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, realizada de 05 a 07 de março de 2008, em Brasília-DF.

- No âmbito do Protocolo de Intenções do Projeto Piloto da Agroindústria Familiar de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, foram desenvolvidas as seguintes atividades: i) acompanhamento da execução de Convênios firmados entre o MMA/SBF e os Municípios de Aragarças, Arenópolis, Diorama, Jussara, Montes Claros de Goiás e Piranhas, tendo como objeto promover o uso sustentável da agrobiodiversidade no Oeste Goiano, visando à valorização do conhecimento tradicional associado e à defesa do uso comunitário de plantas medicinais e fitoterápicos, voltados para a atenção básica da saúde da população local; ii) visita técnica e institucional aos Municípios de Aragarças, Arenópolis, Diorama, Jussara, Montes Claros de Goiás e Piranhas, envolvidos em ações de promoção e fomento da produção e uso de plantas medicinais e fitoterápicos, e ao Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores – AGROTEC (9 a 11 de abril de 2008); iii) apoio institucional aos processos de prorrogação dos Convênios firmados entre o MMA/SBF e os Municípios de Aragarças, Arenópolis, Diorama, Jussara e Piranhas, para o ano de 2009.

- Com objetivo de elaborar o Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade, foram desenvolvidas as seguintes ações:

I) Realização do Seminário Regional do Bioma Mata Atlântica: “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”, organizado pelo MMA, MDA, MDS e FUNBIO, realizado de 16 a 18 de fevereiro de 2008, no Rio de Janeiro – RJ;

II) realização do Seminário Regional do Bioma Caatinga: “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”, organizado pelo MMA, MDA, MDS e SEMARH/BA, realizado de 26 a 28 de fevereiro de 2008, em Juazeiro – BA; e

III) realização do Seminário Nacional “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”, organizado pelo MMA, MDA e MDS, de 15 a 18 de julho de 2009, em Brasília – DF.

Como forma de ampliar o debate sobre estratégias de promoção da conservação e do uso sustentável da agrobiodiversidade junto a diversos setores da sociedade e do poder público, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

I) Participação, no período de 24 a 26 de julho de 2008, da Roda de Prosa “Sementes Crioulas: Experiências”, durante o VIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, realizado pela Associação Comunitária da Vila de São Jorge – ASJOR. Neste evento específico, o DCBio/SBF apoiou a participação de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária, em parceria com o MAPA;

II) participação na 3ª Reunião da Rede Temática de Produtos e Mercados Diferenciados com os Técnicos da ATER pública responsáveis da Agricultura Familiar, realizada em Natal, no período de 13 a 15 de maio de 2009, com foco em Agricultura Orgânica e Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

III) participação na Mesa Redonda Políticas Públicas para Plantas Medicinais e Fitoterápicos na I Semana de Plantas Medicinais de Manaus, de 27 a 29 de agosto de 2008, Manaus – AM;

IV) participação no II Congresso de Fitoterápicos do Mercosul, de 3 a 6 de dezembro de 2008, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em Belo Horizonte – MG, com apresentação da palestra de abertura do evento;

V) apoio financeiro e realização de palestra nos eventos “I Encontro de Sementes da Amazônia” e “1º Encontro Estadual de Agroecologia”, em Ouro Preto do Oeste – RO, em 25 de abril e 1º de agosto de 2008, respectivamente;

VI) apresentação de palestra na abertura da I Semana do Meio Ambiente sobre o tema “A importância da Agrobiodiversidade para a Conservação da Biodiversidade e segurança alimentar”, em 02/06/08, em Guarapuava-PR;

VII) apoio financeiro e participação do “Seminário Regional de Agrobiodiversidade da Amazônia”, em São Luís, estado do Maranhão, dias 16 e 17 de novembro de 2008; viii) Apresentação de palestra sobre 'a importância da agrobiodiversidade para a segurança alimentar' no Seminário Nacional de Formação de Formadores do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra (MEC), dia 16 setembro, em Brasília-DF. ix) Articulação em Comissões de Agroecologia (interna MMA) e interministerial de Educação em agroecologia (MAPA, MEC, MDA, MTE, MCT, MS).

Participação do GT Interministerial sobre a elaboração da Política para Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.206.272	492.366	22,32
Física*	12	4	33,33

*Produto: Sistema Implantado/ Unidade de Medida: unidade

Ação 2272- Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira Dias

Unidades executoras (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade e Recursos Genéticos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	269.792,00	269.402,00	99,86
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Desempenho Operacional

Objetivos

O indicador de desempenho do Programa é a Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira

a) Utilidade:

Em que pese importante o incremento desta taxa, esse indicador proposto aponta para a necessidade de se ampliar a participação dos alimentos orgânicos na mesa dos consumidores brasileiros. Infere-se que, assim ocorrendo, a conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade brasileira poderá ter uma amostra sobre a eficácia de uma ação deste Programa.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade,

Este indicador serve para medir a eficácia de uma (só) ação do Programa, originária do Programa Pró-orgânico, que existiu no PPA 2004-2007.

c) Fórmula de cálculo.

Relação percentual entre o volume comercializado de produção oriundo de sistemas orgânicos de produção e o volume total comercializado oriundo da produção total nacional convencional, transgênicas, incluindo-se as oriundas de produção orgânica.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo)

O atual indicador é impróprio e de difícil acompanhamento.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

Será definido com o conjunto de organizações e instituições parceiras na construção deste programa.

f) Resultado do indicador no exercício.

O indicador deste Programa trata-se, em verdade, de reprodução de antigo indicador do Programa Pro-Orgânico e não representa, de fato, a maioria das ações do Programa 1426. Em 2009 serão realizados esforços (Seminário) com intuito de construir um Indicador de Resultado de Programa adequado e representativo do conjunto de ações deste Programa.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Em que pese ser o primeiros ano de execução deste Programa, o resultado obtido em seu conjunto de ações pode ser considerado satisfatório, em que pese existirem diversos aspectos que deverão ser ajustados e melhorados. É possível que ainda neste ano, com as articulações realizadas com as organizações da sociedade civil e das diversas instituições governamentais envolvidas no processo de construção deste, as dificuldades serão contornadas e, não ocorrendo contingenciamento de recursos e o Portal de Convênios (SICONV) funcionando a contento, muito provavelmente, teremos ampliação significativa da implementação do conjunto das ações previstas neste.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Em 2008 não se obteve sucesso na construção de um indicador mais apropriado para o

Programa devido a outras agendas por parte dos diversos parceiros do Programa. Está previsto em 2009, sob a coordenação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, por meio do Departamento de Conservação da Biodiversidade – DCBIO - a realização de um Seminário para construir o referido indicador, tendo-se como expectativa de que o mesmo atenda o conjunto das ações existentes no Programa.

Programa 0104- Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Finalístico
Objetivo geral	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.
Objetivos Específicos	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional
Gerente do programa (2)	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo (2)	João de Deus Medeiros
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Principais Ações do Programa

Ação 6016- Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática na Amazônia

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática de importância global na bacia amazônica.
Descrição	A ação foi criada para refletir os recursos de doação do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF, internalizados no Orçamento da União, destinados ao Projeto "Integrated Management of Aquatic Resources in the Amazon Region". A readequação do título atende a tradução literal do nome do Projeto AquaBio do inglês para o português, na forma em que foi aprovado e assinado entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial em 2006. Apoio a adoção de uma abordagem participativa de manejo integrado dos recursos aquáticos nas políticas públicas e programas da Bacia Amazônica, por meio da: realização de diagnósticos detalhados participativos; seminários e eventos de capacitação e educação ambiental voltados para a mobilização e sensibilização, organização social para a gestão participativa, institucionalização da gestão ambiental e capacitação operacional; e desenvolvimento de um sistema de monitoramento da biodiversidade aquática. Essas atividades subsidiarão a definição de estratégias de atuação voltadas para o manejo integrado, a serem implementadas, por meio de Programas de Ação, em áreas demonstrativas de três sub-bacias da Amazônia: Sub-bacia do Rio Xingu, Sub-bacia do Rio Tocantins e Sub-bacia do Rio Negro. Os Programas de Ação serão elaborados de maneira participativa e envolvendo os grupos locais e serão replicadas para outras áreas da Bacia Amazônica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias

Unidades executoras (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto-Lei 221, de 28/02/67; Lei nº. 9.433, de 8/01/97; Decreto nº. 4.339 de 22/08/02 e Decreto nº. 4.703, de 21/05/03.

As despesas relacionadas a essa ação estão sendo executadas em grande parte via Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO. A execução direta se refere ao pagamento de Servidor Temporário, no valor de R\$323.849,11.

Foram repassados a UNESCO em 2008 apenas recursos de contrapartida do Projeto, no montante de R\$ 331.542,65, uma vez que ainda havia saldo de recursos externos e de contrapartida repassados em 2007 a UNESCO no valor de R\$ 1.219.400,00 e R\$ 500.000,00 respectivamente. Por esse motivo o valor aparente de gastos para o ano é baixo, se analisada a execução via OGU.

Dessa forma, as despesas com diárias e passagens, via UNESCO, totalizaram R\$ 99.091,84 durante o ano de 2008 e foram realizadas tendo como objetivo:

- Realização das reuniões para a formação dos Comitês de Acompanhamento do Projeto AquaBio nos níveis municipais e estaduais;
- Realização de reuniões para a elaboração do Plano Operativo Anual referente a 2009, correspondente ao planejamento das atividades, que foi elaborado de forma participativa nos níveis municípios beneficiados pelo Projeto;
- Realização de eventos de divulgação do Projeto AquaBio;
- Realização de eventos de capacitação voltados para o público beneficiário do Projeto.

18.541.0104.6016 – 195 –Custeio – Previsão R\$ 1.978.232,00 – Gasto R\$361.426,95

18.541.0104.6016 – 195 –Capital – Previsão R\$ 494.558,00 –Gasto R\$0,00

18.541.0104.6016 – 100 –Custeio– Previsão R\$ 375.000,00 –Gasto R\$0,00

18.541.0104.6016 – 5100 –Custeio– Previsão R\$ 260.000,00 –Gasto R\$254.772,10

18.541.0104.6016 – 5100 –Capital – Previsão R\$ 40.000,00 –Gasto R\$39.195,71

A fonte de financiamento externo da Ação provém do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), com recursos da ordem de US\$ 7.180.000 com previsão de execução em 6 anos.

O financiamento de contrapartida nacional a ser previsto na ação 6016, corresponde a US\$ 1.646.200,00 a ser executado em 6 anos.

Além desses recursos existem outros proveniente de contrapartida nacional, alocados em Programas e Projetos com objetivos afins à ação.

Tais recursos são de grande importância para a implementação de atividades com foco em recursos aquáticos para a Amazônia, considerando ainda que o orçamento anual previsto para o Ministério e, sobretudo, para a área de ‘biodiversidade aquática’ é insuficiente. Outro aspecto a ser ressaltado é que a garantia de recursos que não sofrem contingenciamento possibilitam um melhor planejamento e execução de atividades.

Os gastos realizados pela ação via UNESCO seguem as regras que constam no “Manual de Convergência das Normas Licitatórias” da UNESCO, com a conciliação das regras do Banco Mundial (agência implementadora dos recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF), da UNESCO e da União (Lei 8.666, entre outras). Dessa forma, todos os gastos da ação são realizados seguindo os parâmetros competitivos de mercado, por meio das licitações correspondentes.

Em 2008 não houve aquisição de materiais.

Foi utilizado serviço gráfico, com a impressão de 3.000 exemplares de folders e confeccionados 4 totens para divulgação do Projeto.

A ação é executada no Ministério pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas, por meio da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, que responde como ordenador de despesas da ação. Na Gerência estão envolvidos diretamente com a ação 3 técnicos e 1 apoio administrativo. A Unidade Executora de Projetos– UEP da Secretaria é responsável pela tramitação de toda a execução financeira da ação, via UNESCO. Por meio dos Acordos de Cooperação Técnica estabelecidos com os estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará, a ação conta com a parceria de diversos técnicos dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, das Superintendências do Ibama nos estados e do Icmbio no estado do Amazonas, que respondem como Coordenadores Estaduais da ação, ainda que não recebam recursos diretos. Entretanto, apesar da articulação institucional da ação, uma vez que a Coordenação Nacional está localizado no Ministério, há uma grande sobrecarga de demanda para a equipe, com a necessidade de inúmeras tramitações devido à vinculação da ação a regras provenientes de diversos organismos (Banco Mundial, UNESCO e Legislação Nacional). Por exemplo, faz-se necessária a elaboração de diversos relatórios, contendo as mesmas informações, mas que por atender a órgãos e sistemas que não se integram, possuem diversos formatos. Essas demandas geram dedicação de tempo considerável por parte da equipe que tem um envolvimento técnico direto com os estados e com todos os processos licitatórios.

As atividades da ação incorreram em atrasos na sua implementação, o que está relacionado a diversos fatores, destacando-se alguns ocorridos ainda em 2007: mudanças no fluxo nos procedimentos para internalizar recursos de doação externa no Orçamento da União; mudanças nas competências das Secretarias do Ministério, que passaram a ter a responsabilidade de ordenamento de despesas; criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO e necessidade de renegociação das parcerias criadas pelo Ministério, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, para a implementação das atividades da ação nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará, onde deveriam constar as atribuições do IBAMA e do ICMBIO por estado.

Como problemas detectados pela CGU, relativo ao ano de 2007, foi apontada apenas uma recomendação relativa à necessidade de elaboração de Relatório de Progresso, conforme previsão no Acordo de Doação, e que foi enviado ao Banco Mundial em setembro de 2008. Na auditoria realizada em 2009 sobre a execução da ação no ano de 2008, foram assinaladas as seguintes recomendações:

- baixa efetividade da ação;
- necessidade de devolução de diárias não utilizadas por parte de beneficiário.

Com relação à baixa efetividade, como explicitado anteriormente, diversas causas contribuíram pra tal quadro. Entretanto, a ação está com a perspectiva de grande execução financeira para o ano de 2009, uma vez que diversas atividades ora em implementação demandam volume considerável de recursos. Com relação à devolução de diárias, a beneficiária em questão recebeu ofícios dessa Secretaria, cobrando prestações de contas, o que está sendo ratificado.

As parcerias realizadas em 2008 estão relacionadas àquelas estabelecidas ainda em 2007, com exceção do estado do Amazonas (2008), que ocorreram por meio da assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica entre o MMA:

- (a) o IBAMA, o ICMBIO e a SEMA/PA, referente à implementação do Projeto AquaBio no estado do Pará;
- (b) o IBAMA, o ICMBIO e a SEMA/MT, referente à implementação do Projeto AquaBio no estado do Mato Grosso;
- (c) o IBAMA, o ICMBIO e a SDS/AM, referente a implementação do Projeto AquaBio no estado do Amazonas; e
- (d) o MMA e a FUNAI, referente ao apoio desta última nas atividades que envolverem povos indígenas.

Por outro lado, a criação de Comitês municipais e estaduais de acompanhamento das atividades dessa ação nos estados, ocorridas durante o ano de 2008, envolvendo poder público, instituições de ensino e pesquisa, setor privado e organizações da sociedade civil com os mais variados perfis significa o início da institucionalização da ação nas áreas beneficiárias, refletindo um amplo controle social da ação.

Os recursos da ação estão sendo integralmente executados via UNESCO, conforme explanação anterior. Dessa forma, não há repasses de recursos diretos para os estados parceiros. As diárias e passagens e as licitações são realizadas pela UNESCO, conforme encaminhamentos do Ministério. Tais encaminhamentos, por sua vez, refletem as atividades acordadas com os parceiros. Foi analisada a possibilidade da realização de convênio com os estados partícipes. Entretanto, devido a quase impossibilidade em se firmar convênios pelo Ministério em 2008, como consequência de inúmeras normas que estavam em tramitação e da indisponibilidade do Siconv, tal alternativa foi descartada.

A ação não sofreu diligências ou determinações do Tribunal de Contas da União.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	3.134.218	655.396	20,91
Física*	100	20	20

*Produto: Área manejada/Unidade de Medida: ha

Ação 8354- Desenvolvimento de Projetos-Piloto de Conservação de Manguezais

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Promover o desenvolvimento de mecanismos voltados para a conservação e recuperação dos manguezais, propiciando a sustentabilidade dos recursos pesqueiros existentes nesse ecossistema e a manutenção do seu papel enquanto berçário de espécies de importância econômica para as pescarias nacionais, contribuindo para a segurança alimentar e para a qualidade de vida das comunidades que dependem desses recursos.
Descrição	Implementação de um sub-sistema de unidades de conservação de manguezais, por meio do aprimoramento de mecanismos e instrumentos políticos, regulatórios e financeiros, e de capacitação; desenvolvimento de modelos replicáveis de manejo de recursos pesqueiros em unidades de conservação de uso sustentável que contenham manguezais; incremento da conservação dos manguezais por meio de pilotos de integração da gestão de unidades de conservação e o planejamento territorial (gestão de bacias hidrográficas e ZEE); e desenvolvimento atividades de disseminação de informações, educação ambiental, monitoramento e manejo adaptativo
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº. 6.938, de 31/08/1981; Lei nº. 9.985, de 18/07/2000; Lei nº. 4.771, de 15/09/1965; Lei nº. 9433, de 8/01/1997; Decreto nº. 2.519, de 16/03/1998; Decreto nº. 4.339, de 2002; Decreto nº. 4.703, de 21/05/2003; Decreto nº. 1.905, de 16/05/1996; Decreto s/n de 23/10/1993 e Decreto nº. 4.340, de 22/08/2002

Foram transferidos R\$270.062,79 para projeto de cooperação bilateral com a agência PNUD BRA 00/021, e R\$259.079,28 para o pagamento de servidores temporários. Devido a atrasos na aprovação e implementação do Projeto de doação externa GEF Mangue, PNUD BRA 07 G 32, que executará ações afins com a execução da Ação 8354, não houve implementação de atividades com os recursos transferidos ao projeto PNUD BRA 00/021.

Não houve fontes de financiamento externo, e o financiamento interno se restringiu ao orçamento do Tesouro.

Os gastos executados por meio de agências de cooperação bilaterais seguem as regras acordadas nos manuais de convergência, dentre as quais situam-se a aplicação de valores de gastos competitivos de mercado.

Os recursos materiais consumidos no exercício são os de materiais de escritório e estrutura física da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros da Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Quanto aos recursos humanos utilizados na execução da ação, há déficit quantitativo de pessoal para a execução da ação. A equipe de servidores da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros da Secretaria de Biodiversidade e Florestas contabiliza 5 analistas ambientais (1 gerente), 1 gestora, e 4 servidores temporários, cujos contratos encerram-se em julho de 2009.

Não foram realizadas contratações ou parcerias, nem foram transferidos recursos por descentralização.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.849.141,00	529.141,00	18,57
Física*	3	1	33,33

*Produto: Projeto desenvolvido/ Unidade de Medida: unidade

Ação 8352- Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Elaborar e implementar, de forma participativa, envolvendo Governo e sociedade, atividades voltadas para a conservação e uso sustentável dos recursos pesqueiros.
Descrição	Elaboração e implementação, sob coordenação do MMA/ICM dos Planos de Gestão e Recuperação para as espécies constantes da lista nacional de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção e sobre-explotados ou ameaçados de sobreexploração, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, visando à gestão compartilhada dos

	recursos pesqueiros. Os planos de gestão serão elaborados podendo ter como unidade de planejamento: espécies - pela importância econômica e social da espécie; ecossistemas - pela heterogeneidade de habitats e interação entre ecossistemas marinhos; ou bacias hidrográficas - pelo alinhamento com as políticas de gestão de recursos hídricos. A elaboração dos planos inclui a realização de diagnósticos e estudos específicos, avaliações e proposições de medidas e estratégias, considerando as esferas socioambiental e econômica. O conjunto dos planos e sua implementação incluirão o aporte e sistematização de iniciativas, projetos e estratégias de gestão de recursos pesqueiros e de conservação da biodiversidade aquática já existente e/ou planejada. Como resultados dos Planos de Gestão e Recuperação serão desenvolvidas melhores práticas de gestão, incluindo áreas de manejo de pesca e gestão ecossistêmica, regulamentações para o uso e conservação desses recursos, proposição a aplicação de instrumentos econômicos e socioambientais, aperfeiçoamento de procedimentos de comando e controle, capacitação e educação ambiental e monitoramento dos impactos dos Planos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº. 5.197, de 3/01/1967; Lei nº. 9.605, de 12/02/1998; Lei nº. 10.683, de 28/05/2003; Decreto nº. 2.519, de 16/03/1998; Decreto nº. 92.446, de 7/03/1986; Decreto nº. 3.179, de 21/09/1999 e Decreto nº. 4.339, de 22/08/2002.

Foram transferidos R\$458.284,00 para projeto de cooperação bilateral com a agência PNUD BRA 00/021, tendo por objeto a elaboração de Planos de Gestão para espécies de peixes sobre-explotadas ou ameaçadas de sobre-explotação listadas na Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente Nº. 5, de 21 de maio de 2004, atualizada pela Instrução Normativa Nº. 52, de 8 de novembro de 2005.

Não houve fontes de financiamento externo, e o financiamento interno se restringiu ao orçamento do Tesouro.

Os gastos executados por meio de agências de cooperação bilaterais seguem as regras acordadas nos manuais de convergência, dentre as quais situam-se a aplicação de valores de gastos competitivos de mercado.

Os recursos materiais consumidos no exercício restringem-se aos materiais de escritório e estrutura física da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros da Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Há déficit quantitativo e qualitativo de pessoal para a execução da ação. A equipe de servidores da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros da Secretaria de Biodiversidade e Florestas contabiliza 5 analistas ambientais (1 gerente), 1 gestora, e 4 servidores temporários, cujos contratos encerram-se em julho de 2009. Devido ao elevado número de espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçadas e sobre-explotadas, mesmo com a descentralização de parte dos recursos para a execução da ação pelo Ibama, torna-se extremamente difícil o

acompanhamento e avaliação dos resultados.

A parceria com o Ibama demonstrou ser fundamental para a execução da ação, pois foram descentralizados, por meio de Termo de Cooperação, R\$600.000,00 ao Ibama para projeto de cooperação bilateral com a agência PNUD, tendo por objeto a elaboração de 3 Planos de Gestão para espécies de peixes sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração. A descentralização apresenta como vantagens a observação das atribuições do Ibama em coordenar a elaboração dos planos e pela maior contingente de analistas ambientais do Ibama para a execução das atividades previstas.

Consistência do plano de trabalho com a finalidade e descrição da ação; adequação institucional, legal e orçamentária dos gastos; aprovação e publicação do Termo de Cooperação.

Não foi observado inadimplência quando a recursos transferidos.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.058.284	1.058.284	100
Física*	11	3	27,27

Produto: Plano elaborado/ Unidade de Medida: unidade

Ação 2272- Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação (1)	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Unidades executoras (1)	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Conservação da Biodiversidade

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica
---	---------------

Foram despendidos R\$138.758,41 para o pagamento de pessoal e R\$75.037,5 para despesas gráficas. Foram transferidos R\$46.173,09 ao projeto PNUD BRA 00/021 para custear despesas administrativas necessárias à execução do Programa 0104.

Não houve fontes de financiamento externo, e o financiamento interno se restringiu ao orçamento do Tesouro.

Os gastos executados por meio de agências de cooperação bilaterais seguem as regras acordadas nos manuais de convergência, dentre as quais situam-se a aplicação de valores de gastos competitivos de mercado.

Os recursos materiais consumidos no exercício restringem-se à materiais de escritório e estrutura física da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros da Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Há déficit quantitativo de pessoal para a execução da ação. A equipe de servidores da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros da Secretaria de Biodiversidade e Florestas contabiliza 5 analistas ambientais (1 gerente), 1 gestora, e 4 servidores temporários, cujos contratos encerram-se em julho de 2009.

Não foram realizadas contratações ou parcerias, bem como não foram transferidos recursos por descentralização.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	259.969,00	259.969,00	100
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Desempenho Operacional

Objetivos

Indicador: Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade.

O principal objetivo do indicador é mensurar a efetividade da política nacional de recuperação e conservação de recursos pesqueiros por intermédio do Programa PPA 0104.

As atividades executadas pelas unidades jurisdicionadas (MMA, Ibama e ICMBio) visaram a continuidade da implementação do Sistema de Gestão e incluíram:

- i. o estabelecimento de fóruns de negociação de objetivos e projetos, entre o Estado e os usuários;
- ii. a coleta e difusão de informações biológico-pesqueiras, bioecológicas e socioambientais e de avaliação de recursos;
- iii. Elaboração e implementação de planos de gestão e planos de recuperação por recurso, bacia hidrográfica ou ecossistema;
- iv. Planejamento do sistema de licenciamento pesqueiro;
- v. Planejamento de instrumentos econômicos específicos e apropriados para a gestão de recursos pesqueiros, e;
- vi. Ampliação e aperfeiçoamento do sistema de fiscalização do acesso e uso dos recursos pesqueiros.

Para cada indicador, deve ser apresentado, no mínimo, o seguinte:

a) Utilidade

O indicador permite avaliar o sucesso da implementação das ações do Programa 0104 de forma global, pois afere o alcance da sustentabilidade na exploração dos recursos pesqueiros resultante do processo de gestão adotado.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade.

O indicador selecionado permite avaliar, de forma consolidada, a efetividade da implementação do Programa 0104, pois está centrado na mensuração de resultados socioeconômicos e ambientais decorrentes de ações de promoção da sustentabilidade de uso dos recursos pesqueiros.

c) Fórmula de cálculo.

A relação entre as capturas registradas no exercício divididas pelas capturas máximas sustentáveis.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo).

Utiliza-se a produção de algumas das principais espécies na da pesca marinha para as quais são conhecidos os limites sustentáveis de captura.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

As áreas responsáveis pelo cálculo e/ou mensuração do indicador são MMA/Ibama.

f) Resultado do indicador no exercício.

Não foi possível aferir.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Os dados estatísticos de produção pesqueira requerem cerca de 2 anos para serem compilados e publicados, devido a deficiências institucionais (pessoal, competência do IBGE) e orçamentárias. Dessa forma, a aferição do indicador seria relacionada ao ano base de 2006. Além disso, não há informações suficientes e atualizadas que permitam calcular a captura máxima sustentável para a maior parte dos estoques pesqueiros, sendo esta informação substituída parcialmente por outros dados populacionais (biomassa total estimada).

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

A produção dessas informações demandaria grandes investimentos em pesquisa e monitoramento, com a participação de instituições de pesquisa e universidades, o que se mostra pouco viável a curto prazo. Dessa forma, será avaliado e sugerido um novo indicador para o Programa.

Programa 1332- Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Objetivos - O Programa contribui para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas cerrado, pantanal, marinho e costeiro, caatinga, mata atlântica e pampa, por meio da implantação de sistemas de gestão integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma. Tem um enfoque sistêmico para Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, garantindo uma abordagem que leva em consideração as especificidades sócio-culturais, ambientais e territoriais de cada Bioma.

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral (conforme cadastro de ações do PPA)	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes
Objetivo Específico	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional.
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	João de Deus Medeiros
Indicadores ou parâmetros utilizados	1.Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos 2.Taxa de Proteção Integral dos Biomas 3.Taxa de Uso Sustentável dos Biomas
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Principais Ações do Programa

Ação 101V- Implantação de Corredores Ecológicos

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Implantar corredores ecológicos nos diferentes biomas para promover a conservação e recuperação de áreas críticas, áreas de excepcional valor paisagístico, observadas as prioridades estabelecidas pelo Programa Nacional de Biodiversidade - PRONABIO, estabelecendo a conectividade de fragmentos florestais, especialmente em regiões de mananciais, recarga de aquíferos, áreas de preservação permanente, reservas legais e entorno de UCs.
Descrição	Implementação e gerenciamento de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica. Construir quadros econômicos, sociais e políticos sustentáveis para conservar a biodiversidade nos corredores, visando fortalecer a gestão participativa e descentralizada com planejamento, monitoramento e controle de ações para conservar a diversidade biológica; aumentar a representatividade das áreas conservadas nos corredores ecológicos, por meio do estabelecimento e expansão das áreas protegidas, priorizando a conectividade entre elas; reduzir a pressão do desmatamento em áreas conservadas; e contribuir para a proteção e uso sustentado da diversidade biológica em terras indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	João de Deus Medeiros
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/ Departamento de Áreas Protegidas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Constituição Federal, art. 225, I e III

Para o desenvolvimento desta ação foram utilizados recursos orçamentários no valor de R\$ 1.440.475,50.

Parte desses valores foram despendidos para o pagamento de servidores temporários do Ministério do Meio Ambiente envolvida na execução direta da ação, cerca de cinco técnicos (R\$ 489.475,50).

Além disso, foi realizado, por meio do Projeto PNUD BRA 01/022, o pagamento de serviços gráficos para a impressão das publicações e pagamento de apoio logístico a eventos (serviços PJ na ordem de R\$ 45.857,63). Foram impressos e distribuídos um folder em inglês (tiragem de 2.000 exemplares) e uma nova publicação da série “*Corredores Ecológicos*” (tiragem 2.000 exemplares), contribuindo com a meta de disseminação do conceito de corredores ecológicos. Também foram despendidos recursos para o pagamento de apoio logístico à oficinas de capacitações de executores,

organizadas pela equipe do Projeto Corredores Ecológicos, como por exemplo as três oficinas de capacitação dos executores nos procedimentos e normas para operar os recursos e apresentar o sistema de monitoramento participativo dos subprojetos apoiados. Também foi realizada, em outubro de 2008, uma oficina sobre Implementação de Corredores Ecológicos, que contou com a presença do Ministro de Estado de Meio Ambiente em sua abertura. Para atender os eventos realizados, foram gastos recursos com passagens na ordem de R\$ 66.116,91 e com diários de R\$ 22.187,35.

O Projeto Corredores Ecológicos (PCE), ao final do ano de 2007, tornou público a realização de seleção de subprojetos para atendimento aos Editais nº 01/2007, voltado ao Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) e nº 02/2007, voltado ao Corredor Central da Amazônia (CCA). A execução dos subprojetos aprovados se dá via *Contrato de Repasse* firmados com Caixa Econômica Federal (CAIXA), que atua como mandatária do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Com esse objetivo, em dezembro de 2007 MMA e CAIXA assinam Contrato de Prestação de Serviços (nº 2006CV00006), para implementação do PCE.

Além disso, o Projeto Corredores Ecológicos, por ter sua execução descentralizada, repassa à executores os recursos para a realização de ações previstas no planejamento plurianual do projeto. Atualmente o PCE conta com 17 convênios em execução, com diferentes entidades, principalmente órgãos de meio ambiente, municipais, estaduais, federais, dos três estados atendidos pelo projeto (AM, BA e ES). Durante o exercício de 2008, foram transferidos recursos para a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que tinha como objetivo principal dar apoio a recuperação de áreas alteradas, capacitando e agregando os atores envolvidos na cadeia produtiva florestal no âmbito da Silvicultura Tropical de Espécies Nativas. Entretanto, devido a uma série de alterações nas normas para descentralização de recursos, os mesmos só foram liberados ao final do exercício fiscal, o que impossibilitou a execução das tarefas previstas no plano de trabalho.

O Projeto Corredores Ecológicos possui uma série de ações, visando o objetivo central de preservação da biodiversidade mantendo ou restaurando a conectividade de áreas florestais. Nesse sentido podemos destacar como tendo contribuído para o alcance do produto (hectares de corredor implementado), as ações de implementação do Corredor Ecológico Urbano do Mindu (primeiro corredor ecológico urbano do Brasil), totalizando uma área de 198 ha dentro do município de Manaus/AM. Essa área foi regulamentada pelo Decreto Municipal 8.352/2006. Além disso, outra atividade que contribui para alcançar a meta física da ação, é junto com a Prefeitura Municipal de Amargosa/BA, que visa a criação de uma unidade de conservação municipal de proteção integral (UC Timbó) de aproximadamente 700 ha.

Cabe destacar que o atual produto e unidade (hectares de corredor implementado) não atendem a realidade do Projeto, pois este possui várias outras ações que não podem ser mensuradas em hectares (exemplo fiscalização e monitoramento ambiental).

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	24.103.008	6.440.476	26,72
Física*	275,00	198,00	72,00

* Produto: Corredor implantado/ Unidade de Medida: há

Ação 2B23- Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Promover a adoção de práticas de conservação e o uso sustentável dos biomas, por meio de qualificação de atores (gestores, comunidades, sociedade civil, setor privado) e de disseminação de informações sobre os valores, serviços e funções oferecidos pelos biomas brasileiros.
Descrição	Capacitação das comunidades locais, populações tradicionais, gestores públicos, setor privado e multiplicadores para adoção de práticas sustentáveis e para execução da gestão e monitoramento ambiental participativos especialmente sobre o impacto das cadeias produtivas (petróleo, agricultura, pecuária, pesca dentre outros) e para a mobilização com vistas ao fortalecimento do capital social e ainda para a integração com os sistemas de monitoramento estaduais existentes e em construção, com enfoque por biomas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	João de Deus Medeiros
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Departamento de áreas Protegidas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Art. 225 da CF/88; Convenção da Diversidade Biológica (CDB); Portarias de criação dos Grupos de Trabalho por biomas: Mata Atlântica - Portaria n 221, de 09 de abril de 2003; Cerrado - Portaria n° 361, de 12 de setembro de 2003, Caatinga Portaria n 321, de 21 de dezembro de 2004.

RESULTADOS:

Os 04 Núcleos temáticos criados dentro da SBF desenvolvem diversas atividades em parceria com outros Departamentos dando a este apoio e suporte. Dessa forma, muitas das atividades aqui mencionadas estão descritas nas ações coordenadas por estes departamentos. Comunidades locais, populações tradicionais, gestores públicos e privados e multiplicadores também atuam em parceria com os Núcleos para o alcance dos seus objetivos. Seguem, abaixo, as atividades coordenadas diretamente pelos Núcleos:

Núcleo dos Biomas Mata Atlântica e Pampa/NAPMA:

1. Realização da Semana Nacional da Mata Atlântica no período de 16 a 20 de novembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, contando com a participação de 216 pessoas, representantes de órgãos federais, estaduais, municipais, ONGs e instituições empresariais e acadêmicas;
2. O Programa Mata Atlântica está sendo revisado tendo como base a Lei N° 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e sua regulamentação. Uma versão foi apresentada e discutida publicamente durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, onde recebeu sugestões de aprimoramento;
3. Articulação institucional com os diversos setores governamentais e não governamentais que atuam na Mata Atlântica, sobre as atividades e ações previstas no Projeto Mata Atlântica;
4. Acompanhamento dos Projetos bilaterais do KfW-Group com os Estados (RS, SC, RJ e MG) e do Projeto Corredores Ecológicos do PPG7 (BA, ES) no bioma Mata Atlântica, bem como, apoiou-se a Secretaria Técnica do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA/PPG7) na

elaboração das seguintes chamadas de projetos: Chamada 06 “Corredores Ecológicos”, 09/2008; Chamada 07 “Sistemas de Usos de Terra e Serviços Ambientais”, ambas publicadas em 09/2008; e

5. Contratação de serviços de consultoria de pessoa física para elaboração de livro, vídeo e folder sobre a Mata Atlântica. O conteúdo desses produtos visa subsidiar a edição de materiais de capacitação e difusão de informações sobre a Mata Atlântica, considerando as inovações da Lei da Mata Atlântica (Lei n.º 11.428/06). O relatório contendo o sumário executivo e o conteúdo básico e a proposta de lay-out para elaboração do livro com cerca de 200 páginas foram finalizados.

Obs: Outras atividades foram realizadas com recursos internacionais do Projeto Mata Atlântica (FAO) GCP/BRA/061/WBK - Banco Mundial – RFT.

Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal/NCP:

6. Realização da 7ª Reunião Ordinária em abril da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER, tendo pago passagens e diárias para membros de entidades apoiadas pelo MMA e serviços de estenotipia e de gravação (representantes indígenas, da SBPC e do FBOMS);
7. Participação de técnica do NCP na 8ª conferência internacional sobre zonas úmidas – INTECOL, de 20 a 25 de julho, em Cuiabá-MT;
8. Impressão de 2000 exemplares da cartilha “O Cerrado – O Jardim de Deus”, em apoio ao Grupo Cerrado da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB. O material citado acima foi utilizado como instrumento de trabalho do referido Grupo, em seus encontros de discussão com a comunidade;
9. Produção e distribuição de material gráfico (cartazes e folders) que retratam a riqueza da sociobiodiversidade do Cerrado. Grande parte desse material é distribuído para outros órgãos de governo (estaduais e federais), além de organizações não-governamentais e demais interessados; e
10. Compra de passagens e pagamento diárias para indígenas do Cerrado para participar de reunião de discussão do Projeto GEF Indígena.

Núcleo do Bioma Caatinga

11. Reativado o Grupo de Trabalho do Bioma Caatinga. Na reunião realizada pelo GT em agosto de 2008, foi elaborada uma minuta do Programa de Conservação e Uso Sustentável do Bioma, a qual está sendo revisada para a versão final;
12. Apoio, articulação e definição de uma agenda para a criação de unidades de conservação - UCs na caatinga e o avanço em processos decisivos para a criação e gestão de UCs, mosaicos e corredores;
13. Firmado com a TNC um termo de cooperação para elaboração de um plano de trabalho para a criação de implementação de UCs, conforme termos de referência – TOR elaborados;
14. Elaboração de um plano de divulgação da caatinga, cuja implementação já está em curso, em parceria com a ASCOM/DEA, com a realização de eventos e a publicação e distribuição de material de divulgação do bioma (exposição de fotos, folders, banners, cartazes), mapa das UCs e Terras Indígenas da Caatinga (com a TNC) e outras publicações relativas à sua conservação e uso sustentável;
15. Participação em eventos, seminários, reuniões e oficinas no âmbito do Bioma Caatinga visando a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento institucionais das entidades e órgãos atuantes no Bioma; e
16. Atualização e lançamento Mapa das Unidades de Conservação e Terras Indígenas da Caatinga – parceria TNC e divulgação com Folders, Encarte, Cartilhas, Banners, Cartaz, Exposição Fotos, em comemoração ao dia da Caatinga.

Núcleo da Zona Costeira e Marinha

17. Realizado 04 Cursos da Campanha Conduta Consciente em Ambientes Recifais nos seguintes locais: 02 no Parnamar de Fernando de Noronha, 01 em Maceió/AL e 01 em Itaparica/BA, com a participação de 140 pessoas envolvidas no tema tais como agentes de turismo, professores de escolas públicas, agentes ambientais, etc;
18. Participação em evento comemorativo da Mata Atlântica, apresentando palestra sobre as políticas públicas para a conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha no Brasil (Viva Mata, São Paulo, 31/05 e 01 de junho/2008);
19. Participação como representante da SBF no seminário nacional do projeto Orla (Salvador, 6 a 8 de agosto/2008); e
20. Participação nos diversos comitês da CIRM (REMPLOC, PROMAR, PROANTAR, BIOMAR).

Metas e resultados da ação no exercício:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	333.000,00	333.000,00	100
Física*	315	315	100

* Produto: Pessoa capacitada/ Unidade de Medida: unidade

Ação 8278- Monitoramento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Desenvolver instrumentos para compor um sistema de gestão participativa e sustentável no âmbito dos biomas que visem orientar as práticas de conservação e uso dos mesmos. Esses instrumentos farão parte do sistema de gestão, gerando informações substantivas sobre os biomas e articulando os diversos segmentos de governo e sociedade, de forma a orientar ações específicas relacionadas as suas realidades socioambientais.
Descrição	Diagnósticos/estudos que abordem questões ambientais, políticas e sócio-econômicas, como também os impactos das cadeias produtivas e obras de infra-estrutura; desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento sócio ambiental integrado, que deve abordar a saúde dos distintos ecossistemas de cada bioma, utilizando uma base de dados georreferenciada a ser desenvolvida; aferição do sistema de monitoramento integrado, com construção e implementação de banco de dados e portal de disseminação de informações de monitoramento sobre remanescentes florestais degradação ambiental e uso das terras ou da saúde dos ecossistemas - para aqueles que não apresentam cobertura vegetal, como os corais; articulação e integração das ações entre os distintos níveis de governo, ONGs, setor privado, academia, agências implementadoras e demais atores, aproveitando, inclusive, essas atividades para estimular a replicação de experiências exitosas de conservação e de práticas sustentáveis; desenvolvimento, proposição, apoio à implantação e acompanhamento de planos de ações e/ou estratégicos e políticas de

	preservação, conservação, recuperação e uso sustentável destes biomas em nível nacional. Os instrumentos desenvolvidos devem contemplar a integração com outros setores, considerando as suas distintas políticas; apoiar a criação e implantação de redes de áreas protegidas em cada bioma, que abordem questões ambientais, políticas, econômicas e sociais; elaboração de documentos técnicos e normativos e organização de eventos com o objetivo de contribuir para a articulação de políticas públicas voltadas à conservação, preservação, recuperação e uso sustentável dos Biomas; desenvolvimento de planos nacionais específicos para conservação e gestão participativa e sustentável dos diversos ecossistemas de cada bioma. .
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	João de Deus Medeiros
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Departamento de áreas Protegidas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Art. 225 da Constituição Federal de 1988; Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004 e Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006

RESULTADOS:

Núcleo dos Biomas Mata Atlântica e Pampa/NAPMA:

Acompanhamento e participação nas discussões e negociações de diferentes normas legais: a) Projeto de Lei Nº 6.424, de 2005, que trata de alterações do Código Florestal (Lei Nº 4.771 de 1965). O PL foi aprovado, em 12 de dezembro de 2007, pelo Senado Federal e pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Atualmente está em discussão na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara; b) Projeto de Lei Nº 3057/2000, que dispõe sobre parcelamento do solo e regularização fundiária sustentável em áreas urbanas; c) Projeto de Lei Complementar Nº 12, de 2003, que fixa normas para cooperação entre a União, os Estados e Municípios, nas ações de competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição, à preservação das florestas, da fauna e da flora, previstas no Art. 23 da Constituição Federal. Referido PLC já foi aprovado por Comissão Especial da Câmara dos Deputados e tramita agora na Comissão de Constituição e Justiça; d) elaboração pelo NAPMA /SBF e acompanhamento da tramitação no CONAMA de propostas de resolução sobre regulamentação de estágios sucessionais de Campos de Altitude e Restingas, ecossistemas associados à Mata Atlântica e acompanhamento da resolução sobre metodologias de recuperação de áreas de preservação permanente. Em novembro de 2008, foi aprovada pela 15ª Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros-TCBio do CONAMA a minuta de Resolução CONAMA que dispõe sobre parâmetros básicos para análise de estágios sucessionais da vegetação de restinga no bioma Mata Atlântica;

Análise e elaboração de pareceres e notas técnicas sobre Projetos de Lei, Resoluções do CONAMA relacionados com a temática da Mata Atlântica;

Análise e elaboração de diversos pareceres e notas técnicas sobre as demandas dos demais

ministérios em relação à proposta de Decreto, elaborado pelo NAPMA/SBF que regulamenta a Lei da Mata Atlântica, visando subsidiar as discussões e decisões da Casa Civil; discussões técnicas com o IBGE para a elaboração do Mapa da Área de Aplicação da Lei Nº 11.428/06. O IBGE concluiu a elaboração do Mapa e o encaminhou formalmente ao MMA em 04 de setembro de 2008. Espera-se que o mapa seja publicado no início de 2009. Em 21 de novembro de 2008 foi publicado o Decreto Nº 6.660 que regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

Estudos para identificação e definição de áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação. Conclusão dos estudos técnicos para a proposta de criação de nova Unidade de Conservação na região do Campo dos Padres-SC, bem como os pareceres internos do MMA e do IBAMA. Início dos estudos para criação de Unidade de Conservação na região de Bertioxa, litoral de São Paulo. Finalização da proposta técnica de criação de Unidades de Conservação que integrarão o Corredor Ecológico no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A proposta foi apresentada aos Prefeitos de 14 municípios da região, aos órgãos públicos, universidades e ONGs dos estados do RS e SC e encaminhada ao Ministério Público Federal, ao IBAMA, ao Instituto Chico Mendes, ao Ministério das Minas e Energia. Foram realizadas quatro consultas públicas no primeiro semestre de 2008. A proposta encontra-se em análise técnica e jurídica no âmbito da SBF e ICMBio. Elaboração de mapas georeferenciados, pelo Núcleo de Geoprocessamento, das áreas sob estudos para criação de Unidades de Conservação. Cruzamento de informações espaciais adquiridas ou levantadas em campo em formato de mapas, tabelas, gráficos ou relatórios; captação ou compra, registro, fusão, correções e interpretação de imagens de satélite, aerofotolevantamentos e documentação fotográfica em campo;

Elaboração de uma proposta de Decreto para a regulamentação do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, criado pela Lei da Mata Atlântica (art. 36 da Lei Nº 11.428, de 22/12/06). Esta regulamentação não foi incluída no Decreto Nº 6.660/2008 que regulamenta a citada Lei, como se previa inicialmente;

Contratação de serviços de consultoria de pessoa física para elaborar proposta de recomposição Florestal e Fixação de Carbono na Mata Atlântica visando a construção de subsídios para a implementação do Programa Mata Atlântica. Foram elaborados os seguintes relatórios: i) Análise dos documentos do Programa, dos resultados das pesquisas existentes sobre estoques e fixação de carbono e de projetos de carbono em andamento identificados na Mata Atlântica; ii) Minutas de Termo de Referência para contratação de estudos especializados em recomposição florestal e fixação de carbono e proposta para a inclusão de atores governamentais e da sociedade civil no Programa; e iii) Proposta do Programa de Recomposição Florestal e Fixação de Carbono na Mata Atlântica;

Contratação de serviços de consultoria de pessoa física para elaborar o plano para ampliação das Unidades de Conservação do Bioma Pampa. Foram apresentados os documentos: A caracterização das regiões a serem estudadas do Bioma Pampa para fins de planejamento da conservação; Propostas de áreas com potencial para criação de Unidades de Conservação na sub-região sudoeste, na sub-região noroeste, na sub-região sudeste e na sub-região nordeste, com mapa de localização das áreas, caracterização dessas áreas, identificação das variáveis ambientais utilizadas para seleção da área, bem como roteiro técnico para a realização de estudos de campo e levantamento socioeconômico e fundiário sobre as áreas de estudo; e

Elaboração do plano para ampliação das Unidades de Conservação do Bioma Pampa. Participação das atividades e consolidação dos resultados dos estudos e propostas de criação de unidades de conservação federais no Bioma Pampa desenvolvidos por grupo de trabalho designado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Obs: Outras atividades foram realizadas com recursos do Projeto Mata Atlântica (FAO) GCP/BRA/061/WBK - Banco Mundial – RFT.

Núcleo dos Biomas Cerrado Pantanal/NCP:

Viagem ao Funbio, no Rio de Janeiro para apresentação do projeto Iniciativa GEF Cerrado Sustentável, com vistas a negociar parceria deste Fundo no subprojeto do MMA: Políticas e Monitoramento do bioma Cerrado;

Ajuda na elaboração dos documentos de projeto (PRODOC) dos subprojetos selecionados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e da Secretaria de Meio Ambiente de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins, esse último tendo sido necessário deslocamento até Palmas-TO, para participação de missão para preparação do PRODOC de Tocantins;

Finalização da redação dos documentos de projeto (PRODOC) do subprojeto do MMA na Iniciativa GEF Cerrado Sustentável, sendo que em março foi feita a missão de Appraisal da Iniciativa, a qual foi enviada para o Secretariado GEF para análise;

Pagamento de diárias e passagens, de 24/02 a 09/03 para pesquisadores da UnB e para o consultor contratado para realização de levantamento das informações sobre meios físico e biótico e sócio-econômicas nos municípios de Buritizeiro e Ibiaí/Ponto Chique, em MG. Os estudos deverão compor os processos no ICMBio para criação de unidades de conservação de uso sustentável (RESEX e RDS) na bacia do Rio São Francisco;

Pagamento do último produto do consultor Carlos Eduardo Mazzetto sobre levantamento sócio-econômico de áreas de estudo para criação de UC nos municípios de Ibiaí e Buritizeiro em Minas Gerais;

Acompanhamento de visita do Ministro Carlos Minc a Goiânia-GO, por ocasião do lançamento do sistema de alerta de desmatamento do Cerrado (SIAD), desenvolvido pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da UFG, com apoio das organizações não-governamentais Conservação Internacional e The Nature Conservancy, que resultou na assinatura, pelo Ministro Minc de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama que viabiliza a execução do Projeto Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores. O Cerrado, segundo maior bioma brasileiro, estará entre os biomas prioritários para monitoramento. O Projeto Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite foi assinado no dia 10/09. Com ele, o Brasil passará a contar com um instrumento de monitoramento que complementa o que já é utilizado pelo Inpe em parceria com o Ibama na Amazônia. O Projeto Monitoramento do Desmatamento dos Biomas terá início em janeiro de 2009 e deverá iniciar a divulgação dos dados de desmatamento a partir do próximo ano usando imagens do satélite Landsat. Com as informações, o governo poderá intensificar as ações de fiscalização, como a que ocorreu recentemente para coibir a retirada ilegal de vegetação do Cerrado para produção de carvão, e implementar outras ações visando a conservação e o uso sustentável dos biomas;

Participação do Núcleo nos eventos pela aprovação da PEC 115-A/95 que eleva os biomas Cerrado e Caatinga a Patrimônio Nacional em que foram apresentadas as ações do NCP para a conservação e o uso sustentável do Bioma Cerrado;

Participação do NCP/SBF na Rede de Pesquisas para o Cerrado (COMCERRADO – Rede de Pesquisa para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado), juntamente com o MCT. A participação do NCP foi no sentido de apoiar, como instância governamental, a criação da Rede (ocorrida formalmente em março de 2007), para a qual se prevê que haja dotação orçamentária própria, a ser incluída no PPA;

Elaboração de pareceres e notas técnicas, principalmente aqueles relacionados a projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, versando sobre utilização de recursos florestais, propostas de criação de unidade de conservação; e

Publicação das Manifestações de Interesse referentes aos Termos de Referência 79 e 86, que visam a seleção de pessoa jurídica na área de conservação da biodiversidade para a realização de estudos preliminares para subsidiar a criação de unidades de conservação no bioma Cerrado Pantanal. Esta atividade está sendo realizada com recursos do Projeto BRA/05/043 – Assistência Técnica para a Agenda de Sustentabilidade Ambiental – TAL AMBIENTAL, acordo de Empréstimo

Nº 7331-BR.

OBS.: Informamos que na Ação 8278- Monitoramento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, foram previstos o valor de R\$1.900.000,00 Fonte (0195) recursos de doação não utilizados tendo em vista que o acordo de doação encontrava-se em fase de negociação.

Núcleo do Bioma Caatinga:

Contratação de uma consultoria para desenvolver atividades visando a elaboração de políticas e programa de conservação e uso sustentável na Caatinga, de acordo com as diretrizes elaboradas pelo GT Caatinga. Este item visa ações de capacitações;

Elaboração de uma estratégia de captação de recursos para o bioma, e apoio às atividades da Reserva da Biosfera da Caatinga;

Apoio à reestruturação e às atividades de conservação e uso sustentável do projeto GEF caatinga (GEF/BRA/02/G31);

Definição de áreas prioritárias para o monitoramento e fiscalização no bioma, em conjunto com a DIPRO/CEMAM/IBAMA e as Superintendências do IBAMA;

Contratação de uma consultoria para a definição de um modelo de manutenção das UCs na Caatinga, com o desenvolvimento de atividades visando à realização de estudos sobre alternativas para a manutenção das unidades de conservação em longo prazo;

Elaboração de pareceres e notas técnicas;

Atividades visando a estratégia de integração das áreas prioritárias para biodiversidade com outras políticas;

Acompanhamentos a ações para a redução do desmatamento na Caatinga - Cooperação CEMAM – IBAMA/INPE e LAPIG-UFG/TNC/CI– marco zero – mapa;

Participação do GT Instrução Normativa da CAATINGA – Manejo Florestal Sustentável;

Acompanhamentos e participação ao GT Carvão – Carvão vegetal;

Atualização do mapeamento dos remanescentes e apoiar o monitoramento da cobertura vegetal do Bioma;

Estratégias para articulações com a Frente Parlamentar Ambientalista (Comissão Geral Câmara), GT Parlamentar Desertificação, Contato Direto parlamentares Semi-árido e Caatinga; e

Mobilização e articulação para a aprovação da PEC 115 junto a Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara Federal.

Núcleo da Zona Costeira e Marinha

Participação no Congresso Brasileiro de Oceanografia com um stand do MMA e uma palestra sobre o AIRC;

Acompanhamento do Convênio MMA/Instituto Recifes Costeiros para o Monitoramento dos Corais do Brasil – Reef Check;

Participação como ponto focal do Brasil em duas reuniões do International Coral Reef Initiative – ICRI (Washington, 22 a 25/janeiro e Flórida, 12 e 13 de julho/2008);

Participação no 11th International Coral Reef Symposium com apresentação de palestra sobre as ações do AIRC no Brasil e apresentação de trabalho sobre a Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais (Flórida, 7 a 11/julho/2008);

Participação das reuniões ordinárias do Conselho Gestor do Projeto Coral Vivo;

Elaboração de subsídios e participação na 9a Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica, Bonn, Alemanha, 19 a 30/maio/2008;

Participação como parte da delegação brasileira na “consulta informal” sobre os Oceanos junto a ONU (Nova York, 28/abril a 1 de maio/2008);

Coordenação da “força tarefa” entre MMA, IBAMA e SEAP para dirimir conflitos e superposições de competências em relação a gestão de recursos pesqueiros;

Participação em evento “Biodiversidade e Pesca: serviços ambientais ameaçados?” como

palestrante (Recife, 17 a 18 de julho/2008);

Elaboração de subsídios técnicos quanto ao programa de monitoramento de recifes de coral a ser incluído em proposta de projeto de monitoramento da biodiversidade brasileira a ser negociado com a comunidade europeia;

Participação como membro do Juri Nacional do “Bandeira Azul” (programa de certificação de praias);

Realizado o Planejamento de conservação de seis Sítios Ramsar brasileiros. Os documentos de planejamento foram disponibilizados aos gestores e entidades interessadas na região;

Elaboração de subsídios e participação na 10ª Conferência das Partes da Convenção de Ramsar, 27 de outubro a 04 de novembro/08, Coréia do Sul;

Realizada a 3ª reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, 21 e 22 de outubro, Brasília;

Elaboração de subsídios e participação na 36ª reunião do Comitê Permanente da Convenção de Ramsar, 25 de fevereiro a 01 de março/08, Suíça;

Concluído produto de consultoria para elaboração de duas Fichas Informativas Ramsar para indicação de 2 novos sítios Ramsar no país: Parque Estadual do Rio Doce/MG e Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/BA;

Concluído produto de consultoria de avaliação e indicação de pontos focais técnico-científicos nacionais para a Convenção de Ramsar;

Elaborado o Relatório Nacional sobre as Zonas Úmidas para a Convenção de Ramsar;

Apoio técnico e logístico ao evento sobre espécies ameaçadas de peixes recifais da IUCN e ICMBIO (com confecção de pastas, crachás e material de divulgação);

Participação na 8ª Conferência Internacional sobre Zonas Úmidas – INTECOL, de 20 a 25 de julho/08, Cuiabá-MT, onde foi proferida palestra em workshop para a imprensa sobre “zonas úmidas e a Política Nacional de Recursos Hídricos”;

Participação na elaboração da minuta final das Resoluções CONAMA sobre licenciamento da aquicultura, introdução de espécies exóticas e supressão de vegetação primária e secundária de restinga na Mata Atlântica;

Elaborados pareceres e notas técnicas sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, sobre a Lei da Pesca e a criação do Ministério da Pesca; e

Elaborados pareceres para a criação, por Decreto, do Santuário Brasileiro das Baleias.

Metas e resultados da ação no exercício:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.749.712,00	849.711,00	30,90
Física*	4	6	150

-> As metas físicas previstas para 2008 (4) estavam baseadas em uma execução financeira que excetuava os recursos de doação, visto que o valor da fonte 0195 eram somente expectativa de assinatura de contrato de doação que não mais será executado.

*Produto: Instrumento desenvolvido/ Unidade de Medida: unidade

Ação 8492- Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Apoiar iniciativas de criação e gestão de unidades de conservação, assim como o apoio a ações de conservação e uso sustentável do entorno de UCs, associado a geração de emprego e renda para as populações locais.
Descrição	Apoio técnico e financeiro a iniciativas de criação, implantação e gestão de áreas protegidas, incluindo a realização de levantamentos de campo e estudos, realização de consultas públicas, elaboração de instrumentos de planejamento, capacitação, promoção da visitação pública, educação ambiental e pesquisa científica, elaboração e publicação de material didático e técnico; realização e apoio a reuniões, oficinas e outros eventos; articulação institucional com os diferentes projetos, programas e ações do governo e da sociedade; aquisição de material permanente e material de consumo, aquisição e manutenção de veículos, realização de obras; aquisição de mapas, imagens de satélite e serviços de geoprocessamento; pagamento de passagens e diárias. Serão apoiadas também iniciativas visando o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis no interior e no entorno de unidades de conservação e outras áreas protegidas, incentivando a geração de emprego e renda, bem como a implementação de atividades de prevenção e recuperação de danos causados pela indústria do petróleo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	João de Deus Medeiros
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Departamento de Áreas Protegidas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Leis nº. 4.771, de 15/09/65, nº. 6.938, de 31/08/81, nº. 9.960, de 28/01/2000 e nº. 9.985, de 18/07/2000; Decreto nº. 4.340, de 22 /08/2002 e Lei nº. 9.605, de 12/02/98.02.

A baixa execução aparente das metas físicas é explicada porque as metas previstas no PLOA foram aumentadas no Congresso Nacional para justificar a agregação de emendas à ação. Emendas estas que, devido a contingenciamento e não apresentação de projetos por parte dos interessados, não foram executadas.

RESULTADOS:

O Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza, em 2008, foi ampliado em aproximadamente 5.847.462 ha, resultante da criação de 7 unidades federais e da ampliação de 1 unidade federal. Adicionalmente, estão sendo realizadas as seguintes ações para alcançar esse resultado:

- Apoio à iniciativas municipais e estaduais de criação e implementação de Unidades de conservação no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/MMA.
- Coordenação e acompanhamento das propostas de estudos para a criação/ampliação de unidades de conservação no sul da Bahia, envolvendo as seguintes áreas: Wenceslau Ubaira; Tinaré Boipeba; Boa Nova; Poções; Serra das Lontras; Serras do Baixão, Quatis e Javi; Serras de Itamarajú; Taquara; Santo Antônio e Belmonte; Ponta Grande; Alto Cariri; Taípe; Una; Rio do Frade; Pancada Grande; ampliação do Parque Nacional Pau Brasil; ampliação da Reserva Biológica de uma e ampliação do Parque Nacional do Descobrimento.
- Coordenação e acompanhamento das propostas de estudos para a criação de Unidades de Conservação no Sul do País, envolvendo as seguintes áreas, dentre outras: Parque Nacional do Campo dos Padres/SC; Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pelotas/Campos de Cima da Serra/SC/RS; Reserva Extrativista das Lagoas de Ibiraquera/SC; Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Areais da Ribanceira/SC; Refúgio de Fauna da Baía da Babitonga/SC; Refúgio de Vida Silvestre do Rio da Prata/SC; Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi/PR.
- Coordenação e acompanhamento de propostas para a criação de Unidades de Conservação nos diversos biomas brasileiros envolvendo as seguintes áreas, dentre outras: Floresta Nacional Acari, APA Costa das Algas; RVS de Santa Cruz; Resex Prainha do Canto Verde; Resex Renascer; Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi; Resex Cabo de Santa Marta; Resex Montanha Mangabal; Resex Lago do Cuniã; RVS Médio Tocantins; Parna da Serra Vermelha; RVS Restingas do Pratigi; Mona de Xingó; Parna do Boqueirão da Onça.

Foram realizadas as seguintes ações para implementação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação:

- Disponibilização de informações sobre as unidades de conservação reconhecidas pelo SNUC, por meio de relatórios, tabelas e mapas;
- Inclusão e validação das unidades de conservação federais e estaduais no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC (em andamento);
- Manutenção do sítio eletrônico do CNUC e inclusão de novas funcionalidades;
- Realização de capacitação/treinamento de usuários estaduais para operacionalização do sistema do CNUC.
- Reestruturação da Câmara Federal de Compensação Ambiental no âmbito do MMA, IBAMA e realização de reuniões da Câmara;
- Termo de cooperação assinado com o ICMBio com recursos para aquisição de equipamentos e execução de obras.

Participação de técnicos em reunião no ICMBio discutir a nova lista indicativa de áreas naturais brasileiras relevantes para serem reconhecidas como Sítios do Patrimônio Mundial Natural pelo Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO;

- Participação na 9ª Conferências das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, na Alemanha;
- Participação no “Latin American Sub Regional Workshop on Protected Areas”, no Equador;
- Participação e apresentação do SNUC e CNUC no “Tercer Taller Internacional de la Red de Áreas Naturales Protegidas Andes Amazonas”, no Equador;
- Participação na 13ª reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico (SBSTTA-13) e da Segunda Reunião do Grupo de Trabalho sobre Áreas Protegidas (WPGA-2) da CDB;
- Participação no I Seminário Internacional de Reservas da Biosfera em Ambiente Urbano, em Fortaleza/CE;
- Participação no VIII Congresso Interamericano de Conservação em Terras Privadas, no Rio de Janeiro/RJ.
- Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial n. 499, de 21 de setembro de 2007 sobre a promoção do turismo nos parques

nacionais;

- Elaboração da publicação do “Programa de Turismo nos Parques”;
- Participação em reuniões e elaboração de edital para contratação de empresa para realização de estudos sobre impactos ambientais, sociais e econômicos da visitação em UCs;
- Participação de técnicos e dirigentes do DAP em diversas reuniões técnicas no Brasil sobre gestão do SNUC;
- Participação em reuniões da câmara de conciliação da AGU sobre populações indígenas do interior do PARNA do Descobrimento;
- Reformulação da página na internet do Departamento de Áreas Protegidas;
- Apoio à realização de oficina sobre sustentabilidade financeira do SNUC e capacitação para utilização da ficha de pontuação para sustentabilidade financeira de UCs;
- Elaboração de publicação “Áreas Protegidas do Brasil” para distribuição na segunda reunião do GT sobre áreas protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
- Participação no II Congresso Mineiro de Biodiversidade, em Belo Horizonte/MG;
- Participação na Semana Nacional da Mata Atlântica, no Rio de Janeiro/RJ.
- Elaboração da publicação “Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu – Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista”.
- Participação em reuniões do GT formado por MMA, ICMBio e IBAMA/DF para discussão do PL 46/07 – DF, que trata da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF.
- Apoio à realização da Oficina de Gestores de Reservas da Biosfera do Brasil.
- Capacitação de técnicos do Departamento de Áreas Protegidas para o uso de ferramentas de Sistema de Informação Geográfica.
- Realização da reunião da Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” - COBRAMAB.
- Apoio à reunião do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- Apoio à realização da reunião da Rede Nacional das Reservas da Biosfera.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	18.778.726	5.688.485,00	30,29
Física*	125	11	8,8

*Produto: Projeto apoiado/ Unidade de Medida: unidade

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos

	que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	João de Deus Medeiros
Unidades executoras (1)	Ministério do Meio Ambiente
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Departamento de Áreas Protegidas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.098.125,	1.026.421	93,47
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

RESULTADOS:

A previsão orçamentária foi de R\$ 1.098.125,00. Desse valor, foram empenhados R\$ 1.026.421,00, correspondente a 93,47% do previsto. Os gastos foram realizados para pagamento de pessoal terceirizado e temporário, viagens, serviços gráficos e compra de material de consumo. Não foram realizadas contratações ou parcerias, bem como não foram transferidos recursos por descentralização.

Desempenho Operacional

Os indicadores de desempenho do Programa 1332 são o “Número de instrumentos de Sistema de gestão desenvolvidos”; a “Taxa de Proteção Integral dos Biomas” e a “Taxa de Uso Sustentável dos Biomas”. Considera-se que os esforços para a sustentabilidade dos biomas brasileiros pode ser avaliados na medida em que a taxa de Proteção Integral e Uso Sustentável dos Biomas aumentem, assim como com o aumento no número de instrumentos de sistemas de gestão desenvolvidos para a definição e disseminação de políticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas.

Taxa de Proteção Integral dos Biomas:

a) Utilidade:

A Taxa de Proteção Integral dos Biomas indica a área dos biomas protegidos por unidade de conservação. Este indicador é utilizado em diversos países do mundo para medir o desempenho da conservação *in situ* e o cumprimento de metas definidas pela Convenção da Biodiversidade.

b) Tipo:

Este indicador serve para medir a eficácia do Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros .

c) Fórmula de cálculo.

Relação percentual entre a área terrestre do território brasileiro, que abrangendo a área total dos biomas brasileiras, e a área definida como Unidade de Conservação de Proteção Integral, Federal, Estaduais e Municipais.

d) Método de aferição

O método de aferição é o somatório da área das Unidades de Conservação de Proteção Integral constantes no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação em contraposição a área terrestre do território brasileiro.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

A área responsável pelo cálculo e/ou medição dos indicadores é o Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente.

f) Resultado do indicador no exercício.

O resultado do indicador no exercício foi 5,94%.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O tamanho da área, por si só, pode ser considerado uma disfunção estrutural, pois não é suficiente para medir a eficácia do programa. Ele não garante a representatividade da biodiversidade conservada. O bioma Amazônico, em virtude de sua extensão, tem maior peso nos cálculos, distorcendo os resultados.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas

de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

A principal medida adotada para sanar as causas de insucesso deste indicador foi ajustá-lo para que a taxa de conservação seja apresentada de forma individualizada para cada bioma, ou seja, uma taxa de conservação para a Caatinga, outra para a Amazônia, outra para Mata Atlântica etc.

Taxa de Uso Sustentável dos Biomas:

a) Utilidade:

O manejo de espécies ameaçadas de extinção possibilita que as mesmas voltem a ter tamanhos populacionais que permitam que reduzam as ameaças às espécies ameaçadas. O indicador proposto aponta para o número de espécies que sofrem ações de manejo necessárias para recuperação das espécies na natureza. Assim, as ações previstas no programa 0508 voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira podem ter suas eficácias expressas neste indicador.

b) Tipo:

Este indicador serve para medir a eficácia do Programa.

c) Fórmula de cálculo.

A fórmula de cálculo utilizada é a relação percentual entre a área terrestre do território brasileiro, que abrange a área total dos biomas brasileiros, e a área definida como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Federal, Estaduais e Municipais.

d) Método de aferição

O método de aferição é o somatório da área das Unidades de Conservação de Uso Sustentável constantes no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação em contraposição a área terrestre do território brasileiro.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

A área responsável pelo cálculo e/ou medição dos indicadores é o Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente.

f) Resultado do indicador no exercício.

O resultado do indicador no exercício foi 10,26%.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O tamanho da área, por si só, pode ser considerado uma disfunção estrutural, pois não é suficiente para medir a eficácia do programa. Ele não garante a representatividade da biodiversidade conservada. O bioma Amazônico, em virtude de sua extensão, tem maior peso nos cálculos, distorcendo os resultados.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

A principal medida adotada para sanar as causas de insucesso deste indicador foi ajustá-lo para que a taxa de conservação seja apresentada de forma individualizada para cada bioma, ou seja, uma taxa de conservação para a Caatinga, outra para a Amazônia, outra para Mata Atlântica etc.

Evolução de Gastos Gerais da Unidade

Descrição	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	R\$ 280.183,92	R\$ 267.254,15	R\$ 209.831,54
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 134.797,91	R\$ 167.696,33	R\$ 206.819,02
3. SERVIÇOS TERCERIZADOS	R\$ 930.364,74	R\$ 1.565.681,42	R\$ 1.814.789,68
3.1. Publicidade	R\$ 248.257,08	R\$ 460.669,79	R\$ 371.436,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da informação	R\$ 1.141,00	R\$ 269.712,00	R\$ 506.136,64
3.4. Outras terceirizações	R\$ 680.966,66	R\$ 835.299,63	R\$ 937.217,04
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4.CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-
TOTAIS	R\$ 1.345.346,57	R\$ 2.000.631,90	R\$ 2.231.440,24

Os serviços terceirizados foram executados pela UG 440001.

ITEM III

Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
(Decisão Normativa n° 93, de 03/12/2008)

Informamos para fins do disposto no item 03 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n°93/2008, de 03 de dezembro, que não houve ocorrência no período de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

ITENS IV

Informações de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2006	R\$ 395.724,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 395.724,66	R\$ 1.274.822,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.274.822,68
2007	R\$ 115.078,32	R\$ 0,00	R\$ 115.078,32	R\$ 0,00	R\$ 7.114.030,25	R\$ 8.328,07	R\$ 6.382.588,64	R\$ 723.113,54
Total	R\$ 510.802,98	R\$ 0,00	R\$ 115.078,32	R\$ 395.724,66	R\$ 8.388.852,93	R\$ 8.328,07	R\$ 6.382.588,64	R\$ 1.997.936,22

- as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;

Quanto aos restos a pagar processados:

- Pagos:

Em 2007, foi inscrito o valor de R\$ 115.078,32 em favor do convênio com o Município de Piranhas, que foi pago no ano de 2008.

- A pagar:

Em 2006, foi inscrito o valor de R\$ 395.724,66 em favor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO para execução do projeto BRA/062.

De acordo com a Portaria 292, de 23 de maio de 2007, a Secretária de Biodiversidade e Florestas assumiu a execução orçamentária e financeira de seus programas, e para tanto foram criadas novas Unidades Gestoras.

Os restos a pagar em questão permaneceram por mais de um exercício financeiro no sistema devido à dificuldades de sua identificação, causada pela migração entre unidades gestoras dos convênios, acordos e outros instrumentos, acompanhados dos seus respectivos documentos do SIAFI, contas, valores e saldos.

O projeto teve seu orçamento reajustado por meio de revisões substantivas. Dessa forma, o valor inscrito será cancelado no exercício de 2009.

Quanto aos restos a pagar não processados:

- Cancelados:

Em 2007, foi inscrito o valor de R\$ 5.585,86 em diárias, que foi cancelado totalmente em 2008. Ainda foi inscrito o valor de R\$ 18.871,26 em favor da Boeing Turismo para despesas de passagens aéreas, dos quais R\$ 121,91 foram pagos e R\$ 2.742,21 foram cancelados em 2008. O restante do valor, considerado restos a pagar a pagar, R\$ 16.007,14, foi cancelado em 2009.

- Pagos:

Foi inscrito em restos a pagar em 2007 e pago em 2008 o valor de R\$ 6.382.588,64, sendo:

- R\$ 295.554,00 em favor do Convênio com o Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;
- R\$ 240.770,00 em favor do Convênio com a Empresa Estadual de Turismo – Amazonastur;
- R\$ 734.590,00 em favor do Convênio com a Prefeitura Municipal de Manaus;
- R\$ 328.603,47 em favor do Convênio com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM;
- R\$ 303.380,00 em favor do Convênio com o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA;
- R\$ 116.200,00 em favor do Convênio com o Município de Amargosa;
- R\$ 410.200,00 em favor do Convênio com o Ministério Público da Bahia;
- R\$ 3.006.155,10 em favor do Convênio com a Polícia Militar do Estado do Amazonas;
- R\$ 359.497,00 em favor do Convênio com o Centro de Recursos Ambientais – CRA;
- R\$ 295.372,00 em favor do Convênio com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM;
- R\$ 200.000,00 em favor do Convênio com o Município de Volta Redonda;

- R\$ 57.539,16 em favor do Convênio com o Município de Arenópolis;
- R\$ 34.606,00 em favor da Convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte;
- R\$ 121,91 em favor do Contrato com a Boeing Turismo para despesas com passagens.
- A pagar:

Dos valores constantes em restos a pagar a pagar inscritos no exercício de 2006, tem-se:

- R\$ 1.009.000,00, em favor do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, em virtude do Convênio firmado que estava vigente ainda no ano de 2008. No entanto, foi verificado que não haveria a necessidade do repasse do referido valor, já que uma das metas não poderia ser realizada. Dessa forma, estes restos a pagar foram cancelados no exercício de 2009;
- R\$ 265.822,68 em favor do convênio com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas, que foi extinta, e a responsabilidade pela execução do convênio foi incorporada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM. O convênio, ainda vigente no exercício de 2008, sofreu atrasos por conta desta alteração. Além disso, o IDAM não poderá executar parte de uma das metas, e dessa forma, não foi necessário a realização do repasse do restante do valor. Diante disto, estes restos a pagar serão cancelados no exercício de 2009.

Dos valores constantes em restos a pagar a pagar inscritos no exercício de 2007, tem-se:

- R\$ 210.151,40 em favor de proposta de convênio com o Município Presidente Figueiredo, R\$ 100.000,00 em favor do Acordo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal, R\$ 101.300,00 em favor do convênio com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF, R\$ 56.240,00 em favor do convênio com o Município de Valença, e R\$ 16.007,14 em favor do contrato com a Boeing Turismo para despesas com passagens. Todos esses valores foram cancelados no exercício de 2009;
 - R\$ 85.400,00 em favor do Convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão – FUNEP. Estes restos a pagar foram prorrogados até 31 de dezembro de 2009 pelo Decreto 6.708 de 23 de dezembro de 2008. O convênio ainda está vigente, e sua terceira e última parcela está pendente da aprovação da prestação de contas parcial, que se encontra em fase de diligências.
 - R\$ 154.015,00, em favor de Convênio com a Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária – CONCRAB. Estes restos a pagar foram prorrogados até 31 de dezembro de 2009 pelo Decreto 6.708 de 23 de dezembro de 2008. O convênio ainda está vigente, e sua terceira e última parcela está pendente de pagamento, tendo em vista que sua prestação de contas parcial somente foi aprovada em 2009, após a realização de diligências.
- discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

Não há valores inscritos em restos a pagar no sistema na situação mencionada.

Item V

Informações sobre as transferências mediante convênio, acordos, ajustes, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	418415	Processo nº 02000.002000/2001-69 4º Termo Aditivo, assinado em 29/12/03. Vigente até 29/02/04	Implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	29/02/04	R\$ 3.000.000,00	0,00	0	IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE 03.659.166/0035-51	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Foi realizada vistoria in loco e constatada a conclusão das obras descritas no plano de trabalho, sendo que as mesmas apresentam plena condição de uso e estão sendo aproveitadas pela população local. Contudo, será criado um grupo de trabalho para comprovar a origem dos recursos utilizados nessas obras, uma vez que a documentação encontra-se dispersa nas regionais do IBAMA.
1	523062	Processo nº 02000.003807/2004-61 2º Termo Aditivo assinado em 29/09/06. Vigente até 31/12/06	Estímulo à formação de corredores ecológicos da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo	02/10/06	R\$ 713.335,00	0,00	R\$ 214.000,00	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS DO ESPÍRITO SANTO 05.200.358/0001-81	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. A análise da prestação de contas do ponto de vista financeiro será concluída assim que a conveniente efetuar a devolução de recurso oriundo de despesas glosadas sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial nos termos da legislação vigente.
1	521332	Processo nº 02000.003744/2004-43 5º Termo Aditivo assinado em 24/10/06. Vigente até 31/07/07	Viabilização sócio ambiental das comunidades indígenas no entorno do Monte Pascoal.	26/10/06	R\$ 361.400,00	0,00	R\$ 56.880,00	INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIO AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA 02000.003744/2004-43	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Diversas diligências foram realizadas com vistas a certificar-se da boa e regular aplicação do recurso repassado. Tão logo essa fase seja finalizada, será emitido Parecer final com opinião acerca da execução financeira do convênio.
1	529831	Processo nº 02000.002099/2005-22 2º Termo Aditivo assinado em 30/03/07. Vigente até 31/12/07	Implantação da rede de parcelas permanentes do bioma mata atlântica.	30/05/07	R\$145.100,00	0,00	R\$ 32.100,00	FUNDACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA 02000.002099/2005-22	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Diversas diligências foram realizadas com vistas a certificar-se da boa e regular aplicação do recurso repassado. Foi assinalado prazo à conveniente para devolva recursos à conta única tendo em vista que não foi apresentado suporte documental para comprovação de cerca de 40% das despesas do convênio.
1	493830	Processo nº 02000.002591/2003-36 3º Termo Aditivo assinado em 30/11/06. Vigente até 30/11/07	Rede de manejo florestal da caatinga.	07/12/06	R\$ 314.790,00	0,00	R\$ 64.884,00	ASSOCIACAO PLANTAS DO NORDESTE 02000.002591/2003-36	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Diversas diligências foram realizadas com vistas a certificar-se da boa e regular aplicação do recurso repassado. Ficou comprovado que a contrapartida não foi implementada no objeto do convênio. Assim, foi dado prazo ao conveniente para devolver ao Erário o recurso do concedente que substituiu a contrapartida na execução do convênio sob pena de abertura da TCE em desfavor dos responsáveis.

1	488958	Processo n° 02000.002688/2003-49 6° Termo aditivo assinado em 29/06/07 Vigente até 31/12/07	Implementação das atividades do sistema de monitoramento e fiscalização florestal do estado do Bahia.	04/07/07	R\$ 340.402,09	0,00	R\$ 163.055,41	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE 054.674.76/0001-50	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Este processo foi enviado à SPOA/MMA para finalização da análise da prestação de contas.
1	522804	Processo n° 02000.002976/2004-84 4° Termo aditivo assinado em 30/03/07. Vigente até 31/12/07	Fomento ao resgate, conservação e uso da agrobiodiversidade com enfoque agroecológico nos assentamentos de reforma agrária.	16/04/07	R\$ 270.880,00	0,00	R\$ 45.640,00	CONFEDERACAO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA 683.424.35/0001-58	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Este processo foi remetido à SPOA do Ministério para análise da prestação de contas, tendo em vista que o número de servidores da SBF é insuficiente para atendimento da demanda.
1	519284	Processo n° 02000.003899/2004-80 4° Termo Aditivo assinado em 30/03/07 Vigente até 31/03/08	Reforma para melhoria da cerca existente na área que circunda o pórtico de acesso ao parque e construção de cerca ampliando a vedação limítrofe da parte frontal, de modo a abranger por completo a extensão de 6.192,61 m lineares que compõem a face oeste do parque.	09/04/07	R\$ 60.000,00	0,00	R\$ 10.000,00	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LONDRINA 757.714.77/0001-70	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Este processo foi remetido à SPOA do Ministério para análise da prestação de contas, tendo em vista que o número de servidores da SBF é insuficiente para atendimento da demanda.
1	526348	Processo n° 02000.002443/2005-83 1° Termo assinado em 29/06/06. Vigente até 30/06/07	Fortalecer a atuação do Ministério Público do Estado da Bahia nas atividades de fiscalização e monitoramento ambiental.	30/06/06	R\$ 327.043,11	0,00	R\$ 94.041,11	MINISTERIO DO ESTADO DA BAHIA 041.424.91/0001-66	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Diversas diligências foram realizadas com vistas a certificar-se da boa e regular aplicação do recurso repassado. Este processo foi remetido à SPOA do Ministério para análise da prestação de contas, tendo em vista que o número de servidores da SBF é insuficiente para atendimento da demanda.
1	577135	Processo n° 02000.002791/2006-31 2° Termo aditivo assinado em 26/12/07 Vigente até 30/06/08	Ações de fiscalização através da Secretaria de Meio Ambiente, com criação de uma Unidade de Conservação e apoio a recuperação de áreas degradadas, além de capacitação de técnicos e produtores e divulgação das ações	31/12/07	304.041,00	0,00	31.000,00	RIO PRETO DA EVA PREFEITURA MUNICIPAL 046.296.97/0001-15	O convênio possui saldo A COMPROVAR com vigência expirada. A prestação de contas não apresentada no prazo regulamentar, assim, após os devidos procedimento administrativos, inclusive de citação do ex-prefeito no Diário Oficial da União, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas enviou o processo à Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade deste Ministério para abertura de Tomada de Contas Especial em desfavor dos Srs. Anderson José de Sousa, ex-prefeito do Município de Rio Preto da Eva, CPF: 161.737.082-72 e Fúlvio da Silva Pinto, atual prefeito do Município de Rio Preto da Eva, CPF: 439.256.692-72.
1	531468	Processo n° 02000.002688/2005-19 Termo assinado em 30/11/05 Vigente até 31/05/06	Apoio ao desenvolvimento de mercado para produtos certificados - FSC como estratégia de	07/12/05	726.550,00	0,00	492.550,00	CONSELHO BRASILEIRO DE MANEJO FLORESTAL 048.622.53/0001-25	Este convênio possui saldo aprovado e saldo em INADIMPLÊNCIA EFETIVA. A Secretaria de Biodiversidade e Florestas detectou irregularidades na execução deste convênio e encaminhou o processo à Coordenação Geral de

			promoção do manejo florestal no brasil						Gestão Financeira e Contabilidade deste Ministério para abertura de TCE em desfavor de Ana Yu Jou Yang, CPF: 25338887886, ex Diretora do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal.
1	602185	Processo n° 02000.0027.82.2007-21 1° Termo Aditivo assinado em 24/11/08. Vigente até 30/11/09	Uso sustentável da agrobiodiversidade no oeste goiano visando a valorização do conhecimento tradicional associado e a defesa do uso comunitário de plantas medicinais e fitoterápicos voltados para a atenção básica da saúde da população do Município de Arenópolis-Goiás.	08/12/08	R\$75.539,16	R\$ 57.539,16	R\$ 18.000,00	ARENOPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL 00007914000184	Recurso repassado em 10/06/08, conforme OB n° 2008OB900002 .
1	602148	Processo n° 02000002679200781 Assinado em 28/12/07. Vigente até 30/11/08	Implementação e ampliação do Corredor Ecológico Urbano do Mindu e consolidação do Plano de Manejo da RDS Tupé.	02/01/08	R\$ 819.590,00	R\$ 734.590,00	R\$ 85.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS 04365326000173	Recurso repassado em 02/04/08, conforme OB n° 2008OB900006.
1	601971	Processo n° 02000002713200718 Assinado em 28/11/07 Vigente até 30/11/08	Estabelecer estrutura física para a fiscalização ambiental permanente na região do baixo Rio Negro.	31/12/07	R\$ 367.603,47	R\$ 328.603,47	R\$ 39.000,00	INSTITUTO DE PROTECAO DO AMBIENTAL AMAZONAS 04624888000194	Recurso repassado em 27/03/08, conforme OB n° 2008OB900005.
1	602181	Processo n° 02000002678200737 1° Termo aditivo assinado em 25/07/08. Vigente até 30/11/08	Monitoramento e combate a incêndios florestais em áreas do Corredor Central da Amazônia - CCA no estado do Amazonas.	31/07/08	R\$ 347.614,00	R\$ 295.554,00	R\$ 52.060,00	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS 02963980000153	Recurso repassado em 18/03/08, conforme OB n° 2008OB900003.
1	602165	Processo n° 02000002680200714 1° Termo Aditivo assinado em 29/07/08 Vigente até 30/11/08	Planejamento e estruturação do ecoturismo nas comunidades de Paricatuba, Acajutuba e Janauary, no Município de Iranduba - Amazonas.	31/07/08	R\$ 269.157,00	R\$ 240.770,00	R\$ 28.387,00	EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO - AMAZONASTUR 05662046000190	Recurso repassado em 04/04/08, conforme Ob n° 2008OB900007
1	575597	Processo n° 02000002872200631 2° Termo Aditivo assinado em 30/06/08. Vigente até 30/11/08	Apoio as cadeias produtivas florestais de produtos madeireiros e de animais silvestres no estado do Amazonas.	04/07/08	R\$ 841.280,00	0,00	R\$ 84.220,00	AGENCIA DE FLORESTAS E NEGOCIOS SUSTENTAVEIS 05594044000100	Por problemas operacionais no SIAFI não foi possível a inclusão dos termos aditivos no sistema. A prestação de contas deste convênio já foi aprovada do ponto de vista técnico e está em análise financeira.
1	576506	Processo n° 02000003744200624 2° Termo Aditivo assinado em 30/12/08. Vigente até 30/10/09.	Promover e fortalecer a assistência técnica e elaborar 100 planos de manejo florestal sustentável de pequena	05/01/09	R\$ 834.000,00	0,00	R\$ 84.000,00	AGENCIA DE FLORESTAS E NEGOCIOS SUSTENTAVEIS 05594044000100	Na atual estrutura administrativa do Estado do Amazonas foi designado que as funções exercidas pela AFLORAM passassem a ser executadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas -

			escala e comunitário fomentados pela agência de florestas, onde estejam envolvidas comunidades ribeirinhas e pequenos produtores prioritariamente para os municípios: Apui, Humaita (arco do desmatamento)						IDAM (CNPJ: 01.171.012/0001-41). Apesar de reiterados pedidos ao MPOG para que o conveniente fosse modificado no âmbito do SIAFI, até o presente momento o problema ainda não foi resolvido. Todavia, toda tramitação legal para aditar esse convênio vem sendo seguida, com assinatura de termo aditivo cancelado pela CONJUR e pelo Controle Interno do MMA, bem como a publicação no DOU.
1	620793	Processo nº 02000002708200713 1º Termo Aditivo assinado em 17/12/08 Vigente até 31/12/09	Implantação do batalhão de policiamento ambiental e operacionalização das ações de Policiamento Ambiental.	19/12/08	R\$ 3.363.905,10	R\$ 3.006.155,10	R\$ 357.750,00	POLICIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS 63656292000135	O recurso foi repassado em 24/03/08, conforme OB nº 2008OB900002.
1	601960	Processo nº 02000002389200738 1º Termo Aditivo assinado em 26/12/08. Vigente até 31/12/09	Apoiar ações de estruturação do Ministério Público Estadual em prol da melhoria da eficiência e eficácia das ações de fiscalização e consolidação das Unidades de Conservação no Estado da Bahia.	12/01/09	R\$ 590.152,10	R\$ 410.200,00	R\$ 179.952,10	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA 04142491000166	O recurso foi repassado em 20/02/08, conforme OB nº 2008OB900001.
1	576641	Processo nº 02000004578200664 3º Termo aditivo assinado em 26/12/08. Vigente até 30/06/09	Preservação e conservação da mata atlântica no estado do Espírito Santo através da estratégia de formação de corredores ecológicos	12/01/09	R\$ 638.753,00	R\$ 303.380,00	R\$ 238.573,00	INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS 05200358000181	O recurso foi repassado em 08/04/08, conforme OB nº 2008OB900006 .
1	620048	Processo nº 02000002502200785 1º Termo aditivo assinado em 31/12/08 Vigente até 31/08/09	Implementação de atividades de apoio ao sistema de fiscalização e monitoramento ambiental no Corredor Central da Mata Atlântica, Estado da Bahia.	09/01/09	R\$ 524.457,00	R\$ 359.497,00	R\$ 164.960,00	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE 13220686000178	O recurso foi repassado em 28/03/08, conforme OB nº 2008OB900005.
1	620046	Processo nº 02000002669200746 1º Termo aditivo assinado em 26/12/08 Vigente até 31/12/09	Viabilizar a implantação da Unidade de Conservação na Serra do Timbó.	12/01/09	R\$ 166.000,00	R\$ 116.200,00	R\$ 49.800,00	AMARGOSA PREFEITURA 13825484000150	O recurso foi repassado em 23/10/08, conforme OB nº 2008OB900007 .
1	601969	Processo nº 02000002977200771 1º Termo Aditivo	Assistência técnica e extensão rural e florestal em apoio às ações e		R\$ 429.478,82	R\$ 295.372,00	R\$ 134.106,82	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	O recurso foi repassado em 28/03/08, conforme OB nº 2008OB900004.

		assinado em Vigente até 31/12/09	atividades desenvolvidas no Projeto Corredores Ecológicos nos municípios do Corredor Central da Amazônia.					01171012000141	
1	622338	Processo nº 02000002455200770 Termo assinado em 31/12/07 Vigente até 09/02/09 CONVENIO 2007	Fazer manutenções, avaliar, consolidar, difundir e ampliar a base técnico-científica sobre o comportamento produtivo de essências florestais, com base em ações experimentais distribuídas e m áreas de caatinga e zona costeira úmida do RN, visando oferecer subsídios técnicos para expansão da base florestal plantada	08/01/08	R\$ 38.610,00	R\$ 34.606,00	R\$ 4.004,00	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA DO RIO G DO SUL 08510158000113	O recurso foi repassado em 11/04/08, conforme OB nº 2008OB900003.
1	599769	Processo nº 02000002787200754 1º Termo assinado em 25/11/08. Vigente até 31/03/09 CONVENIO 2007	Apoio ao projeto "Uso sustentável da agrobiodiversidade no oeste goiano, fomentando a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos produzidos por comunidades agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, situadas nessa região.	08/12/08	R\$ 151.078,32	R\$ 115.078,32	R\$ 36.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS 01168145000169	O recurso foi repassado em 29/02/08, conforme OB nº 2008OB900001.
1	576972	Processo nº 02000002870200642 Termo assinado em 15/12/06 Vigente até 30/11/08	Apoio e desenvolvimento de ações no âmbito do IPAAM para implementação do corredor central da amazônia. garantido a proteção florestal e a conservação da biodiversidade por meio do monitoramento e fiscalização, implementar o plano de radio de comunicação do baixo rio negro.	18/12/06	\$ 3.384.304,45	R\$ 374.000,00	R\$ 377.892,39	INSTITUTO DE PROTECAO AMBIENTAL DO AMAZONAS 04624888000194	O recurso foi repassado em 07/03/08, conforme OB nº 2008OB900001.
1	622776	Processo nº	Fornecer subsídios aos	04/12/08	R\$ 250.000,00	R\$	R\$ 50.000,00	VOLTA REDONDA	O recurso foi repassado em 04/07/08, conforme

		02000002415200728 Termo assinado em 03/12/08 Vigente até 18/06/09	projetos de educação ambiental desenvolvidos dentro do Parque, além de contribuir com informações preliminares para a elaboração futuramente do Plano de Manejo desta Unidade de Conservação.			200.000,00		PREFEITURA 32512501000143	OB nº 2008OB900003.
1	401694	Processo nº 02000.004927/2000-52 Termo assinado em 03/11/00. Vigente até 28/02/01	Apoiar o reflorestamento econômico e ecológico com agricultores familiares em sistemas agroflorestais em 150 pequenas propriedades	13/11/00	R\$ 207.900,00	0,00	R\$ 18.900,00	CENTRO DE DESENVOLVIMENT O AGROECOLOGICO DO CERRADO 03786980000198	Este convênio foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica nº 862/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 29/04/08. Assim, foi determinado a essa Secretaria que reabrisse essa prestação de contas, tendo em vista os indícios apurados. Todas as evidências foram analisadas foi verificada a não realização de licitação pelo conveniente para contratações em que a lei a exige, bem como aceite de recibo em detrimento do documento fiscal, bem como não restou comprovada a execução, pela entidade contratada, da atividades previstas no contrato. Tais impropriedades estão elencadas no Parecer nº 076/2008-COF/SBF/MMA, cuja cópia encontra-se anexa, para análise e providências pertinentes por parte do Tribunal de Contas da União- TCU.
1	416650	Processo nº 02000.000899/2001-85 Termo assinado em 25/06/01. Vigente até 28/02/02	Promover o plantio de 50 hectares de sistemas agro florestais em 7 municípios do Estado de Goiás	04/07/01	R\$ 166.710,00	0,00	R\$ 16.710,00	CENTRO DE DESENVOLVIMENT O AGROECOLOGICO DO CERRADO 03786980000198	Este convênio foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica nº 862/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 29/04/08. Assim, foi determinado a essa Secretaria que reabrisse essa prestação de contas, tendo em vista os indícios apurados. Após a revisão de toda a prestação de contas, concluiu-se que o CEDAC não realizou licitação para contratação que legalmente a exigia, conforme Parecer nº 075/2008-COF/SBF/MMA, cuja cópia encontra-se anexa, para análise e providências pertinentes por parte do Tribunal de Contas da União- TCU.
1	449875	Processo nº 02000.000375/2002-75 Termo assinado em 01/04/02 Vigente até 31/12/03	Produção agroflorestal e manejo sustentável do pequi, baru e faveira no cerrado	11/04/02	R\$ 421.471,71	0,00	R\$ 40.000,00	CENTRO DE DESENVOLVIMENT O AGROECOLOGICO DO CERRADO 03786980000198	Este convênio foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica nº 862/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 29/04/08. Assim, foi determinado a essa Secretaria que reabrisse essa prestação de contas, tendo em vista os indícios apurados. Mais uma vez foi verificada a não realização de licitação e o aceite de recibo ao invés de documento fiscal, segundo relatado no Parecer nº 090/2008-COF/SBF/MMA, cuja cópia encontra-se anexa, para análise e providências pertinentes por parte do Tribunal de Contas da União- TCU..
1	472527	Processo nº 02000.003087/2002-72	Centro de formação em sistemas agroflorestais	27/12/02	R\$ 167.163,70	0,00	R\$15.000,00	CENTRO DE DESENVOLVIMENT	Este convênio foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota

		Termo assinado em 26/12/02 Vigente até 31/01/04	no cerrado.					O AGROECOLOGICO DO CERRADO 03786980000198	Técnica nº 862/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 29/04/08. Assim, foi determinado a essa Secretaria que reabrisse essa prestação de contas, tendo em vista os indícios apurados. Contudo, os volumes do processo em que estavam a prestação de contas e as análises técnicas e financeiras da execução do objeto. Assim, este Ministério instaurou uma Sindicância para apuração do fato e ficou determinado que o volume deverá ser reconstituído. Tão logo o setor competente o reconstitua, será procedida a reanálise da prestação de contas.
1	501682	Processo nº 02000.002577/2003-32 5º Termo assinado em 29/12/06. Vigência até 30/06/07	Instrumentalizar o poder publico através do estudo da cadeia sócio-produtiva da faveira possibilitando mecanismos para intervenção publica na readequação legislação ambiental brasileira, no que se refere ao acesso aos recursos genéticos, manejo, produção transporte, comercio e conservação da biodiversidade o cerrado.	04/01/07	R\$ 165.000,00	0,00	R\$ 15.000,00	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO O AGROECOLOGICO DO CERRADO 03786980000198	O convênio possui saldo A APROVAR com vigência expirada. Além disso, este convênio foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica nº 862/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 29/04/08. Assim, foi determinado a essa Secretaria que reabrisse essa prestação de contas, tendo em vista os indícios apurados. Foi observada a ocorrência de “terceirização” na execução desse convênio e de pagamentos antecipados à contratada, bem como de ausência de processo licitatório e, finalmente, montante pago à contratada maior do que o especificado no contrato, sem o correspondente aumento no escopo do serviço. A conveniente solicitou o parcelamento do débito e esse pedido foi submetido à Consultoria Jurídica deste Ministério que se se pronunciou pela impossibilidade de parcelamento. Assim, foi concedido prazo ao CEDAC para que recolha o débito integralmente, sob pena de abertura de Tomada de Contas Especial. Cópia do Parecer nº 080/2008-COF/SBF/MMA encontra-se anexa para análise e providências por parte do TCU.
1	400154	Processo nº 02000.004522/2000-14 2º Termo aditivo assinado em 27/06/01. Vigência té 28/02/02.	Editoração e publicação da revista ação ambiental, difundindo assim em maiores proporções a pratica da educação ambiental, legislação ambiental, monitoramento, técnicas de recuperação de áreas degradadas	18/07/01	R\$ 52.500,00	0,00	R\$ 2.500,00	SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS 18134684000180	Este convênio possui saldo aprovado e saldo em INADIMPLÊNCIA EFETIVA. Ele foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica nº 479/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 10/03/08. No exame realizado pela CGU foram constatadas diversas irregularidades na execução deste convênio e, assim, foi determinada a reanálise da prestação de contas deste convênio. Após diligências junto ao convenente, foi elaborado o Parecer nº 078/2008-COF/SBF/MMA, que glosava despesas e determinava a sua devolução aos cofres públicos. Uma vez que não foi efetuada a devolução nem apresentados fatos que pudessem dirimir as irregularidades, o processo foi encaminhado à Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade deste Ministério para

									abertura de TCE em desfavor de Laércio Couto, CPF: 20089945891 ex-Diretor da Sociedade de Investigações Florestais- SIF e de João Cândia de Andrade Araújo, CPF:161.737.082-72, Presidente da SIF.
1	432999	Processo nº 02000.001604/2001-98 1º Termo Aditivo assinado em 25/02/02. Vigência até 31/12/02	Implantação de um centro de informações florestais (ciflor) como apoio de um banco de dados (bdf), capaz de fornecer informações sobre indicadores técnicos, econômicos, sociais e ambientais do setor florestal, visando dar suporte na implementação de políticas florestais, tanto a nível público, quanto privado.	27/02/02	R\$54.359,00	0,00	R\$ 19.956,00	SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS 18134684000180	Este convênio possui saldo aprovado e saldo em INADIMPLÊNCIA EFETIVA. Ele foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica nº 479/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 10/03/08. No exame realizado pela CGU foram constatadas diversas irregularidades na execução deste convênio e, assim, foi determinada a reanálise da prestação de contas deste convênio. Após diligências junto ao conveniente, foi elaborado o Parecer nº 082/2008-COF/SBF/MMA, que impugnou uma série de despesas e determinou a devolução aos cofres públicos. Uma vez que não foi efetuada a devolução nem apresentados fatos que pudessem dirimir as irregularidades, o processo foi encaminhado à Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade deste Ministério para abertura de TCE em desfavor de Amaury Paulo de Souza, CPF:11354968620, Ex-Diretor Administrativo da Sociedade de Investigações Florestais – SIF e de João Cândia de Andrade Araújo, CPF:161.737.082-72, Presidente da SIF.
1	433000	Processo nº 02000.007824/2001-25 1º Termo Aditivo assinado em 28/02/02. Vigente até 30/06/02	Confecção dos anais do 5º simpósio brasileiro sobre colheita e transporte florestal, com a divulgação dos resultados alcançados.	08/03/02	R\$ 27.000,00	0,00	R\$ 7.000,00	SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS 18134684000180	Este convênio possui saldo aprovado e saldo em INADIMPLÊNCIA EFETIVA. Ele foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica nº 479/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 10/03/08. No exame realizado pela CGU foram constatadas diversas irregularidades na execução deste convênio e, assim, foi determinada a reanálise da prestação de contas deste convênio. Após diligências junto ao conveniente, foi elaborado o Parecer nº 071/2008-COF/SBF/MMA, que impugnou uma série de despesas e determinou a devolução aos cofres públicos, bem como foi observada a ausência de licitação para seleção dos contratados, além de ter ficado evidenciada a simulação de cotação. Uma vez que não foi efetuada a devolução nem apresentados fatos que pudessem dirimir as irregularidades, o processo foi encaminhado à Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade deste Ministério para abertura de TCE em desfavor de Amaury Paulo de Souza, CPF:11354968620, Ex-Diretor Administrativo da Sociedade de Investigações Florestais – SIF e de João Cândia de Andrade

									Araújo, CPF: 161.737.082-72 ;, Presidente da SIF.
1	419607	Processo n° 02000.001546/2001-01 1° Termo aditivo assinado em 28/02/02. Vigente até 28/02/03	Apoiar o projeto de treinamento e extensão florestal para recuperação ambiental da Bacia do paraíba do sul e Bacia do são bartolomeu.	14/03/02	R\$ 380.603,82	0,00	R\$ 66.300,00	SOCIEDADE DE INVESTIGAÇÕES FLORESTAIS 18134684000180	Este convênio possui saldo aprovado e saldo em INADIMPLÊNCIA EFETIVA. Ele foi objeto de fiscalização por parte da Controladoria Geral da União, conforme Nota Técnica n° 479/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 10/03/08. No exame realizado pela CGU foram constatadas diversas irregularidades na execução deste convênio e, assim, foi determinada a reanálise da prestação de contas deste convênio. Após diligências junto ao convenente, foi elaborado o Parecer n° 072/2008-COF/SBF/MMA, que impugnou uma série de despesas e determinou a devolução aos cofres públicos, bem como ficou evidenciada a ausência de licitação nos casos em que a Lei 8.666/93 a determina. Uma vez que não foi efetuada a devolução nem apresentados fatos que pudessem dirimir as irregularidades, o processo foi encaminhado à Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade deste Ministério para abertura de TCE em desfavor de Amaury Paulo de Souza, CPF:11354968620, Ex-Diretor Administrativo da Sociedade de Investigações Florestais – SIF e de João Cândia de Andrade Araújo, CPF 161.737.082-72 ;, Presidente da SIF.
1	504309	Processo n° 02000.001066/2004-84 4° Termo Aditivo assinado em 31/08/06 Vigente até 31/10/06	Ações estruturais para o fortalecimento do Setor Florestal no Estado do Acre.	08/09/06	R\$ 217.122,00	0,00	R\$ 67.122,00	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE 63606479000124	Este convênio teve sua prestação de contas aprovada, contudo foram detectadas impropriedades na execução deste convênio. Assim, segue anexo o Parecer n° 91/2008-COF/SBF/MMA para exame e providências por parte do TCU.
1	551880	Processo n° 02000.005337/2005-51 5° Termo Aditivo assinado em 02/02/09 Vigente até 04/05/09.	Apoiar o Projeto Pólo Biotecnológico da Mata Atlântica do Vale do Ribeira.	09/03/09	R\$ 251.140,00	0,00	R\$ 51.840,00	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO – FUNEP	Este convênio está em análise da prestação de contas parcial referente à 1ª parcela repassada. Quando do exame da execução do convênio foram detectadas impropriedades. Segue anexo o Parecer n° 059/2008-COF/SBF/MMA para exame e decisão por parte do TCU.

* Tipo de transferência: 1 - convênio, 2 - acordo, 3 - ajuste, 4 - parceria, 5 - subvenção, 6 – auxílio, 7 – contribuição ou 8 - outros.

No último caso, mencionar outros tipos de transferências que não envolvam recursos financeiros, tais como transferências de materiais ou acordos de cooperação técnica, desde que tais atos de gestão sejam relevantes para avaliação da gestão da unidade jurisdicionada. Neste caso, nem todos os campos serão objeto de preenchimento obrigatório.

** Situação da avença: efetuar, quando for o caso, os seguintes registros:

Observação 1: no caso de instauração de processo administrativo para sindicância ou de TCE, informar:

- número do processo;
- fato que originou;
- identificação da unidade ou do responsável pela apuração;
- identificação dos responsáveis (nome, CPF e cargo/função);
- valores originais e datas de competência; e
- situação do processo (providências adotadas e a adotar, inclusive quanto à suspensão de transferência, prazo de conclusão do processo etc).

Observação 2: no caso de convênio com saldo de VALORES A LIBERAR, com vigência expirada, comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de liberação ou cancelamento.

Observação 3: no caso de convênio com SALDOS A APROVAR, com vigência expirada, comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de finalização da análise.

Observação 4: no caso de convênio com SALDOS A COMPROVAR, com vigência expirada, relatar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, a ocorrência ou não de notificação ao conveniente e inscrição em inadimplência, mencionando as datas e os números dos respectivos expedientes, ou justificar a falta de notificação ou de inscrição em inadimplência.

Item VI

Previdência Complementar Patrocinada



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

(NR) (Decisão Normativa nº 93, de 03/12/2008)

Informamos para fins do disposto no item 06 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 93/2008, de 03 de dezembro de 2008, que este item não é aplicável à natureza jurídica da UJ.

Item VII

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	*Custo Total	**Doações Contratadas (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia - AquaBio	40.086.540,70	R\$ 16.801.200,00	R\$ 1.219.400,00	R\$ 23.285.340,70	Doação	R\$ 0,00	R\$ 1.219.400,00	Estruturação das coordenações estaduais e comitês de acompanhamento do projeto. Planejamento participativo de atividades.	Coordenações e Comitês já estruturados e atividades previstas no Planejamento em execução
Código Projeto: TF 056255. Finalidade: Apoiar a adoção de uma abordagem participativa de manejo integrado dos recursos aquáticos nas políticas públicas e programas da Bacia Amazônica, visando a conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática. Organismo Financiador: GEF/Banco Mundial – BIRD *valor convertido de dólar para real US\$1= R\$2,34									

****A Secretaria de Biodiversidade e Florestas não contraiu empréstimos no exercício de 2008, tendo somente doações recebidas das organizações internacionais.**

Avaliação crítica dos resultados alcançados no projeto:

O Projeto AquaBio encontra-se com a sua execução atrasada tomando-se como base a data de assinatura do PRODOC entre o Ministério e a UNESCO (14 de dezembro de 2006), instrumento utilizado pelo MMA para a implementação dos dois primeiros anos do AquaBio. Por outro lado, cabe considerar que o Projeto só foi declarado efetivo pelo Banco Mundial em 28 de fevereiro de 2007, cerca de dois meses e meio após a assinatura do PRODOC.

Inicialmente, cabe destacar que o período a partir da assinatura do PRODOC com a UNESCO foi marcado por uma série de eventos que contribuíram para o atraso de 12 meses na implementação do Projeto. No primeiro semestre de 2007 estavam em andamento negociações entre o Banco Mundial e a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, relacionadas a mudanças nos procedimentos para internalizar recursos de doação externa no Orçamento da União. Tal negociação se estendeu até maio de 2007, e conseqüentemente não foi possível proceder a transferência de recursos do GEF para o PRODOC. Ainda no primeiro semestre de 2007, no final de abril, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA passaram por uma significativa reestruturação. A organização interna do MMA foi reformulada e partes das atribuições do IBAMA foram delegadas ao então criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Tais eventos interferiram na implementação do AquaBio de duas maneiras.

A primeira diz respeito a mudanças nas competências dos órgãos específicos singulares do Ministério do Meio Ambiente (Secretarias), que passaram a ter competência para o ordenamento de despesas. Conseqüentemente, apenas no início de novembro de 2007, após implementadas todas as medidas necessárias, foi possível repassar os recursos de Doação via Orçamento da União para a UNESCO e, portanto, dar início à execução do Projeto.

As mudanças ocorridas na estrutura do MMA e IBAMA implicaram também na renegociação das parcerias criadas pelo Ministério para a implementação do Projeto AquaBio nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará. Com a criação do ICMBio, a partir da redefinição de atribuições do IBAMA, foi necessário renegociar a participação, tanto do IBAMA quanto do novo Instituto Chico Mendes, na implementação do Projeto. Assim, foi necessário reformular, negociar e celebrar, com todas as partes, instrumentos (Acordos de Cooperação Técnica - ACT) relacionados às atribuições dessas no processo de implementação do Projeto AquaBio. Cabe destacar que os ACTs foram designados, no Acordo de Doação entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, como condições para a efetividade do Projeto AquaBio. Conseqüentemente, no segundo semestre de 2007 foram celebrados três dos quatro instrumentos previstos pelo MMA na busca de parcerias e apoio na implementação do Projeto:

- (i) ACT entre o MMA, IBAMA, ICMBio e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), referente à implementação do projeto no estado do Mato Grosso;
- (ii) ACT entre o MMA, IBAMA, ICMBio e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), referente à implementação do projeto no estado do Pará; e
- (iii) ACT entre o MMA e a FUNAI, referente cooperação entre as partes nas ações do projeto que envolverem povos indígenas.

Apenas o ACT entre o MMA, IBAMA, ICMBIO e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), referente à implementação do Projeto no estado do Amazonas, não foi assinado na época, devido a sugestões de mudanças propostas pela SDS/AM, que implicaram em mais tempo para negociação. Tal Acordo acabou por se assinado apenas em agosto de 2008.

Considerando os atrasos pelos quais o Projeto passou, ocorreram progressos significativos em seus

componentes.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS

Nesta Seção serão apresentadas descrições dos Componentes do AquaBio, das atividades desenvolvidas, e dos principais problemas enfrentados.

Componente 1: Planejamento e Políticas Públicas

Objetivos do Componente: O principal objetivo deste componente é desenvolver e implementar o manejo integrado de recursos aquáticos através da preparação e implementação parcial de Programas de Ação para o manejo integrado de recursos aquáticos (PAs) em três sub-bacias da Amazônia brasileira, gerando experiências replicáveis que possam tornar-se políticas públicas permanentes, com impactos positivos sobre a biodiversidade aquática, na redução dos conflitos entre os vários usuários dos recursos naturais, e na melhoria das condições de vida e de trabalho das comunidades locais. Tais Programas de Ação serão executados em porções das sub-bacias (áreas demonstrativas do Projeto) e terão arranjos políticos, institucionais e financeiros bem definidos para facilitar a implementação efetiva pelos vários atores (governos estaduais e municipais, empresas privadas, comunidades rurais e indígenas, associações comunitárias e organizações não-governamentais). Adicionalmente, o Projeto desenvolverá mecanismos para assegurar a sustentabilidade financeira das ações dos PAs após sua conclusão.

Atividades desenvolvidas e resultados: as atividades desse Sub-componente, bem como a maioria das demais que seguem nesse relatório, estão fora do cronograma, devido a atraso de aproximadamente 12 meses no início da implementação do Projeto e ainda aos arranjos necessários para a contratação dos serviços de consultoria necessários à elaboração dos diagnósticos participativos detalhados nas sub-bacias do Rio Negro (estado do Amazonas), Xingu (estado do Mato Grosso) e Tocantins (estado do Pará). O termo de referência para o diagnóstico na sub-bacia do Xingu foi elaborado considerando a execução dos trabalhos por uma equipe de especialistas da Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT/Nova Xavantina, cabendo ao Projeto AquaBio custear a logística para o estudo. Tal arranjo foi resultado de negociações entre a SEMA-MT e a UNEMAT, que inclusive celebraram um aditivo a Acordo de Cooperação Técnica, definindo responsabilidades e prazos para a elaboração do diagnóstico. Entretanto, a equipe responsável pelo estudo na UNEMAT acabou por não dar andamento aos produtos necessários ao desenvolvimento do diagnóstico. O Plano de Trabalho, por exemplo, primeiro produto previsto e documento que definiria a metodologia a ser utilizada, cronograma de atividades e os insumos para execução do diagnóstico, nunca foi encaminhado para a SEMA-MT. Após várias tentativas no sentido de solicitar à UNEMAT que desse andamento ao que havia sido acordado, SEMA-MT e MMA decidiram por não mais seguir o que havia sido negociado com a UNEMAT e contratar uma consultoria para a elaboração do diagnóstico. Por outro lado, a licitação para a contratação de consultoria para a realização do diagnóstico no estado do Pará (sub-bacia do Rio Tocantins) já está em andamento, na fase de avaliação técnica das propostas apresentadas pelas instituições da lista curta que responderam às solicitações de propostas. Já o Termo de Referência para o diagnóstico na sub-bacia do Rio Negro no estado do Amazonas está em fase final de elaboração pela coordenação estadual do Projeto. A previsão é de que os diagnósticos sejam contratados até o início do segundo semestre de 2009.

Com relação ao processo de implementação dos Programas de Ação nas sub-bacias selecionadas pelo Projeto, este já está em andamento, a partir da identificação preliminar de problemas relacionados à conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos, realizada durante os seminários de lançamento do Projeto nas sub-bacias do Rio Xingu (Novembro de 2007), Tocantins (Fevereiro de 2008) e Negro (Agosto de 2008). Várias parcerias importantes e

arranjos institucionais estão sendo construídos nos estados e municípios em que o Projeto está atuando diretamente, com a formação de Comitês Estaduais e Municipais de acompanhamento do Projeto ou a utilização de fóruns já existentes, que reúnem entidades que têm preocupação e interesse na conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos. No estado de Mato Grosso foram oficialmente constituídos em dezembro de 2007 e janeiro de 2008 os Comitês Municipais de Água Boa, Canarana e Querência, tendo estes Comitês realizado reuniões mensais até o final do ano de 2008. No estado do Pará o Comitê estadual bem como os Comitês formados a partir de núcleos de municípios também foram instituídos e as reuniões têm ocorrido com certa regularidade. No estado do Amazonas os Comitês dos municípios de Santa Isabel, Barcelos, Novo Airão, Bacia do Tarumã-Açu foram instituídos, faltando a formalização do Comitê Estadual.

De uma maneira geral, os participantes desses eventos optaram por implantar comitês específicos para apoiar o processo de implementação do AquaBio, tanto a nível de estado quanto ao nível dos municípios. Apenas o município de Cametá, no Pará, identificou o Conselho Municipal de Meio Ambiente como sendo o fórum local para apoio a implementação do Projeto. Os fóruns estão sendo criados, invariavelmente, considerando a paridade entre representantes de órgãos/agências de governo e representantes de organizações da sociedade civil. A proposta do Projeto, de reunir nestes fóruns entidades com interesse no uso sustentável e conservação da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos, está sendo seguida. No caso do Pará, devido ao grande número de municípios trabalhados pelo Projeto (nove), o Comitê Estadual é composto por 38 entidades, um número significativo, e que pode tornar um desafio a operacionalização das reuniões e as deliberações do mesmo. Por outro lado, a Coordenação Estadual do Projeto, e os próprios membros do comitê, propuseram regra, a constar no regimento interno do mesmo, de que a ausência sistemática de representante nas reuniões do comitê implicará na exclusão da entidade. Já no Mato Grosso, o Comitê Estadual é composto por 26 entidades.

Componente 2: Atividades Demonstrativas

Objetivos: Esse componente visa gerar experiências e lições aprendidas, incluindo novas tecnologias ou sistemas de produção, visando incorporar as preocupações com a biodiversidade aquática nas várias atividades produtivas, contribuindo dessa maneira para o desenvolvimento dos PAs, e conseqüentemente para a formulação e implementação do manejo integrado de recursos aquáticos. O desenvolvimento das atividades demonstrativas apoiará a consecução deste objetivo, sendo tais atividades constituídas por subprojetos, com seus próprios objetivos, resultados esperados e planos de monitoramento. As atividades demonstrativas (ou subprojetos) financiados pelo GEF e pelo governo brasileiro no âmbito do Sub-componente 2.1 serão definidas a partir dos diagnósticos detalhados e consultas públicas nas três sub-bacias selecionadas pelo Projeto. Durante as consultas e diagnósticos rápidos realizados como parte da preparação do AquaBio, alguns temas prioritários foram identificados para receber possível apoio. Além disso, espera-se que algumas outras atividades sejam co-financiadas através de outros programas relevantes ou instituições dentro do Sub-componente 2.2. Temas adicionais provavelmente serão identificados durante os diagnósticos detalhados e as consultas que serão realizadas nas sub-bacias durante o primeiro ano de implementação do Projeto, assim como durante a formulação dos PAs.

Atividades desenvolvidas e resultados: não foram desenvolvidas atividades diretamente relacionadas a esse componente, pois as mesmas estão previstas para ocorrer após o segundo ano de implementação do Projeto, ou seja, a partir de 2010. Entretanto, durante os seminários de lançamento do Projeto no Mato Grosso e no Pará foram desenvolvidas atividades para mapear temas de subprojetos junto aos participantes, como uma forma de atualizar informações obtidas durante a elaboração do Projeto (fase de execução da Assistência Preparatória - PDF-B) e como subsídio para a atividade que será desenvolvida nos diagnósticos detalhados.

Levando em consideração o tempo decorrido desde a elaboração do Projeto AquaBio (segundo semestre de 2004) e o início de sua implementação (final de novembro de 2007) há necessidade de se realizar uma atualização nas informações relacionadas aos programas e atividades mapeados em 2004 e apresentados como co-financiamento para o Projeto AquaBio. Por exemplo, a participação do Banco Mundial no Projeto Corredores Ecológicos está sendo encerrada, mas o Projeto deverá prosseguir por pelo menos mais dois anos com recursos do Governo Alemão. No caso do estado do Pará, foi negociado e já está em implementação um empréstimo do Governo do Estado com o Banco Mundial para o desenvolvimento do interior do estado, apoio a estruturação da SEMA e do ITERPA (Projeto Pará Rural).

Tanto a Coordenação Nacional quanto as estaduais tem buscado a articulação com os projetos e programas implementados nos estados e sub-bacias, para que o AquaBio e tais programas atuem de maneira integrada. Durante a primeira Reunião de Coordenação do Projeto AquaBio, ocorrida em abril de 2008, esse tema foi tratado de maneira mais detalhada, inclusive com a orientação de que as coordenações estaduais passassem a registrar, de maneira sistemática, os recursos alocados em equipe e logística para a implementação do AquaBio, uma vez que na estruturação dos custos do AquaBio tais despesas foram incluídas nesse sub-componente. Um ponto importante também a ser considerado é a definição, entre o MMA e o Banco Mundial, da forma pela qual a execução desses recursos será acompanhada pelo Banco.

Componente 3: Desenvolvimento de Capacidades

A meta deste componente é auxiliar na preparação dos atores sociais relevantes, especialmente os locais (incluindo povos indígenas), para que possam participar ativamente e contribuir efetivamente para a formulação, implementação e monitoramento de estratégias e Programas de Ação voltados para a conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos nas sub-bacias selecionadas pelo Projeto, e trazer as perspectivas ambientais locais e o conhecimento tradicional para este processo. As atividades incluem, entre outras, o apoio para treinamentos (tais como sobre legislação indígena e ambiental, e técnicas de resolução de conflitos), uma variedade de atividades de desenvolvimento de capacidades (tais como sobre temas relacionados à pesca sustentável e a abordagens de co-manejo de recursos naturais), educação ambiental, e formação de parcerias. O objetivo subjacente é empoderar os atores locais, incluindo os povos indígenas, melhorando/apoiando o nivelamento e o acesso à informação (ambiental, ecológica, política e outros tipos, via treinamentos, educação ambiental e outros meios); a habilidade para exercer os direitos de cidadania assim como as obrigações; e o fortalecimento das organizações locais, incluindo associações indígenas, em termos de preparo para uma participação mais ativa em debates públicos, nos comitês de bacia a serem estabelecidos, e em outros fóruns.

Atividades desenvolvidas e resultados: Os eventos de lançamento do AquaBio nos estados do MT, PA e AM deram início ao processo de informar os parceiros sobre o Projeto AquaBio e seus objetivos.

Os eventos também deram início ao processo de organização dos comitês estaduais e locais/municipais de acompanhamento, além de levantar subsídios para adequação das primeiras atividades do Projeto (ver abaixo). Os eventos contaram com a participação de técnicos estaduais, municipais, e de lideranças de organizações da sociedade civil (total de 98 e 119 participantes nos eventos do MT e PA, respectivamente). No caso do Amazonas, uma vez que o lançamento do Projeto se deu em agosto de 2008, o evento contou com um menor número de participantes (20), mas algumas atividades e encaminhamentos, como o levantamento de capacitações ainda para 2008, foi realizado.

Além disso, o Projeto AquaBio disponibilizou apoio para que oito representantes dos estados do MT e PA (um técnico da OEMA e três lideranças dos municípios em cada estado) participassem da última Oficina das Iniciativas Promissoras do Projeto ProVárzea/IBAMA, realizada em Presidente Figueiredo, Amazonas. Nessa Oficina os convidados do AquaBio (acabaram participando seis dos oito convidados) tiveram a oportunidade de conhecer vários pequenos projetos apoiados pelo ProVárzea e seus resultados. As reações dos participantes convidados do AquaBio foram bastante positivas, tanto do ponto de vista de conhecer experiências exitosas desenvolvidas por várias entidades da Amazônia apoiadas pelo ProVárzea, relacionadas ao uso sustentável de recursos aquáticos, como também pelo fato de perceberem um outro lado do IBAMA, uma vez que associavam as ações do órgão apenas àquelas relacionadas a fiscalização.

Foi realizado em agosto de 2008 um treinamento em Diagnóstico Rural Participativo, ministrado por um especialista da FAO, para a equipe do Projeto e técnicos das coordenações estaduais do AM, MT e PA, vinculado à realização e acompanhamento dos Diagnósticos Socioambientais Detalhados. O especialista foi disponibilizado por meio de arranjos entre o Banco Mundial e a FAO.

Ainda no segundo semestre de 2008 foram realizadas algumas atividades de capacitação nos estados e em 2009, até a presente data, foi dado início a execução das atividades planejadas no Plano Operativo Anual. Entretanto, no estado do Mato Grosso, as atividades planejadas ainda não ocorreram, devido a problemas de operacionalização por parte da Coordenação Técnica Estadual.

Cabe ressaltar que alguns problemas relacionados à execução do componente de capacitação se deve a dificuldades na incorporação de um técnico do Departamento de Educação Ambiental/MMA à equipe do Projeto, para assumir a Coordenação de Capacitação. Por outro lado, atividades realizadas em outros sub-componentes contribuíram para que ocorressem processos relacionados a este. Está em andamento a contratação de uma consultoria para elaborar a estratégia de capacitação e de monitoramento das atividades de formação do Projeto AquaBio.

Componente 4 - Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação (M&A) do Projeto, e Disseminação de Informação

O objetivo deste componente é a coordenação, o gerenciamento e o monitoramento, de forma contínua, de todas as atividades apoiadas pelo Projeto, assim como a disseminação dos resultados do AquaBio e as lições aprendidas nos níveis local, de sub-bacia, nacional e internacional. Este componente vem colaborando com outros projetos e programas relacionados, especialmente aqueles da linha de base redirecionada, executados pelos co-financiadores do AquaBio (IBAMA, ICMBio, SEMA, SDS, e projetos PNMA II e Corredores Ecológicos), para assegurar o desenvolvimento e implementação do manejo integrado de recursos aquáticos de forma demonstrativa.

Atividades desenvolvidas e resultados: O Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Meio Ambiente (SIGMA) foi desenvolvido e testado com dados operacionais do Projeto, mas necessitam ser implementados aperfeiçoamentos para gerar os formulários necessários para a elaboração dos relatórios de monitoramento financeiro para o Banco Mundial. Os relatórios de monitoramento financeiro elaborados para o Banco Mundial têm sido gerados a partir dos relatórios extraídos do Sistema UNESCOnet (sistema da UNESCO que disponibiliza informações sobre a execução financeira dos projetos operados pela Agência).

Os procedimentos de compras, contratações, gestão financeira e de prestação de contas estão implementados. Entretanto, devido à necessidade de seguir as normas da administração pública, da UNESCO e do Banco Mundial, são procedimentos complexos, e têm gerado uma série de dificuldades operacionais, em particular para as prestações de contas das missões/viagens realizadas pelo Projeto.

Até o momento foram realizados três treinamentos em Brasília para capacitar os técnicos das coordenações estaduais do Projeto nos procedimentos do AquaBio, sendo que dois desses treinamentos foram ministrado pela UNESCO, sobre a operação do SICOF Web (sistema para inserção de solicitações de despesas) e, recentemente, do FABs Web, que substituiu o SICOF, e tem apresentado algumas deficiências na operacionalização. Os demais foram ministrados pela equipe do Projeto. Técnicos da UEP/COF/SBF participaram também de dois treinamentos em procedimentos administrativos, oferecido pelo Banco Mundial.

A integração entre os componentes do AquaBio, e entre esse e os demais projetos e programas relacionados, tem sido buscada tanto no âmbito da Coordenação Nacional quanto no âmbito das coordenações estaduais. As trocas de comunicações são constantes, embora sejam necessários aperfeiçoamentos para que as demandas das partes sejam atendidas em prazos satisfatórios, de maneira a não prejudicar as operações do Projeto. Estão sendo buscadas parcerias com outros projetos, como é o caso do Projeto Corredor Ecológico na sub-bacia do Rio Negro, e a articulação com outros parceiros, como é o caso da Secretaria de Pesca e Aquicultura/PR, para ações coordenadas nas sub-bacias do Rio Negro e do Tocantins.

Tem havido um esforço da equipe do Projeto, da Coordenação Orçamentária e Financeira da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA (COF/SBF), do Banco Mundial, da UNESCO, e das coordenações estaduais, para dar celeridade aos procedimentos administrativos, dado a complexidade dos arranjos institucionais do Projeto, de alguns procedimentos administrativos e ainda dada a necessidade de compatibilizar procedimentos e normas Nacionais e do MMA com normas operacionais da UNESCO e do Banco Mundial.

A disseminação das informações de gerenciamento e planejamento para os beneficiários, instituições parceiras e para o público em geral vem ocorrendo em todas as oportunidades possíveis.

Foi realizado entre junho e setembro de 2008 o processo planejamento operacional participativo do Projeto, iniciado a partir da elaboração de Planos de Trabalhos municipais, consolidados nas propostas de POAs estaduais e sistematizados com a participação de todas as coordenações estaduais e nacional no POA 2009. Esse processo foi de extrema importância para uma maior visibilidade e conhecimento sobre a estrutura e cronologia do Projeto, e para promover aderência das atividades do projeto aos seus objetivos.

A disseminação de informações sobre o Projeto se limitou, nesse período, aos três estados onde o AquaBio atua diretamente. Entretanto, releases sobre o projeto foram elaborados e divulgados no informativo diário do MMA, na mídia estadual e em informativos de circulação nacional do setor de meio ambiente, quando do lançamento do Projeto no AM, MT e PA. O Projeto foi divulgado também por meio de um livreto em inglês que reuniu todos os projetos GEF da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, distribuído durante a 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que ocorreu na Alemanha em maio de 2008. A Coordenação do AquaBio no MT também desenvolveu material para divulgação do Projeto, tendo participado de encontro na região do Rio Xingu. Foram produzidos folders e totem sobre o Projeto e o site está no ar, sendo que o material publicado precisa ser atualizado. O AquaBio estabeleceu parceria com o Projeto ProVárzea/IBAMA, para aproveitar publicações elaboradas e que abordam temas de interesse do Projeto, sendo que o AquaBio apoiou, até o momento, a impressão de um livro e duas cartilhas. Está em curso a contratação de uma consultoria específica para desenvolver uma estratégia de comunicação para o Projeto.

Discriminação (código do projeto, discrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Doações contratadas (ingressos externos)		Contraparti da nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo (amortização , pagamento de juros, comissão de compromiss o, outros)	Valor no ano (2008)	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
TF 050370 Organismo Financiador- Banco Mundial - BIRD Finalidade: Planejamento e implementação de Corredores Ecológicos	R\$ 22.680.000	R\$ 18.900.000,00 ²	R\$ 9.460.148,04	R\$ 3.780.000,00	Doação	R\$ 2.281.547,87	R\$ 9.460.148,04	Os mesmo problemas identificados para a execução dos recursos do Banco Mundial, ocorrem para a execução dos recursos KfW 1) Houve mudanças no contexto em que o PCE foi elaborado para aquele em que foi executado. Quase toda a execução do projeto depende da transferência voluntária de recursos do Orçamento da União para os executores. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 4 de maio de 2000) dando maior controle e transparência ao uso de recursos federais e o estabelecimento de instrumentos (CAUC, CADIM, SICONV) que lhe seguiram, a firma de convênios e contatos passou a exigir condições de adimplência a que os executores ainda estão se adaptando. Este processo, que vem em um crescente, com restrições de transferências em períodos eleitorais que ocorrem a cada dois anos, levou a que os convênios fossem firmados geralmente no final de cada ano.	1) O tipo de atividades a executar e a forma descentralizada de cumpri-las exigem mais tempo do que o normalmente disponível nos convênios e mesmo nos acordos de doação de recursos externos. Por mais que os executores se esforcem em acelerar a realização de tarefas, estas têm de estar dentro do ritmo de absorção dos beneficiários, pois disto depende a eficácia do PCE e a sustentabilidade dos resultados. 2) Os orçamentos foram progressivamente atendendo a demanda do PCE. 3) Constante esforço da equipe do PCE em realizar treinamentos contínuos aos executores nos procedimentos operacionais previstos n Manual de Operações do Projeto.
Código do projeto: KFW200165092 Organismo Financiador- KFW Finalidade: Apoiar a implementação de dois Corredores Ecológicos, um na Amazônia e outro na Mata Atlântica.	R\$ 56.937.463,86	R\$ 47.447.886,55 ³	R\$ 12.581.873,41	R\$ 9.489.577,31	Doação	R\$ 4.190.804,10	R\$ 12.581.873,41		

1 Correspondendo a 20%

2 Conversão US\$ 1.00 = R\$ 2,25 (valor do contrato BIRD US\$ 8,400,00.00)

3 Conversão EURO 1,00 = R\$ 2,90 (valor do contrato KfW EURO 16.361.340,19)

								2) A contrapartida federal foi um problema nos primeiros anos de execução do projeto. 3) Passados os recursos para os executores, estes têm, em sua maioria, grande morosidade em seu uso, geralmente pela dificuldade de cumprir as exigências administrativas do Manual de Operações do Projeto	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

Avaliação crítica dos resultados alcançados no projeto:

Vide descrição da Ação 101V do Programa 1332

ITEM VIII
Informações sobre
Renúncia Tributária



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
(NR) (Decisão Normativa nº 93, de 03/12/2008)

Informamos para fins do disposto no item 08 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 93/2008, de 03 de dezembro, quadros II.A.5 a A.II.11, que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, no período, não possui Renúncia Tributária.

Item IX

Declaração do Gestor sobre a Regularidade do Beneficiários



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro que no âmbito desta Unidade Jurisdicionada não houve, no período, a ocorrência de registros que enseja a apresentação da declaração sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia, conforme disposto no item 9 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 93/2008.

Brasília, 28 de abril de 2009.

Item X

Resultado da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

(NR) (Decisão Normativa nº 93, de 03/12/2008)

Informamos para fins do disposto no item 10 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 93/2008, de 03 de dezembro de 2008, que este item não é aplicável à natureza jurídica da UJ.

Item XI

Despesas com cartão de crédito corporativo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 11 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 93/2008, de 03 de dezembro de 2008, que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas não possui gastos com cartões de crédito corporativo no período de 2008.

Brasília, 28 de abril de 2009.

ITEM XII

**Providências adotadas para dar cumprimento às
recomendações do órgão ou unidade de Controle
Interno**

CGU ou Setoriais de Controle Interno

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
Nota Técnica 1523/2008	Recomendamos ao órgão executor do Projeto que, independentemente das providências já adotadas, conforme Ajuda-memória, seja elaborado o Relatório Técnico, e que tão logo seja concluído proceda-se seu encaminhamento ao Banco, fato que deverá ser informado a esta CGU	O Relatório Técnico de Atividades foi elaborado e enviado ao Banco Mundial, por meio do Ofício nº 052/DCBIO/SBF/MMA, de 18 de setembro de 2008. Posteriormente foi retificado no ano de 2009 pelo Ofício 150/2009/SBF/MMA, de 07 de abril.
Nota Técnica 479/2008	Inclua cláusula nos instrumentos de convênios obrigando os convenentes a realizarem cotação de preços, conforme artigo 11 do Decreto 6.170/2007.	A minuta utilizada atualmente para a assinatura de convênios no âmbito da SBF possui a Cláusula Segunda, II, alínea j que prevê essa obrigação.
Nota Técnica 479/2008	Solicite ao convenente a devolução de R\$ 3.946,60 relativo a confecção de folders por não se coadunarem com o objeto do convênio que era “Difusão das conclusões resultantes do 1º Simpósio Brasileiro sobre Ergonomia e Segurança do Trabalho Florestal e Agrícola.”	Tendo em vista que o montante das despesas aglosadas do convênio SIAFI nº 396203, somados aos valores dos outros convênios com os mesmos responsáveis no âmbito do MMA, alcançou valor superior ao descrito na IN/TCU nº 56/2007, o processo foi encaminhado à Setorial Contábil desse Ministério para abertura de TCE.
Nota Técnica 479/2008	Solicite ao convenente a devolução de R\$ 72,28 relativo ao pagamento indevido de taxas bancárias com recursos do convênio.	Tendo em vista que o montante das despesas aglosadas do convênio SIAFI nº 396203, somados aos valores dos outros convênios com os mesmos responsáveis no âmbito do MMA, alcançou valor superior ao descrito na IN/TCU nº 56/2007, o processo foi encaminhado à Setorial Contábil desse Ministério para abertura de TCE.
Nota Técnica 479/2008	Orientar os convenentes a manterem os recursos aplicados conforme o artigo 20, §1º, I da In/STN nº 01/97.	A Cláusula Oitava do Termo de Convênio disciplina o assunto orientando o tipo de aplicação conforme o prazo de utilização do recurso.
Nota Técnica 479/2008	Solicite ao convenente a devolução de R\$ 2.000,00 relativo a despesas caracterizadas como taxa de administração.	Tendo em vista que o montante das despesas aglosadas do convênio SIAFI nº 396203, somados aos valores dos outros convênios com os mesmos responsáveis no âmbito do MMA, alcançou valor superior ao descrito na IN/TCU nº 56/2007, o

		processo foi encaminhado à Setorial Contábil desse Ministério para abertura de TCE.
Nota Técnica 479/2008	Evitar aprovar planos de trabalhos que não contenham detalhamento quantitativo de metas previstas.	A SBF está orientando seus técnicos para proceder uma análise mais detalhada dos projetos, além do MMA ter promovido diversos eventos de capacitação para otimizar o trabalho.
Nota Técnica 479/2008	Solicite ao conveniente a devolução de R\$ 22.076,00 em decorrência de divergências verificadas nas tiragens das revistas.	O processo relativo ao convênio SIAFI nº 400154 foi encaminhado à Setorial Contábil do MMA para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE no montante de R\$ 37.555,75.
Nota Técnica 479/2008	Solicite ao conveniente a devolução de recursos referentes a contrapartida, tendo em vista a não comprovação da contratação dos estagiários e o recebimento do microcomputador com data anterior à assinatura do convênio.	O processo relativo ao convênio SIAFI nº 400154 foi encaminhado à Setorial Contábil do MMA para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE no montante de R\$ 37.555,75.
Nota Técnica 479/2008	Abstenha-se de aceitar nota fiscal de conveniente nas prestações de contas que não contenha discriminado o número do convênio.	Tal orientação já foi internalizada e repassada aos convenientes.
Nota Técnica 479/2008	Solicite ao conveniente a devolução de R\$ 9.379,87 relativo aos itens 1 a 9; 12; 20 e 22 do “Anexo I” da 2ª Prestação de Contas.	O processo relativo ao convênio SIAFI nº 400154 foi encaminhado à Setorial Contábil do MMA para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE no montante de R\$ 37.555,75.
Nota Técnica 479/2008	Orientar os convenientes a realizarem aplicações dos recursos do convênio no mercado financeiro, conforme artigo 20, §1º da IN/STN nº 01/97.	A Cláusula Oitava do Termo de Convênio disciplina o assunto orientando o tipo de aplicação conforme o prazo de utilização do recurso.
Nota Técnica 479/2008	Recomendamos ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente que instaure a competente tomada de contas especial do Convênio nº 2001CV00128, tendo em vista a não execução total do objeto pactuado e o não atingimento dos objetos avançados, conforme artigo 38, inciso II da IN/STN nº 01/97.	O processo relativo ao convênio SIAFI nº 419607 foi encaminhado à Setorial Contábil do MMA para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE no montante de R\$ 226.992,27.
Nota Técnica	Inclua cláusula nos	A minuta utilizada atualmente para a assinatura de

479/2008	instrumentos de convênios obrigando os convenientes a realizarem cotações de preços, conforme artigo 11 do Decreto 6.170/2007.	convênios no âmbito da SBF possui a Cláusula Segunda, II, alínea j que prevê essa obrigação.
Nota Técnica 479/2008	Recomendamos ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente que instaure a competente tomada de contas especial do Convênio nº 059/2001, tendo em vista as irregularidades verificadas na execução do convênio, em conformidade com o artigo 38, inciso II da IN/STN nº 01/97.	O processo relativo ao convênio SIAFI nº 432999 foi encaminhado à Setorial Contábil do MMA para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE no montante de R\$ 37.555,75.
Nota Técnica 862/2008	Realizar as Prestações de Contas dos convênios que encontram na situação “Aprovado”, levando em consideração os fatos apontados nesta nota e, se for o caso, instaurar o devido processo de tomada de contas especial	Os convênios SIAFI nºs 501682 e 501682 tiveram algumas despesas glosadas e o CEDAC foi instado ao recolhimento total do débito até o dia 30/04/09, sob pena de abertura de TCE contra os responsáveis. Quanto ao convênio SIAFI nºs. 449875, a prestação de contas foi devidamente reanalisada e a aprovação das contas foi mantida, contudo foram observadas impropriedades na execução do convênio, conforme o Parecer nº 096/2008-COF/SBF/MMA anexo para conhecimento do TCU. Na reanálise do convênio SIAFI nº 419607, foram detectadas inconsistências na execução do projeto. Assim, segue anexo o Parecer nº 076/2008-COF/SBF/MMA para que o TCU tome as providências que julgar cabíveis. Finalmente, quanto ao Convênio SIAFI nº 401694, tão logo o Volume II do processo seja reconstituído, será dado início a reanálise da prestação de contas do ponto de vista técnico e financeiro.
Nota Técnica 862/2008	Justificar a formalização de convênio com entidade sem fins lucrativos que não tem condições de executar as atividades conveniadas.	Quando da proposição do primeiro convênio firmado entre a SBF e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado – CEDAC, de nº 2000CV000092, este apresentou o Ofício 774/2000 da Agência Ambiental de Goiás, na qual esta demonstrava interesse em “...implantar o Programa Nacional de Florestas- PNF no Estado de Goiás.” e acrescentava que “Em virtude do pouco tempo para planejamento e implantação dos projetos de reflorestamento... apresento a necessidade e o empenho para realizar a execução do PNF em Goiás ainda no ano de 2000, através de uma associação

		denominada Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado-CEDAC.” Sobre a capacidade do CEDAC o Ofício ainda informava que: “... esta associação já está desenvolvendo um projeto de fomento florestal em convênio com esta Agência de 300 hectares por meio de recursos de pagamentos provenientes do pagamento de taxa de reposição florestal obrigatória dos consumidores de produtos florestais.” Assim, mesmo que a data de fundação do CEDAC conste como 26/03/00, a análise técnica baseou-se neste documento para comprovação da capacidade técnica da conveniente.
Nota Técnica 862/2008	Solicitar a devolução dos recursos não utilizados na execução do convênio 2002CV000004, devidamente corrigidos.	Após reanálise da prestação de contas deste convênio, foram constatadas impropriedades na execução, porém foi mantida a aprovação com a condição de exame do caso por parte do TCU para providências cabíveis. Segue anexo o Parecer nº 096/2008-2008/COF/SBF/MMA para providências que julgar cabíveis.
Nota Técnica 862/2008	Designar servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos convênios formalizados	Foi designado o servidor Gilson de Souza, analista ambiental e técnico do Departamento de Florestas para verificar a execução dos Convênios SIAFI nºs 401694, 416650, 449875, 472527 e 501682.
Nota Técnica 862/2008	Promover ajustes no sistema SIAFI quanto as informações referentes ao convênio 2002CV000004, de forma a retratar o que foi realmente conveniado	A parcela oriunda dos rendimentos da aplicação financeira de recursos originários do concedente, no valor de R\$ 31.471,71 faz parte do valor repassado e a ela se estende o dever de prestar contas. Por conseguinte, quando da prestação de contas, seu valor foi apurado e então contabilizado por essa Unidade no SIAFI, via operação “EXECTRANSF”, gerando a parcela 999. Em consequência do exposto, não há retificações a fazer no SIAFI.
Nota Técnica 862/2008	Incluir cláusula nos termos do convênio firmados a partir de 01/07/2008, em atendimento ao Decreto nº 6.170/2007, que obrigue as entidades sem fins lucrativos, que tiverem recursos transferidos da União, a observarem os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato, quando da aquisição de bens	Foi adotada minuta de Termo de Convênio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas-SBF, na qual consta a Cláusula Segunda, Inciso II, alínea j.

	e contratação de serviço.	
Nota Técnica 2070/2007	Nos termos da Portaria/MMA nº 290, de 22 de novembro de 2004, de 2001/2009/DCBio/SBF, no qual o Departamento de Conservação da Biodiversidade informa que os apresentar pronunciamento formulários e lista proposta pela Biodiversitas formal da Câmara Técnica somente foram disponibilizadas em julho de 2006, Permanente de Espécies para que as áreas técnicas do MMA, IBAMA, Ameaçadas de Extinção e JBRJ, ICMBio e SFB iniciassem a análise. Ao Espécies Sobre-exploradas final, constatou-se que para a maioria das ou Ameaçadas de Sobre-espécies, havia ausência de informações que exploração sobre justificassem a inclusão de espécies à lista. aprovação ou não da lista Dessa forma, e considerando as informações desenvolvida pela Fundação disponíveis, o MMA tomou a decisão de publicar Biodiversitas, de acordo com a Instrução Normativa nº 6, de 23/9/2008, com a o objeto do Convênio nº inclusão de 472 espécies na Lista das Ameaçadas. 2002CV000046 (Siafi nº Uma segunda lista, incluindo as com deficiência de dados, em um total de 1.079 espécies, também 473873). foi publicado. Para as espécies ameaçadas o MMA desenvolverá, juntamente com o JBRJ e ICMBio, um plano estratégico voltado à sua efetiva conservação e recuperação. Em relação às espécies com deficiência de dados serão priorizados recursos para pesquisa, de modo a esclarecer seus reais status de ameaça, cuja condução será também coordenada pelo JBRJ e ICMBio.	A Portaria/MMA nº 290, de 22 de novembro de 2004, quando da instituição da Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção e Espécies Sobreexploradas ou Ameaçadas de Sobreexploração não delegou competência para a revisão de Listas de Espécies Ameaçadas, a não ser que seja instada pelo presidente da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Desse modo, a Nota Técnica CGU/PR nº 2070/2007 foi respondida por meio da Nota Técnica 2001/2009/DCBio/SBF, no qual o Departamento de Conservação da Biodiversidade informa que os apresentar pronunciamento formulários e lista proposta pela Biodiversitas formal da Câmara Técnica somente foram disponibilizadas em julho de 2006, Permanente de Espécies para que as áreas técnicas do MMA, IBAMA, Ameaçadas de Extinção e JBRJ, ICMBio e SFB iniciassem a análise. Ao Espécies Sobre-exploradas final, constatou-se que para a maioria das ou Ameaçadas de Sobre-espécies, havia ausência de informações que exploração sobre justificassem a inclusão de espécies à lista. Dessa forma, e considerando as informações desenvolvida pela Fundação disponíveis, o MMA tomou a decisão de publicar Biodiversitas, de acordo com a Instrução Normativa nº 6, de 23/9/2008, com a o objeto do Convênio nº inclusão de 472 espécies na Lista das Ameaçadas. Uma segunda lista, incluindo as com deficiência de dados, em um total de 1.079 espécies, também foi publicado. Para as espécies ameaçadas o MMA desenvolverá, juntamente com o JBRJ e ICMBio, um plano estratégico voltado à sua efetiva conservação e recuperação. Em relação às espécies com deficiência de dados serão priorizados recursos para pesquisa, de modo a esclarecer seus reais status de ameaça, cuja condução será também coordenada pelo JBRJ e ICMBio.
Nota Técnica 2155/2007	Que o gestor oriente o prestador quanto ao cumprimento ao que determina o artigo nº 30 da IN STN 01/97, em específico em relação ao preenchimento dos comprovantes de pagamentos	Em atendimento à Nota Técnica 2155/2007, foi enviado comunicação à Ambiental Litoral Norte, com a finalidade de alertar a entidade para que nas prestações de contas dos convênios firmados sob a égide da IN/STN nº 01/97, seja observado o correto preenchimento dos documentos comprobatórios de despesas, conforme disposto no artigo nº 30 da IN/STN nº 01/97. Atualmente, a Portaria nº 342/2008, em seu art. 2º, acresceu à Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, o art. 74-B, o qual afasta a aplicabilidade da IN/STN nº 01/97 aos convênios e contratos de repasse celebrados sob sua vigência.
Relatório de Auditoria 208049	A análise das prestações de contas dos convênios dentro dos prazos previstos no art	Foi remetido o memorando nº 262/2008-SBF/MMA à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração- SPOA, deste

	31 da IN/STN nº01/97	Ministério, solicitando a disponibilização de servidores para compor um grupo de trabalho visando a análise de prestação de contas. A SPOA cedeu dois servidores capacitados em análise e prestação de contas e o trabalho deste grupo foi principiado em 16/06/08.
Relatório de Auditoria 208049	A instauração da Tomada de Contas Especial-TCE nos convênios na situação de “a comprovar” e a “a aprovar” com vigência expirada há mais de 180 dias conforme determinada o ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 56, DE 5 de dezembro de 2007	O ingresso dos dois novos servidores, citados anteriormente, e o efetivo funcionamento do SICONV permitirão o pleno funcionamento dos prazos para análise de prestação de contas. Além de possibilitar que os resultados das análises das prestações de contas sejam informados periodicamente.
Relatório de Auditoria 207365	Recomendamos que a coordenação do Projeto, por meio de instâncias superiores do Ministério do Meio Ambiente, se necessário, adote providências efetivas, a começar pelo encaminhamento de correspondências à Fundação Nacional do Índio, supervisionada pelo Ministério da Justiça, para que essa Fundação dê a devida atenção ao assunto e, por conseguinte, seja firmado o convênio e oficializada a sua participação, conforme pactuado no art.III da seção 3.03 (i) do Acordo de Doação.	Em atendimento à essa recomendação foram feitos contatos com a FUNAI que culminaram com a abertura do processo Nº 02000.002862/2008-68 no MMA em 06/10/2008. Esse processo tramitou com nova proposta de minuta enviada pela FUNAI através do Ofício Nº 433/CMAM/CGPIMA/08. O Acordo de Cooperação Técnica foi então assinado em 23 de março de 2009 e publicado no D.O.U em 31 de março de 2009.

Relatório de Auditoria 207386	Recomendamos ao gestor que proceda ao ajuste, elabore os relatórios de Progresso considerando o exercício financeiro estabelecido na legislação vigente (01/01 a 31/12) e encaminhe à ABC, ao organismo internacional cooperante e à Secretaria Federal de Controle – SFC.	O Relatório de Progresso do Projeto BRA/00/021 encontrava-se pronto para o período de janeiro a setembro de 2007. Como havia previsão de término do Projeto BRA/00/021 em dezembro de 2007, a SBF solicitou uma prorrogação do prazo da execução do Projeto por mais dois anos, passando o término a ser previsto para dezembro de 2009. Como parte das negociações com a ABC e PNUD, para a extensão do prazo de execução do Projeto, foi elaborado o Relatório de Progresso do período de janeiro a setembro de 2007. O relatório pode ser considerado incompleto, mas não inexistente. De qualquer forma o Relatório de Progresso relativo ao exercício de 2007 encontrava-se completo e a Reunião Tripartite foi realizada dia 28/08/2008.
Relatório de Auditoria 207386	Recomendamos apurar a responsabilidade pelo pagamento indevido e cobrança do servidor mencionado ressarcimento à conta do PNUD, no valor R\$ 2.210,00, referente ao adiantamento nº SA 767364, no valor de R\$ 3.000,00	Cabe citar que: i) Não houve pagamento indevido; ii) A despesa em questão foi prevista na solicitação de adiantamento de fundos; iii) O suprimento de fundos foi aprovado pela área competente contendo a previsão dessa despesa; iv) A aquisição referente à nota fiscal nº 002205, no valor de R\$ 2.210,00 foi uma despesa válida e reconhecida; vi) Quando da análise da prestação de contas essa despesa foi glosada por exceder o limite regulamentar de US\$ 150.00; vii) Na análise da prestação de contas a área competente escreve que “O pedido de ressarcimento dessa despesa excluída deve ser feito através de uma solicitação de pagamento eventual (SE), a ser emitida pelo Projeto e encaminhada ao Diretor do GAP com uma exposição de motivos que lhe permita fazer uma avaliação acerca da possibilidade do pagamento, uma vez que se trata de despesa não prevista nas normas do Projeto.”. viii) O pedido de ressarcimento foi apresentado e aprovado; ix) O valor glosado na prestação de contas foi devolvido ao Projeto; e x) Visto se tratar de despesa que foi prevista quando da solicitação do adiantamento de fundos e executada conforme previsto, não pode a administração se locupletar frente ao servidor que de boa fé, executou aquilo para o que foi

		autorizado a fazer. Todos os processos de concessão de adiantamento de fundos, com a extinção do GAP no início de 2008, estão sendo realizados pela COF/SBF e pelo próprio PNUD. Todos os regramentos estão sendo cumpridos criteriosamente, analisando-se cuidadosamente todos os pedidos e só os autorizando caso estes atendam o Manual de Convergência e o Manual de Execução Nacional. Sendo assim, solicito que seja reconsiderada a Constatação e conseqüentemente a Recomendação.
Relatório de Auditoria 207386	Proceder à instauração de tomada de contas especial em caso de não atendimento das cobranças enviadas; Aprimora os controles internos em relação à criação de mecanismos de cobranças dos documentos comprobatórios.	Sobre os bilhetes aéreos comprados e não utilizados pelos senhores Marcel Gomes Cabral e Gilvan dos Santos, informamos que a empresa Money Turismo Ltda., já emitiu as cartas de créditos. O boleto bancário para a devolução dos recursos não utilizados tem vencimento dia 15/05/2008. Referente ao Sr. André Luiz Rodrigues da Silveira, estamos adotando os mesmos procedimentos elencado no item 3.1.2.1 para a instauração de Tomada de Contas Especial. No tocante a aprimorar os controles internos em relação à criação de mecanismos de cobrança dos documentos comprobatórios, informamos que a Secretaria de Biodiversidade e Floresta está centralizando todas as atividades referentes à execução financeira e orçamentária na COF, a fim de uniformizar todos os procedimentos de cobranças. Consideramos ainda que a afirmação de que a causa do apontado são “falhas nos controles internos da Unidade” desmerece o esforço que a Secretaria vem empreendendo para inibir e coibir a falta de apresentação de relatórios de viagem. Com este intuito a SBF sugeriu ao PNUD, que esse criasse uma “lista negra” a fim de evitar que uma pessoa receba diária e passagens estando esta inadimplente em outro Projeto. A resposta que recebemos foi a de que este procedimento não poderia ser feito. Sendo assim, solicitamos que a Controladoria Geral da União - CGU recomende a todos os organismos internacionais que criem um procedimento capaz de impedir o recebimento de diárias e passagens por pessoa que esta devendo a prestação de contas a outro Projeto. Sugerimos ainda que este procedimento seja interligado a todos os organismos internacionais. Internamente, na SBF, tal procedimento já esta em prática.

Relatório de Auditoria 207386	Apurar responsabilidade pelo atesto e pagamento indevido referente a 1ª parcela dos contatos mencionados; Efetuar o reembolso à conta do PNUD no valor de R\$ 46.280,00; Proceder ao levantamento, nos últimos 05 (cinco) anos, acerca da ocorrência de despesas dessa natureza, com vistas ao ressarcimento da quantia paga indevidamente e Abster-se de contratar consultores para apresentação de planos de trabalho não relacionados ao Produto.	A constatação de que houve “pagamento indevido a consultores no valor total de R\$ 46.280,00, referentes a 1ª parcela dos contratos de consultoria”, a recusa em aceitar a justificativa apresentada e as recomendações feitas pela auditoria merecem as seguintes considerações: i) O Plano de trabalho é um documento previsto para ser entregue pelo consultor, mediante a apresentação do qual o consultor faz jus a receber uma parcela de seu pagamento, a primeira, como estabelecido pelo MMA; ii) A legislação não estabelece que seja proibida a contratação de consultores para a elaboração de planos de trabalho; iii) O Plano de Trabalho, assim como os demais produtos, fazem parte de um todo, o próprio objeto da contratação, e não pode ser analisado isoladamente; e iv) Os consultores, ao apresentarem seus planos de trabalho, devem consultar as metodologias existentes para a confecção dos produtos esperados e avaliar a viabilidade técnica de sua elaboração no cronograma pré-estabelecido no termo de referência. Sendo assim, a apresentação dos planos de trabalho, mesmo que em concordância com os termos de referência ou nos mesmos termos, configuram a confirmação por parte do consultor da viabilidade técnica de elaboração do produto ou produtos como solicitado pelo contratante. Quanto a isso, parece-nos que o que está sendo avaliado é o conteúdo do produto apresentado, o que não cabe aos auditores da CGU fazer, quando o que está sendo avaliado é a execução financeira do Projeto. O conteúdo do Plano de Trabalho é um documento técnico e cabe à área técnica sua análise e aceitação. Nenhum pagamento foi feito indevidamente, pois todos os pagamentos foram feitos contra a apresentação do primeiro produto esperado, objeto da consultoria contratada. Cabe informar que na própria informação, os auditores mencionaram que “Verificamos que as contratações de serviços de consultoria realizadas no âmbito do Projeto foram efetivadas de acordo com as disposições do Manual de Execução Nacional e da Legislação Nacional aplicável, sendo a seleção dos profissionais efetivada mediante ampla
---	---	--

		divulgação, a qual observou os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, não sendo constatada a contratação de servidores públicos ativos para a execução de serviços de consultoria no Projeto, conforme vedação do inciso VII, do art. 31 da Lei nº 11.439/06 e do art. 7º do Decreto nº 5.151/04.”. De qualquer forma, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas fará o levantamento dos contratos vigentes visando a alteração desses, a fim de agrupar o Plano de Trabalho ao segundo produto e não mais elaborará Termos de Referência contemplando Plano de Trabalho como primeiro produto.
Relatório de Auditoria 207386	Apurar responsabilidade pelo descumprimento do comunicado da Unidade e adotar o tipo menor preço por item como critério de seleção para aquisição de passagens aéreas.	*Resposta abaixo da tabela.
Relatório de Auditoria 207386	Recomendamos ao gestor não permitir a retirada e reencaminhamento de propostas de licitantes em fase posterior à abertura do certame, em atendimento ao princípio da isonomia e às normas do PNUD.	No tocante a não permitir a retirada e o reencaminhamento de propostas de licitantes em fase posterior à abertura do certame, informamos que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas está centralizando todas as atividades referentes aos procedimentos licitatórios na Unidade de Execução de Projetos, a fim de uniformizá-los. Cabe ainda informar que todos os procedimentos licitatórios com valor superior a US\$ 2,500.00 estão sendo conduzidos pelo PNUD.
Relatório de Auditoria 207386	Recomendamos ao gestor aceitar apenas os originais de propostas dos licitantes.	Informamos que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas já adotou esse procedimento nos processos licitatórios conduzidos pela Unidade de Execução de Projetos – UEP.

*** Resposta ao Relatório de auditoria 207386**

Acerca da forma de execução no processo de compras conduzido dentro do sistema SAP/R3 RC Nº 40.00011868 para a realização do Comitê da Iniciativa Brasileira de Polinizadores e o Comitê de Himenópteros Ameaçados de extinção, realizados em Brasília entre os dias 02 e 04 de maio de 2007, no tocante aos critérios que foram utilizados para a seleção da(s) empresa(s) vencedoras para prestar serviço de emissão de passagens aéreas, fornecemos os seguintes esclarecimentos:

- I) segundo a legislação vigente no país e em consonância com o Manual de

Convergência aprovado pelo Tribunal de Contas da União para os projetos de cooperação técnica internacional, é facultado à administração, na contratação de serviços, a adoção de qualquer um dos critérios tanto “menor preço por item” quanto “menor preço global”, conforme respaldo na Lei 8.666/93 e suas alterações, a seguir:

Definição de Serviço (art. 6.º, II)

“Serviço-toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais”;

Definição de Execução Indireta (art. 6.º, VIII)

“execução indireta-a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a)empreitada por preço global-quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total”;

Formas de execução dos serviços (art.10)

“As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994

I-execução direta;

II-execução indireta, nos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a)empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) (....)”;

Exigências para a adoção da modalidade (art. 47)

“Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto

II) Era de praxe em todas as licitações executadas pelo GAP/SECEX a utilização da forma “menor preço por item” para aquisição de material de consumo (itens de informática, material de expediente, etc) e materiais permanentes (bens patrimoniáveis);

III) A única exceção ao procedimento acima se verifica exatamente na contratação de serviços integrantes de Eventos, ou seja, hospedagens, locais para eventos, emissão de passagens aéreas (caso da RC 40.00011868), que não podem ser adquiridas isoladamente sob pena de comprometer a eficácia da empreitada. O desdobramento destas passagens entre diversos fornecedores trás o risco de que, caso algum fornecedor deixe de cumprir o contrato de fornecimento – o que ocorre freqüentemente quando o número de itens ganhos é pequeno, algumas pessoas deixem de viajar, acarretando grande constrangimento para o evento. Cabe ressaltar ainda que geralmente ocorre um grande número de mudanças de datas e cancelamentos de viagens de alguns passageiros que participam de eventos, o que trás conseqüências operacionais muito complexas no que concerne a tratar com diversos fornecedores ao mesmo tempo.

IV) No tocante a emissão de passagens aéreas para eventos, o objeto se caracteriza como um “lote” - grupo de pessoas que estão se deslocando para um mesmo lugar no intuito de realizar

reunião, seminário, oficina, simpósio, conferência, workshops, câmaras técnicas, etc, - tanto que no sistema SAP/R3 (em que era executada a licitação) poder-se-ia juntá-los em um único item, mas prefere-se discriminá-los separadamente ordenando-os numericamente para melhor visualização e melhor administração e acompanhamento do processo, e também para que não paire dúvidas aos fornecedores sobre o objeto pretendido;

V) Grande parte dos processos de aquisição de passagens aéreas nos projetos de cooperação técnica do MMA tem essa característica, de lotes relacionados a eventos, como pode ser verificado nos objetos descritos pelos projetos.

VI) Pelas características comentadas anteriormente, faz-se necessário a adoção do critério “menor preço global”, pois caso contrário, correremos riscos administrativos consideráveis, maiores custos operacionais, além da possibilidade de passageiros não conseguirem viajar e colocar “por terra” o objetivo que o projeto quer alcançar com a aquisição daquelas passagens;

VII) Na Requisição de Compras Nº 40.00011868 para a realização do Comitê da Iniciativa Brasileira de Polinizadores e o Comitê de Himenopteros Ameaçadas de extinção, que tem 17 passagens, se tivéssemos adotado o critério “menor preço por item”, além dos riscos e custos citados no item “c” acima, incorreríamos também nos seguintes: i) teríamos que emitir 4 cartas de autorização de fornecimento com envio de fax e no mínimo mais duas ligações telefônicas para 4 empresas distintas para confirmar o recebimento das mesmas e indicar o email de destino dos bilhetes; ii) o sistema teria de gerar quatro contratos de serviços, para pagamentos; iii) teríamos que receber 4 faturas e efetuar 4 lançamentos no sistema do organismo internacional; iv) se houvesse alguma alteração em um único horário de voo ou qualquer outra situação, tanto o passageiro quanto o projeto teriam que primeiramente identificar no processo qual agência é a responsável por aquela passagem e efetuar contato e resolução do problema multiplicando por quatro o numero de problemas se ocorresse alterações para todos os passageiros; v) no caso de cancelamento de viagens, acrescentar-se-ia ainda o envio de correspondências a todas as empresas e acompanhamento dos reembolsos ao projeto, sendo emitidos boletos bancários para cada fornecedor; e

VI) no caso de cancelamento total do processo, a possibilidade de não se conseguir o reembolso absoluto de todas as passagens aumenta devido ao maior número de fornecedores a serem cobrados.

VIII) Poderíamos continuar explanando mais problemas, porém o exposto no item anterior versa sobre os riscos e custos adicionais em um processo de 17 passagens, entretanto esses riscos e custos serão agravados se levarmos em conta o grande número de processos com quantitativo girando em torno de 20 a 50 passagens por evento, o que é comum nos processos demandados pelos projetos do MMA.

Diante de todo o exposto, entendemos que ao adotar o critério menor preço global no processo em questão, o setor cumpriu a legislação vigente, defendendo o melhor interesse do projeto e a eficiência administrativa, proporcionando ao mesmo melhor custo/benefício, uma vez que foram diminuídos ao máximo os riscos e custos operacionais já citados.

Cabe informar ainda que não há como se saber, com certeza, quais seriam os preços praticados pelas empresas caso a licitação em questão tivesse seu critério de seleção o fator item e não o global. Ademais esse tipo de procedimento não mais será realizado dessa forma visto a extinção do GAP e a mudança de procedimentos no PNUD para a aquisição de bens e serviços.

Sendo assim, solicito que seja reconsiderada a Constatação e conseqüentemente a Recomendação

ITEM XIII

Providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU

Determinações do TCU

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
Acórdão 2089/2007	XVIII - os órgãos e entidades federais vinculados aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, bem como o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União, enquanto não integrantes do SIASG, tornarão disponíveis, na Internet, por meio de sistemas específicos, os dados e informações de que trata o inciso anterior, relativamente aos atos por eles praticados (resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos). Prazo: Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do contrato ou de seu aditivo	Após recebimento do teor do Acórdão 2089/2007 – TCU – Plenário, por meio de documento proveniente da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração deste Ministério, foi solicitado aos departamentos técnicos para que fizessem levantamento dos convênios firmados por esta Secretaria, cujos contratos se enquadrassem nos termos do art. 21, parágrafo segundo da Lei 11.439/2006 (LDO 2007). Após a constatação de que existem contratos firmados nessa situação, os departamentos foram instados a solicitar cópia dos contratos cujo valor ultrapasse ao limite estabelecido na referida legislação, para competente atualização dos dados referentes à execução física e financeira junto ao SIASG. Como tal medida ainda não culminou em respostas efetivas, será novamente expedido documento de reiteração. Oportuno ressaltar que o dispositivo será mais eficaz com a plena aplicabilidade do portal de convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujos pagamentos estarão condicionados ao registro dos contratos celebrados pelo beneficiários, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 127/2008.
Acórdão 2089/2007	XVIII - os órgãos e entidades federais vinculados aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, bem como o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União, enquanto não integrantes do SIASG, tornarão disponíveis, na Internet, por meio de sistemas específicos, os dados e informações de que trata o inciso anterior, relativamente aos atos por eles	Anexo ao documento expedido pela SPOA/MMA, que trata do Acórdão em questão, esta Secretaria recebeu cópia do Ofício nº 25/2008/DLSG/SLTI/MP, de 8 de janeiro de 2008, o qual esclarece apontamentos realizados no referido Acórdão, informando atendimento pelo Ministério do Meio Ambiente quanto à utilização regular do Sistema Integrado de Administração

	praticados; (Relação mensal de todas as compras). Prazo: Até o último dia do segundo mês seguinte ao da aquisição.	e Serviços Gerais, para registro de contratos e convênios.
Acórdão 2105/2008	Seja feita a determinação ao Ministério do Meio Ambiente para que cumpra o disposto no art. 2º, inciso VIII, da IN/STN 01/97, abstendo-se de celebrar convênios que tenham por objeto a execução de obras ou benfeitorias em imóveis que não sejam de propriedade do conveniente, comprovada mediante registro no cartório de imóvel, mesmo porque o descumprimento do referido normativo, no que se refere ao adequado controle preventivo por parte do órgão repassador de recursos, poderá ensejar a responsabilização dos gestores e/ou responsáveis, nos termos dos Acórdãos 2.066/2006 e 641/2007, do Plenário desta Corte.	Foi dado conhecimento do teor do Acórdão 2105/2008 a todas as unidades técnicas da SBF para o atendimento à determinação contida no mesmo.
Acórdão 1276	Item 9.2.8. Até a eventual implantação do sistema informatizado a que alude o item 9.3.1 deste acórdão. O ato de concessão de suprimento de fundos deve ser amplamente divulgado em boletim interno e em meio eletrônico de acesso ao público, em atendimento ao princípio da publicidade. Item 9.2.10. As faturas encaminhadas pela instituição operadora do cartão de pagamento do Governo Federal (CPGF) devem ser juntadas aos processos de prestação de contas correspondentes, para fins de confronto com os demais documentos que dão suporte às despesas efetuadas no período.	O Acórdão foi encaminhado à SPOA deste Ministério, e o mesmo remetido à todas as Secretarias. A SBF não possui atos de concessão de Suprimento de Fundos, mas está ciente da recomendações e determinações para futuramente segui-las caso haja necessidade.

ITEM XIV

Atos de admissão e desligamento
Atos de concessão de aposentadoria, reforma e
pensão



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 93/2008, que a Coordenação Geral de Pessoas da SPOA do Ministério do Meio Ambiente é a responsável pelo controle dos atos ligados a admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão e que estas informações serão apresentadas no relatório da Unidade Jurisdicionada SECEX, que consolida as informações de sua estrutura.

Brasília, 28 de abril de 2009.

ITEM XV

Instauração e Dispensa de Instauração de TCE



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 11 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 93/2008, de 03 de dezembro de 2008, que não há dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais, bem como Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos Incisos I a VI do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº56, de 5/12/2007, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Brasília, 28 de abril de 2009.

ITEM XVI

Informações sobre a composição de Recursos Humanos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 05 do Anexo VI da Decisão Normativa TCU n.º 94/2008, que a Coordenação Geral de Pessoas da SPOA do Ministério do Meio Ambiente é a responsável pelo controle dos atos ligados a admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão e que estas informações serão apresentadas no relatório da Unidade Jurisdicionada SECEX, que consolida as informações de sua estrutura.

Brasília, 28 de abril de 2009.

ITEM XVII

Informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Destaques em 2008:

1. Ampliação do Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza em aproximadamente 5.847.462 hectares, resultante da criação de 7 unidades federais:

- Reserva Extrativista do Médio Purus (AM)
- Floresta Nacional de Iquiri (AM)
- Parque Nacional Nascentes do Lago Jarí (AM)
- Reserva Extrativista Ituxi (PA)
- Parque Nacional Mapinguari (AM)
- Reserva Extrativista Rio Xingu (AM)
- Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca (CE)

2. Reestruturação da Câmara Federal de Compensação Ambiental no âmbito do MMA e IBAMA e parceria com a Caixa Econômica Federal para gestão e fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo de Compensação Ambiental destinados à implantação e regularização fundiária de unidades de conservação.

3. Assinatura pelo Presidente da República do Decreto 6.660, de 21 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei da Mata Atlântica (Lei nº. 11.428/2006), estabelecendo *o que, como e onde* pode haver intervenção ou uso sustentável da Mata Atlântica. O Decreto previa também o detalhamento dos tipos de vegetação protegidos e delimitados no *Mapa da Área de Aplicação da Lei nº. 11.428/2006*, elaborado pelo IBGE e colocado em disponibilidade nos sítios eletrônicos do Ministério do Meio Ambiente e do IBGE, assim como em formato impresso.

4. Assinatura, em setembro de 2008, do Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, em parceria com o Centro de Monitoramento Ambiental do IBAMA (CEMAM/IBAMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD e com a Agência Brasileira de Cooperação/ABC do Ministério das Relações Exteriores que se estende até o final de 2009. Serão monitorados os Biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, de maneira que seja possível utilizar os resultados monitorados para ações de controle do desmatamento, permitindo maior eficiência das políticas públicas voltadas à conservação e uso sustentável dos Biomas extra-amazônicos.

5. Lançamento do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas - PROBIO II, nova etapa de organização do setor de gestão da biodiversidade, devendo ser realizado ao longo de seis anos, com apoio financeiro de US\$ 22 milhões do Fundo Nacional para o Meio Ambiente/GEF e US\$ 75 milhões em contrapartida de fontes governamentais e do setor privado. O objetivo é impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional, começando com os setores de agricultura, ciência, pesca, florestas e saúde. Para sua execução foi firmada parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade/FUNBIO e com a Caixa Econômica Federal. Já para a sua implementação foram estabelecidas parcerias com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, Ministério da Saúde/MS, Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT, Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Jardim Botânico do Rio de Janeiro/JBRJ e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Embrapa.

6. Lançamento da Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, sendo apresentados pela primeira vez em uma única obra dados sobre a biologia, distribuição geográfica, presença em unidades de conservação, principais ameaças, estratégias de conservação, indicações de especialistas e núcleos de pesquisa e conservação envolvidos com as espécies, informações úteis para o gestor ambiental, acadêmicos e público em geral.

Houve ainda o lançamento da Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, elaborada pela Fundação Biodiversitas por encomenda do Ministério do Meio Ambiente. A lista relaciona 472 espécies, quatro vezes mais do que a lista anterior de 1992, e apresenta espécies consideradas prioritárias para efeito de concessão de apoio financeiro à conservação pelo governo federal. O crescimento do número de espécies em relação à lista anterior reflete não apenas o aumento das pressões antrópicas ocorrido sobre a vegetação de diferentes regiões brasileiras ao longo das últimas três décadas, mas também um melhor nível de conhecimento sobre a flora brasileira e a participação de uma parcela mais expressiva da comunidade científica no processo de elaboração da lista.

7. Lançamento do Sistema de Projeção de Investimentos Mínimos para Conservação/IMC, um dos produtos gerados pelo Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Financeira coordenado pelo Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. O Sistema IMC procura responder perguntas como qual o tamanho do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC, quanto gasta, quanto custa e como resolver as lacunas existentes e faz parte do estudo *Pilares para o Plano de Sustentabilidade Financeira do SNUC*.

8. Lançamento do *Mapa das Unidades de Conservação e Terras Indígenas da Caatinga*, que disponibiliza informações sobre áreas protegidas de forma a apoiar ações que conduzam à conservação dos recursos naturais e à valorização da diversidade cultural. Lançamento também do Plano de Ação para promover a criação e consolidação de unidades de conservação na Caatinga, a seleção de áreas prioritárias à conservação da Caatinga e elaboração da lista das regiões onde serão efetuados estudos até dezembro de 2010.

9. Anúncio de investimento de R\$ 28 milhões (R\$ 18 milhões do Ministério do Meio Ambiente e R\$ 10 milhões do Ministério do Turismo) em seis Parques Nacionais considerados de alto potencial turístico: Aparados da Serra (SC/RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Lençóis Maranhenses (MA), Serra dos Órgãos (RJ), Jaú (AM) e Serra da Capivara (PI). O objetivo do investimento é dobrar o número de visitantes em dois anos e, para tanto, foi também criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental, com o objetivo de planejar as estratégias de desenvolvimento da atividade turística com base nos princípios de sustentabilidade ambiental.

ANEXO III

**Balanço orçamentário, balanço financeiro,
balanço patrimonial e demonstração das variações
patrimoniais**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

Informamos que o conteúdo relacionado a este item encontra-se em documento a parte, encaminhado à 8ª Secretaria do Tribunal de Contas da União, em meio magnético – CD, com a denominação: Declaração do Contador.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1.

Número do processo:	02000.001999/2006-33			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: Portaria nº 08		Data: 05/05/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar o desaparecimento de cartuchos de impressora, LEMARK 510, ocorrido na sala 713 do Núcleo Costeira e Marinha, unidade vinculada à Secretaria de Biodiversidade e Florestas.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☐	Processo encaminhado para julgamento em / /		☒ Processo Julgado em 11/01/08
Julgamento:	☒	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita		☒ Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

2.

Número do processo:	02000.000191/2007-10			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: Portaria nº 43, prorrogada pela Portaria nº 01/2007		Data: 20/12/2006 a 22/01/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar a responsabilidade de quem tenha dado causa às irregularidade apontadas no Processo (pagamento de despesa sem prévio empenho)			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☐	Processo encaminhado para julgamento em / /		☒ Processo Julgado em 14/04/08
Julgamento:	☒	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita		☒ Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

3.

Número do processo:	02000.000273/2008-45			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: Portaria nº 05		Data: 11/02/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar o desaparecimento de Notebook IBM – Patrimônio MMA nº 013.510, de responsabilidade do Departamento de Conservação da Biodiversidade, vinculada à Secretaria de Biodiversidade e Florestas.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☐	Processo encaminhado para julgamento em	☒	Processo Julgado em 21/11/08
Julgamento:	☐	Absolvição	☒	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita	☐	Arquivamento
Pena aplicada:	Reposição do bem ao erário.			
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

4.

Número do processo:	02000.000486/2005-24			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: Portaria nº 05		Data: 04/03/2005	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar o desaparecimento de Notebook Pentium IV, adquirido pelo Projeto GCP/BRA/061/WBK – FAO, Projeto Mata Atlântica, vinculada à Secretaria de Biodiversidade e Florestas, consoante a Nota Fiscal nº 2537, de 17/01/05, da NTI Distribuidora Importação e Exportação Ltda.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☐	Processo encaminhado para julgamento	☒	Processo Julgado em 31/12/08
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita	☒	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		